

ANTOLOGIA

RUI BARBOSA

TEXTO INTEGRAL



 **Saraiva** de bolso

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Rui Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador (Bahia) em 1849. Em 1870, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Eleito deputado geral, fixou-se em 1879 no Rio de Janeiro, onde, a partir da Proclamação da República, se tornou uma das figuras preeminentes da vida política do país. Foi o autor do projeto da constituição republicana apresentado à Assembleia Constituinte em 1890. Exilou-se na Inglaterra quando se instalou o governo ditatorial de Floriano Peixoto, e de lá enviou para o Brasil os artigos reunidos nas **Cartas de Inglaterra** (1896). De volta ao país, em 1895, foi eleito senador pelo estado da Bahia, cargo que ocupou até ao fim da vida. Por sua brilhante atuação na Segunda Conferência Internacional da Paz, em 1907, ficou conhecido como "Águia de Haia". Fundador da cadeira nº 10 da Academia Brasileira de Letras, distinguiu-se como grande orador e escritor prolífico. Escreveu um dos seus mais famosos discursos — "Oração aos moços" (1920) — como paraninfo dos formandos da Faculdade de Direito de São Paulo. Suas Obras completas, organizadas pela Casa de Rui Barbosa, chegam a 137 tomos. Morreu em Petrópolis (Rio de Janeiro), em 1923.

Esta **Antologia**, preparada por Luís Viana Filho, traz alguns dos mais conhecidos textos de Rui Barbosa. São páginas cuja vitalidade provém da sinceridade e, não raro, da bravura com que foram escritas ou proferidas.

ANTOLOGIA

Rui Barbosa

*Seleção, prefácio e notas de
Luís Viana Filho*



 **Saraiva**debolso

Coordenação: Daniel Louzada

Conselho editorial: Daniel Louzada, Frederico Indiani,
Leila Name, Maria Cristina Antonio Jeronimo

Projeto gráfico de capa e miolo: Leandro B. Liporage

Ilustração de capa: Cássio Loredano

Diagramação: Filigrana

Equipe editorial Nova Fronteira: Shahira Mahmud, Adriana Torres, Claudia Ajuz, Tatiana Nascimento

Preparação de originais: José Grillo

CIP-Brasil. Catalogação na fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B195a

Barbosa, Rui, 1849-1923.

Antologia / Rui Barbosa ; seleção, prefácio e notas de Luís Viana Filho. - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2012.

(Saraiva de bolso)

ISBN 978-85-209-3338-1

1. Antologias (Conto). I. Viana Filho, Luís, 1908-1990. II. Título. III. Série.

12-8698. CDD: 869.91

CDU: 821.134.3(81)-1(082)

27.11.12 03.12.12 041070

Livros para todos

Esta coleção é uma iniciativa da Livraria Saraiva em parceria com a Editora Nova Fronteira que traz para o leitor brasileiro uma nova opção em livros de bolso. Com apuro editorial e gráfico, textos integrais, qualidade nas traduções e uma seleção ampla de títulos, a Coleção Saraiva de Bolso reúne o melhor da literatura clássica e moderna ao publicar as obras dos principais autores brasileiros e estrangeiros que tanto influenciam o nosso jeito de pensar.

Ficção, poesia, teatro, ciências humanas, literatura infantojuvenil, entre outros textos, estão contemplados numa espécie de biblioteca básica recomendável a todo leitor, jovem ou experimentado. Livros dos quais ouvimos falar o tempo inteiro, que são citados, estudados nas escolas e universidades e recomendados pelos amigos.

Com lançamentos mensais, os livros da coleção podem acompanhá-lo a qualquer lugar: cabem em todos os bolsos. São portáteis, contemporâneos e, muito importante, têm preços bastante acessíveis.

Reafirmando o compromisso da Livraria Saraiva e da Editora Nova Fronteira com a educação e a cultura do Brasil, a Saraiva de Bolso convida você a participar dessa grande e única aventura humana: a leitura.

Saraiva de Bolso. Leve com você.

Sumário

Prefácio
A pátria
Deus
Elogio dos inimigos
A juventude e o ideal
A oração do paraninfo
O sertão
A boa e a má árvore
As andorinhas de Campinas
O reino da mentira
A esfola da calúnia
A política e a calúnia
O eco
Política e politicalha
Santelmo e fogo-fátuo
Estadistas sem opinião
Os clarins da alvorada
Hino à liberdade
O sino da liberdade
Direito e liberdade
Liberdade!
A mão do Senhor
A liberdade e o poder militar
O Diário da Bahia
As estátuas
O jogo
O vício
Pai e filho
A oração do filho
Visita à terra natal
O abolicionismo
Thálassa! Thálassa!
O militarismo
Davi e Golias
A força do ideal
A paixão da verdade
Ontem e amanhã
O bem e o mal
O areópago da República

A mão do justo
O velho almirante
A justiça e a lei
A lei
Igualdade perante a lei
A justiça e o Estado
A privação da justiça
A lei de Caim
A paz
As duas guerras
Ísis e Set
A paz e a lei
Juristas e retóricos
A justiça e a morte
Elogio da eloquência
A tribuna
Réplica
A felicidade
Os precitos de Dante
A velhice
O perdigueiro e o tatu-açu
Discurso dos apólogos
A patetice nacional
Os sete felizardos
Jeca Tatu
Os traga-espadas
O minhocão
Machado de Assis
Que é a política?
O busto de Washington
A lição das esquadras
Hino a Pernambuco
A cruz e o mar
Surrexit
A difamação
A tragédia de Monza
O dever do povo
A candidatura militar

Sobre o autor

Prefácio

Rui não se tinha na conta de artista, já que além de lhe haver faltado tempo para esculpir pacientemente, como acreditava deverem fazer os que se propõem à criação do belo, não se servira da pena e da palavra senão como “instrumento espontâneo de luta”. “Nunca tive tempo de ser artista”, diria, “e ambicionar entre artistas a admiração.” Quanto se enganava! É que de tal modo o empolgara a luta, numa vida inteira “de ação, peleja e apostolado”, que tudo o mais lhe parecia secundário. De fato, embora amasse as boas letras por um prazer de espírito, não estava nelas a razão de ser do bravo e infatigável batalhador, que, de certa feita, numa frase da qual ressumia certo orgulho, repeliria se lhe atribuíra “mera existência de um homem de letras”.

A verdade, porém, é que artista nascera, e artista seria até à morte. Leia-se, por exemplo, esta página escrita em plena mocidade, e na qual, morto o pai, se defende dos ataques dos ultramontanos: “Eu conheço a ponta desse estilete, que fere em nome do Evangelho. É sempre o mesmo aço. É o mesmo sistema jesuítico. É a mesma praxe de devassar câmaras de moribundos para extorquir à fraqueza abjurações inconscientes ou transfigurar em conversões imaginárias atos comuns de piedade cristã. É a mesma arte com que, sob a invocação dos mortos, buscam dilacerar aos que lhes foram em vida mais estremecidamente caros.” É um trecho tomado quase ao acaso. Mas, não encontrarão aí os bons ouvidos aquele mesmo ritmo dos períodos ciceronianos? É que, trazido do berço, aperfeiçoado através das leituras, Rui, malsaiído da adolescência, já o incorporara à sua maneira de falar e escrever.

Teria o artista, no entanto, dado de si tudo quanto podia? Joaquim Nabuco, que bem o conhecia dos bancos acadêmicos, nunca se conformou com o fato de Rui não se haver encerrado na torre de marfim das belas-letas, a fim de nesse campo produzir tudo quanto podia produzir. E escrevia Nabuco: “ninguém sabe o diamante que ele nos revelaria, se tivesse a coragem de cortar sem piedade a montanha de luz cuja grandeza tem ofuscado a República, e de reduzi-la a uma pequena pedra”. Por certo, desejava-o uma espécie de Flaubert, que despendeu dez anos na composição de *Salambô*. Infelizmente, porém, esta “pequena pedra” Rui não a lapidou. Mas, apesar disso, que brilho, que limpidez nos diamantes polidos em pleno fragor das batalhas, e que bem mostram haver sido ele não apenas um puro homem de letras, mas, bem mais do que isso, um dos maiores entre os maiores. Tão grande que não será de admirar se com o passar do tempo, esmaecida a lembrança dos feitos e dos triunfos do homem público, como é frequente na história dos povos, dele venham a ser conservadas, principalmente, na memória das gerações, as páginas talhadas pelo artista. De Cícero, por exemplo, há muito que as obras do orador e do escritor se tornaram as colunas mestras da sua imortalidade. Também de Chateaubriand poder-se-á dizer que, se despojado das suas obras, bem poucos se lembrariam do ministro ou do embaixador. E Lamartine, sem as musas, não seria evocado senão pelos investigadores da história da França. Não foi, portanto, sem razão que João Mangabeira imaginou pôr na boca da História estas palavras que respondem ao próprio Rui: “Não sacrifiques a tua glória nem à tua popularidade, nem à tua vaidade! O que resta de ti e te faz imortal, são as páginas de arte que escreveste, na pureza de um estilo, cuja vernaculidade em teu idioma jamais foi ultrapassada, na beleza de uma forma em língua portuguesa até hoje inigualada. O que te immortaliza não são as tuas campanhas, tuas lutas ou teus sacrifícios. Não é tua ação no Governo, no Parlamento, nos comícios ou nos tribunais, o que perpetua teu nome na glória. Não. Aí tudo é frágil, efêmero, caduco. O que subsiste e subsistirá de ti são as obras-primas que escreveste ‘no mármore

dessas canteiras impolutas, onde Renan, o quase único, talhava, na pureza das formas consagradas, as finas linhas do seu pensamento'. O traço principal da tua carreira, a função primaz da tua vida, não é a do homem de Estado. Tu te chamas Rui, e tu és artista.”

De fato, ele o foi, e insuperável. Poderia, contudo, ser ainda maior, conforme antevia Nabuco? A pergunta não pode ser respondida. Cabe, no entanto, assinalar que a indagação de Nabuco faz lembrar aquela outra formulada pelo pai de Rui a um amigo junto ao qual ouvia um discurso do filho, em 1874: — “Até onde irá o Rui?” Dir-se-ia que, diante daquela força imensurável, os homens, deslumbrados, perguntavam-se que alturas poderia alcançar.

Mas, por mais que nos encantem e seduzam as belezas da forma, não esqueçamos que o que dá vida às páginas desta *Antologia* é a sinceridade, não raro a bravura com que foram escritas ou proferidas, e que, sem dúvida, constituíram a própria razão da sua existência. É que Rui, tal como dizia Vieira do Batista, pregava tanto aos ouvidos quanto aos olhos, isto é, pregava com o exemplo. Nas *Memórias de além-túmulo*, diz Chateaubriand que dos contemporâneos era ele quase o único a se parecer com as próprias obras. De Rui poder-se-á afirmar que ninguém mais do que ele se assemelhará às suas obras. Realmente, em cada qual, como se nos surgisse à frente em corpo inteiro na época em que a talhou para a imortalidade, o que sentimos é o perpassar daquela alma grandiosa, por vezes áspera, quase selvagem, mas inspirada pelos mais altos ideais do seu tempo. Uma alma indômita, em dadas ocasiões impiedosa e em outras tantas alagada de sentimentalismo, e que se nos revela em todas as suas escalas sentimentais, numa riqueza e segurança de tons peculiares aos mestres da palavra escrita ou falada. Desde o mais terno afeto filial a se desdobrar num suave murmúrio de admiração e reconhecimento, até as mais altas notas da cólera, a cólera dos deuses, que sidera aqueles contra os quais se volta aquela força da natureza.

Realmente, quer como orador, quer como escritor, Rui é desses para os quais a língua não tem segredos. Fere todas as teclas, e para cada uma delas possui a nota própria. Como ninguém ele conhece a medida e o tom peculiares a cada tribuna — a do foro, a do parlamento, a dos comícios, ou a das academias — do mesmo modo que o escritor, quer ao compor simples artigos de jornal feitos para viverem um dia, mas que acabam eternos, quer ao deduzir as razões do advogado ou fixar o pensamento do estadista, tira da palavra escrita todas as belezas, todas as harmonias que é possível. Ora é severo, ora suave, ora irônico, ora sarcástico. E é sempre perfeito. Acusaram-no de prolixo. Mas, quanto há nisso de injusto bem pode avaliar quem é obrigado a mutilá-lo — como é o caso das Antologias — e a cada passo não sabe como fazê-lo sem o sacrifício da beleza do monólito em que está talhada a obra magnífica. Nos discursos de Demóstenes, dizia Quintiliano, não havia uma palavra a tirar, e nos de Cícero não existia nenhuma a acrescentar. Nos de Rui nada há para suprimir, pois nada se perde; e nada há a adicionar, pois tudo está dito.

Enfim, para que o leitor bem possa sentir o artista na diversidade das suas obras, buscamos reunir aqui trechos de todos os gêneros. Ao lado de “A justiça e a morte” encontrar-se-á “O perdigueiro e o tatu-açu”. Ao lado de “As andorinhas de Campinas” está a página sobre “O jogo”. E assim uma tentativa no sentido de apresentar o orador e o escritor no que ele tem de mais característico da sua grandeza, e isso numa escolha que foi menos nossa do que da crítica, das opiniões generalizadas, e que procuramos seguir tanto quanto possível. Por certo haverá omissões, e não faltará quem descubra demasias ou impropriedades. Falhas que serão nossas, e das quais antecipadamente nos desculpamos. Até porque, neste trabalho, somente os erros são nossos.

A pátria

A pátria não é ninguém, são todos; e cada qual tem no seio dela o mesmo direito à ideia, à palavra, à associação. A pátria não é um sistema, nem uma seita, nem um monopólio, nem uma forma de governo: é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados, a comunhão da lei, da língua e da liberdade. Os que a servem são os que não invejam, os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não delatam, os que não emudecem, os que não se acobardam, mas resistem, mas esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo. Porque todos os sentimentos grandes são benignos, e residem originariamente no amor. No próprio patriotismo armado o mais difícil da vocação, e a sua dignidade, não está no matar, mas no morrer. A guerra, legitimamente, não pode ser o extermínio, nem a ambição: é simplesmente a defesa. Além desses limites, seria um flagelo bárbaro, que o patriotismo repudia.

Mas o patriotismo, praticamente, consiste, sobretudo, no trabalho. *Laboremus*, murmurava, expirando, o imperador romano. *Laborate*, estão a dizer-vos, na sua austera alegria, todos os cânticos desta solenidade, seus emblemas, seus quadros, as recordações de vossa vida entre estes muros, que aqui ficam, na constância da sua imobilidade, a hospedar outras gerações, e assistir a outras despedidas.²

Deus

...Deus é a necessidade das necessidades, Deus é a chave inevitável do Universo, Deus é a incógnita dos grandes problemas insolúveis, Deus é a harmonia entre as desarmonias da criação. Incessantemente passam, e hão de passar no vórtice dos tempos as ideias, os sistemas, as escolas, as filosofias, os governos, as raças, as civilizações; mas a intuição de Deus não cessa, não cessara de esplender, através do eterno mistério, no fundo invisível do pensamento, como o mais remoto dos astros nas profundezas obscuras do éter. A realidade suprema, de onde nos cai perenemente esse raio de luz, é inextinguível. Mas de tão longe nos vem ele na imensidade do existir, que, ainda quando momentaneamente lhe pudéssemos supor apagado o foco remotíssimo, primeiro pereceria a humanidade que deixasse de ver aceso na estrema do horizonte esse ponto luminoso.

Deus, que fizestes estas montanhas, o globo que as aguenta, esses mundos que nos cercam, esses céus que nos envolvem; que esparzis as estrelas do firmamento e as flores da terra; que resplandeceis na santidade dos justos, e tropejais na consciência dos maus; que semeais na inocência das crianças, e colheis na experiência dos velhos, derramai a vossa misericórdia sobre esta casa, sobre aqueles que a povoam no trabalho, sobre este enxame de esperanças, que aqui continuamente se renovam, sobre essa vergôntea pequenina de minha alma, que aqui fica entregue aos vossos apóstolos, mas ainda mais sobre os que hoje os deixam, galardoados com os primeiros graus do saber, para se afrontar com outras lidas. Vós, que tendes nas mãos a força, a vida e a bondade, medrai-os na bondade, na vida e na força. Incuti-lhes nos corações as virtudes que formam o homem e as virtudes que criam os povos. Retende-os na fidelidade à vossa crença e aos vossos mandamentos, à inspirada palavra de seus mestres e aos bons exemplos de seus pais. Ponde-lhes n'alma, com o amor da justiça e da liberdade, o sentimento da tradição e do respeito, o instinto da disciplina e da ordem. Misturai-lhes com a ternura pelos filhos a memória dos antepassados, esse gênero de gratidão, imarcescível no seio das nações robustas. Dai-lhes, no perigo das lutas e na amargura dos sofrimentos, o heroísmo da coragem, o heroísmo da resignação, o heroísmo da humildade, o heroísmo do reconhecimento aos vossos benefícios entre as calamidades que os escurecem aos olhos da fraqueza humana. Ungi-os no espírito de verdade, para amarem o estudo, no espírito de regeneração, para detestarem o abuso, no espírito de obediência, para guardarem a lei, no espírito de solidariedade, para se associarem pelo bem, no espírito de resistência, para contrastarem a opressão. Ouvi-nos, Senhor, na vossa infinita generosidade, cujos tesoiros não diminuem, por mais que se despendam em maravilhas com a criação, em liberalidades com as criaturas. Para que estas se venham a multiplicar em descendentes, que os sigam no vosso caminho, e mais uma geração e outras e outras passem, contemplando, abençoando e servindo o Criador benfazejo de todas as coisas. ³

Elogio dos inimigos

Desde que o tempo começou, lento, lento, a me decantar o espírito do sedimento das paixões, com que o verdor dos anos e o amargor das lutas o enturbavam, entrando eu a considerar com filosofia nas leis da natureza humana, fui sentindo quanto ela necessita da contradição, como a lima dos sofrimentos a melhora, a que ponto o acerbo das provações a expurga, a tempera, a nobilita, a regenera. Então vim a perceber, vivamente, que imensa dívida cada criatura da nossa espécie deve aos seus inimigos e desfortunas. Por mais desagrestes que sejam os contratempos da sorte, e as maldades dos homens, raro nos causam mal tamanho, que nos não façam ainda maior bem. Ai de nós, se esta purificação gradual, que nos deparam as vicissitudes cruéis da existência, não encontrasse a colaboração providencial da fortuna adversa e dos nossos desafetos. Ninguém mete em conta o serviço contínuo, de que lhes está em obrigação.

Direis, até, que, mandando-nos amar aos nossos inimigos, em boa parte nos quis o divino legislador entremostrarmos o muito, de que eles nos são credores. A caridade com os que nos malquerem, e os que nos malfazem, não é, em bem larga escala, senão paga dos benefícios, que, mal a seu grado, mas muito de veras, eles nos granjeiam.

Destarte não equivocaremos a aparência com a realidade, se, nos dissabores que malquerentes e malfazentes nos propinam, discernirmos a cota de lucro, com que eles, não levando em tal o sentido, quase sempre nos favorecem. Quanto é pela minha parte, o melhor do que sou, bem assim o melhor do que me acontece, frequentemente acaba o tempo convencendo-me de que não me vem das doçuras da fortuna propícia, ou da verdadeira amizade, senão sim que o devo, principalmente, às maquinações dos malévolos e às contradições da sorte. Que seria, hoje, de mim, se o veto dos meus adversários, sistemático e pertinaz, me não houvesse poupado aos tremendos riscos dessas alturas, “alturas de Satanás”, como as de que fala o Apocalipse, em que tantos se têm perdido, mas a que tantas vezes me tem tentado exalçar o voto dos meus amigos? Amigos e inimigos estão, amiúde, em posições trocadas.

Uns querem mal, e fazem bem. Outros almejam o bem, e nos trazem o mal.

Não poucas vezes, pois, razão é lastimar o zelo dos amigos, e agradecer a malevolência dos opositores. Estes nos salvam, quando aqueles nos extraviam. De sorte que, no perdoar aos inimigos, muita vez não vai somente a caridade cristã, senão também justiça ordinária e reconhecimento humano. E, ainda quando, aos olhos do mundo, como aos do nosso juízo descaminhado, tenham logrado a nossa desgraça, bem pode ser que, aos olhos da filosofia, aos da crença e aos da verdade suprema, não hajam contribuído senão para a nossa felicidade.⁴

A juventude e o ideal

Aqui a fonte dos grandes sentimentos ainda borbota, límpida e cristalina, da matriz antiga. A mocidade aqui ainda é mocidade. Há luz do futuro dealvando-lhe o horizonte amplo de pensamento. O manifesto, onde ela vinga a Bahia, desafrontando “os verdadeiros amigos da república”, evidenciando a inoportunidade dos alaridos levianos de rebate à pátria, honrando a terra baiana, “que se não deixou arrastar na corrente das injustas violências em outros lugares praticadas”, envergonha os publicistas, os administradores, os homens de ação e responsabilidades, que por aí cooperam nos últimos desregramentos. Senti, ouvindo-a nesse documento, senti crepitar viva debaixo da cinza a minha fé juvenil. Na sensata inexperiência desses mancebos vi rutilar o gênio dos antepassados, como se a longa claridade do tempo, coada através das gerações, se refletisse, concentrada por eles, na objetiva de uma lente diamantina. Jovens, fostes vós os estadistas, enquanto os homens de estado se fizeram crianças.

Meu amor pelos moços divinizava outrora a mocidade. Nada me parecia mais sedutor, nos cantos de Homero, do que a encarnação da juventude heroica em Aquiles, a força e a beleza olímpicas na pessoa de um mortal. Mas nesse tipo de graça viril, cujo segredo se perdeu na lira dos aedos, “o orgulho da vitória se adumbrava na tristeza da morte vizinha”. A consciência do destino inevitável enuviava a alvorada humana. O ódio, a vingança, a fatalidade levantavam e abismavam entre duas catástrofes essas aparições luminosas e melancólicas, a que a lenda se comprazia de entrelaçar a guerra, a mulher e o canto. Na juventude da espécie a juventude do indivíduo, instrumento de predestinações violentas, avergava ao peso da necessidade inexorável, da desproporção primitiva entre o homem e a natureza, entre os deveres e as paixões. Verdadeiramente semidivina só veio a ser a mocidade, depois que, pela transfiguração cristã e científica do homem, se fez alegria, generosidade e esperança. Essa é a juventude na sua virgindade e no seu heroísmo. Nessa é que eu me revejo, pai, cristão e patriota.

Eu amo a mocidade na plenitude da sua pureza, como o firmamento na plenitude do seu azul. Dizem que o “ateniense laborioso e livre só se corrompia na idade madura”. O ser moço “valia uma casa cheia de oiro”: não se trocava por “todas as riquezas asiáticas”. “Cingida a fronte de loiros frutescentes, o mancebo era de si mesmo toda uma glória. Respeitava-se essa inflorescência: não se permitiria que “um infeliz” nublasse “a alegre juventude”. E é com essa mocidade, entusiástica e enfeitiçada, forte e submissa, é com esse soberbo batalhão sagrado que Péricles criou a sua Atenas, “expansão magnífica de poder e moderação, isto é, de vontade”. Surgiu depois o cristianismo; e de Maria, do Evangelho, da cruz espremeu na corola radiante da vida, que desabotoa, uma essência nova: a piedade, que preserva do egoísmo os ditosos, do orgulho os robustos, da intolerância os ilustres. Desde então a alma das gerações juvenis simpatizou sempre com a equidade, com o sofrimento, com o desinteresse, com o perdão. Da sua límpida alacridade fez-se, para todas as grandes reivindicações humanas, um sorriso benévolo e perene como a transparência da safira infinita, cuja doçura se espelha do céu nas águas e nas almas.

Eu tive ao meu lado essa mocidade. Ela não seguia partidos, nem militava em facções: amava no universo a ciência, no homem o bem, na pátria o direito. Só se inflamava pela verdade, pela liberdade, pela humanidade. Discursos meus, imbuídos nas mesmas convicções e nos mesmos sentimentos que este, eram por ela mandados imprimir e encadernar em veludo como escrínios de coisas preciosas. Guardo ainda as relíquias de uma época tão remota pela distância moral, em que a juventude sem prevenções, apaixonada pela equidade e pela caridade, protetora dos pequenos, dos vencidos e dos oprimidos, inimiga

da crueldade, entusiástica do talento, confiante da palavra, inacessível ao interesse, crescia ao contacto das causas ilibadas, vibrava ao sopro das aspirações santas. Muitas vezes depois não a tenho reconhecido. Mas não fui eu, foi o ideal dos meus amigos de outrora que mudou. Eu não troco a justiça pela soberba. Eu não deixo o direito pela força. Eu não esqueço a fraternidade pela intolerância. Eu não substituo a fé pela superstição, a realidade pelo ídolo. Posso dizer, como Péricles aos atenienses, após a derrota: “Eu de mim sou o mesmo homem que era, e estou onde estava. Vós é que mudastes.”⁵

A oração do paraninfo

Sede, meus caros amiguinhos, tais quais o verdor florescente de vossos anos o exige: afervorados, entusiastas, intrépidos, cheios das aspirações do futuro e inimigos dos abusos do presente. Mas não vos reputeis o sal da terra.

Habituai-vos a obedecer, para aprender a mandar. Costumai-vos a ouvir, para alcançar a entender. Afazei-vos a esperar, para lograr concluir. Não delireis nos vossos triunfos. Para não arrefecerdes, imaginai que podeis vir a saber tudo; para não presumirdes, refleti que, por muito que souberdes, mui pouco tereis chegado a saber. Sede, sobretudo, tenazes, quando o objeto almejado se vos furtar na obscuridade avara do ignoto. Profundai a escavação, incansáveis como o mineiro no garimpo. De um momento para outro, no filão resistente se descobrirá, talvez, por entre a ganga, o metal precioso.

Haveis de ouvir falar amiúde em portentos e monstros, cuja capacidade nasce consumada e deslumbrante do seio materno, como Palas da cabeça de Júpiter. O portento pagão se renova, entre nós, debaixo de todos os tetos. Cada família se gaba de uma águia. Triste ilusão da paternidade mal-equilibrada. Os gênios são meteoros raros, nem sempre benéficos. E raramente serão frutos espontâneos da natureza: as mais das vezes os cria a paciência e a perseverança. É a assiduidade na educação metódica e sistemática de nós mesmos o que descobre as grandes vocações e amadurece os grandes escritores, os grandes artistas, os grandes observadores, os grandes inventores, os grandes homens de estado. Não contesto a *inspiração*; advirto apenas em que é frequentemente uma revelação do trabalho.

Dos que nascem argentários se fazem ordinariamente os pródigos inúteis e malfazejos. A cultura pertinaz e obstinada é que desentranha da gleba revessa as vegetações luxuriantes, as flolescências maravilhosas, as frutificações opulentas, searas, pomares, rebanhos, metrópoles, nações, estados, prole imensa desse casamento perene, abençoado por Deus, entre a terra e o trabalho. Trabalhai, pois, mas persistentes, incessantes como o sol de todos os dias e o orvalho de todas as noites. Ouvireis discorrer de grandes e pequenas nacionalidades, de impérios poderosos e repúblicas desprezíveis. Tudo aí é atividade, ou indolência; tudo vai do trabalhar, ou não trabalhar. Não há senão povos, que trabalham, e povos, que não trabalham. Se nós trabalhássemos, não veríamos, no Brasil, com os seus 16 ou 18 milhões de habitantes, um território capaz de alimentar a população da China e uma natureza bastante a faltar metade da Europa, essa importação factícia e indizivelmente lamentável das questões da miséria, que açoitam, no velho continente, os países exaustos ou sobrepovoados.

Mas o trabalho é rude, às vezes desabrido, ferrenho, desconversável: não lisonjeia os seus neófitos, não ameniza as suas durezas, não condescende com as nossas debilidades. Mas é preciso encará-lo serenamente. Não conheceis esses corações meigos, francos, donosos, que um córtex de árvore enrugada e sombria oculta aos olhos vulgares? Insisti, familiarizai-vos; e acabareis vendo, afinal, como o sobrecenho se desfranze, a aridez se orvalha, o amargor se adoça, e de onde se oirçava de obstáculos e antipatias a crespidão impenetrável, começam a soabrir inesperados favos, a abrolhar surpresas, a destilar mimos, a se tramar sutilmente de liames e carícias inefáveis a rede, que nos enlaça para sempre nas suas malhas. Fez-se carne da nossa carne: entrou da epiderme ao músculo, do músculo ao nervo, do nervo à medula, ao coração, ao tecido pulmonar, ao oxigênio do sangue, à célula cerebral, ramificando os fios imperceptíveis de vaso em vaso, entretecendo-os de fibra a fibra, atravessando-os de glóbulo em glóbulo, até se implantar em nós inseparavelmente, como a mais orgânica das nossas necessidades e o

mais generalizado elemento da nossa vida. Eis o trabalho como o eu amo, como o eu senti, como é mister, para regenerar o homem, para transformar os povos, para criar os moços.⁶

O sertão

O sertão não conhece o mar. O mar não conhece o sertão. Não se tocam. Não se veem. Não se buscam. Mas há em ambos a mesma grandeza, a mesma imponência, a mesma inescrutabilidade. Sobre um e outro se estende esse mesmo enigma das majestades indecifráveis. De um e outro ressalta a mesma expressão de energia, força e poder a que se não resiste. Um e outro se nos antolham, do mesmo modo, como dois reservatórios insondáveis e inesgotáveis de vida.

Ante um e outro nos sentimos nulos, em todo o acanhamento do nosso nada, e temos a visão da imensidade, a sensação do infinito, a impregnação do eterno. É a comoção religiosa, que vibrava entre os primeiros navegadores, quando, ao avistarem a ourela das praias, onde se franja o pélagos azulado, lhes saía d'alma todo um hino em um só grito: "O mar!", "o mar largo!". Assim me rebentava, há pouco, do seio, ao dar com os olhos na primeira orladura da região das matas e das serras este clamor íntimo de alvoroço: "O sertão! o sertão livre!".

Não será livre o sertão? É, senhores, como se fizéssemos estouta pergunta: "Não é livre o mar?".

A questão, quanto ao mar, não existe, embora a vejamos estabelecida, a outra luz, em termos, que lhe tornem duvidosa a resposta. As potências navais contendem pelo domínio das suas armas nas estradas marítimas. Mas não há tratados, que logrem subjugar o indômito elemento das vagas. Juntasse embora o orgulho humano todos os seus monstros de guerra; e todos eles juntos não conseguiriam abaixar o dorso das águas eternas. Fundisse embora a indústria humana todo o metal, que se acumula nas entranhas da terra; e todo o ferro do planeta, minerado e forjado, não daria cadeias bastantes, para acorrentar a fúria de um maremoto. Cobrissem embora todas as frotas do mundo com o enxame dos seus navios a superfície inteira das ondas; e um movimento destas as poderia sepultar nas profundezas do abismo. Só Deus possui o jugo, a que se curva o oceano.

Mas se o Criador o mandasse calar; se lhe ordenasse às correntes que parassem, e, esfriando-lhe as entranhas, lhe comprimisse debaixo da mão onipotente as ondas remansadas, a vasta massa guardaria na sua imobilidade a imagem do movimento subitamente paralisado, o aspecto de uma grandeza adormecida à espera de outro milagre do céu, que a volvesse ao calor e inconstância de sua existência agitada.⁷

A boa e a má árvore

Arvores há, de boa semente, boa terra e bons ares, que se criaram, para encantar os olhos com a formosura de sua grandeza, e proteger as criaturas com o benefício do seu abrigo. Um chão de bênção lhes recebeu as raízes. Medraram, enrijando contra as intempéries e os ventos. Filhas de um solo generoso, o tronco lhes cresceu, avultou e subiu, engrossando com os anos, que se lhe enrugam na corcha vigorosa. Da profunda cortiça, atrás da qual lhes circula a exuberância da seiva, bracejam os ramos, carregados de flores, frutos e sombra. As tormentas não as assustam: não lhes atravessam a basta frondescência os aguaceiros da invernia. Dir-se-ia que o tempo repousa debaixo da sua copa, e a sua majestade se estende por sobre a natureza que as cerca.

Outras, pelo contrário, como se trouxessem maldição desde a semente, vêm à luz mesquinhas e amofinadas, logo ao assomar do primeiro rebento à flor da terra esmarrida. O caule, magro e torturado, se lhes esgalga, definhando. As vergôntes enfezadas se aguentam a custo, parecendo rever tristezas e cansaço. Desflorida, estéril, calva de folhagem, a ramaria agita contra a luz o espetro da sua nudez, que os musgos, os fetos, as parasitas, as lianas mal envolvem nos restos de um sudário esgarçado e roto. Os dias a vão mirrando, em vez de a revixarem; do lenho esgrouviado e seco se lhe extingue a vida; as últimas sementes da sua inanição lhe juncam por baixo o raizame descoberto, enquanto, pelos galhos, que estalam de aridez, raro se avista ainda um ou outro pomo a cair de carcomido e peço.⁸

As andorinhas de Campinas

Senhores: muitas e muitas vezes me atraiu aqui, nas tardes de estio, à vossa praça de Carlos Gomes o espetáculo da volta das andorinhas. Louvada seja a vossa edilidade, por haver respeitado essa maravilha, e não ter desfeito a antiga poisada a esses alados mensageiros do espaço. Os estranhos, os peregrinos da curiosidade e do gosto virão com frequência contemplar embevecidos, como eu, o incomparável quadro vespertino. O pincel dos amigos da natureza trabalhará por debuxá-lo nas telas com as mais suaves tintas da sua palheta. Algum poeta o dedilhara na lira, em versos que perdurem como os de Anacreonte.

Eu não canto, nem pinto; mas revejo e recordo.

Pelo límpido azul já sem sol, antes que se lhe esvaia de todo o oiro dos seus átomos de luz, mas quando o crepúsculo entra a desmaiar do seu brilho a safira celeste, um ponto retinto, perdido nos longes mais remotos, se acentua em negro na cúpula do firmamento, lá bem no alto, bem de cima, como se a ponta de uma seta, desfechada perpendicularmente de além, varasse ali a redondeza anilada.

Era um, e, logo após, são muitos, já vêm surdindo inumeráveis, já parecem infinitos; já se cruzam e recruzam; já se encontram e circulam, já se condensam, escurecem. Era um grupo; e já formam um bando, já vêm crescendo em longas revoadas, já se refervem em enxames e enxames, já se estendem numa vasta nuvem agitada. Toldaram o céu, encheram o ar, vêm-nos ondeando sobre as cabeças. Agora, afinal, com os movimentos de uma grande vaga sombria, ponteada de branco, a librar-se entre a terra e a imensidade, baixa a massa inquieta, rumorejando, oscilando, flutuando, rasga-se na coroa das palmeiras, acoita os fios telegráficos, resvala pelos tetos do casario, e, ao cabo, arfando e remoinhando, turbilhoando e restrugindo, com o estrépito de uma cascata argentina, de uma cachoeira de cristais que se despedaçam, chilreada imensa de vozes e grasnidos, às dezenas e dezenas de milhares, pende, mergulha e desaparece, numa imensa curva borboalhante, por sob o largo telheiro abandonado, que esta aérea multidão erradia elegeu entre vós para abrigo do seu descanso nas cálidas noites de verão.⁹

O reino da mentira

Mentira toda ela. Mentira de tudo, em tudo e por tudo. Mentira na terra, no ar, até no céu, onde, segundo o padre Vieira (que não chegou a conhecer o sr. Urbano Santos), o próprio sol mentia ao Maranhão, e direis que hoje mente ao Brasil inteiro. Mentira nos protestos. Mentira nas promessas. Mentira nos programas. Mentira nos projetos. Mentira nos progressos. Mentira nas reformas. Mentira nas convicções. Mentira nas transmutações. Mentira nas soluções. Mentira nos homens, nos atos e nas coisas. Mentira no rosto, na voz, na postura, no gesto, na palavra, na escrita. Mentira nos partidos, nas coligações e nos blocos. Mentira dos caudilhos aos seus apaniguados, mentira dos seus apaniguados à nação. Mentira nas instituições. Mentira nas eleições. Mentira nas apurações. Mentira nas mensagens. Mentira nos relatórios. Mentira nos inquéritos. Mentira nos concursos. Mentira nas embaixadas. Mentira nas candidaturas. Mentira nas garantias. Mentira nas responsabilidades. Mentira nos desmentidos. A mentira geral. O monopólio da mentira. Uma impregnação tal das consciências pela mentira, que se acaba por se não discernir a mentira da verdade, que os contaminados acabam por mentir a si mesmos, e os indenes, ao cabo, muitas vezes não sabem se estão, ou não estão mentindo. Um ambiente, em suma, de mentiraria, que, depois de ter iludido ou desesperado os contemporâneos, corre o risco de lograr ou desesperar os vindouros, a posteridade, a história, no exame de uma época, em que à força de se intrujarem uns aos outros, os políticos, afinal, se encontram burlados pelas suas próprias burlas, e colhidos nas malhas da sua própria intrujice, como é precisamente agora o caso.¹⁰

A esfolia da calúnia

Numa série de verrinas firmadas com a assinatura de um coronel do Exército, membro do Senado brasileiro, e dadas a lume em muitos números consecutivos do nosso maior órgão de publicidade, se me atirou à porta um montão de lixo.

Não me admira a mim que invista de novo comigo a velha croia, a esquálida rameira dos podres amores dos políticos da terra, a calúnia impenitente na sua sífilis, gafeira cuja virulência dizem que requinta no sangue do caboclo.

O que me custaria a crer, é que, ainda numa época de envilecimento geral, como esta, possa ocupar a eminência de tais honras a criatura, cuja honra se estampa nessas vilíssimas diatribes, que torpezas e asneiras tais saiam, com efeito, de uns punhos largamente agaloados, ou da venerável cadeira de um senador.

Não posso acreditar que essas cacaborradas impantes de ódio e brutalidade sejam daquele mesmo representante do Amazonas, que, no Senado, onde nos defrontávamos um com o outro, escutou, presente e a pé quedo, sem me atalhar com um aparte, os meus cinco ou seis discursos contra o governo atual daquele Estado. Chegavam-me aos ouvidos, é verdade, as suas ameaças, rosnadas nos corredores. Mas a sessão legislativa durou ainda meses, sobreveio o meu projeto de intervenção no Amazonas, deparando-lhe novo ensejo, não menos azado, para uma desforra solene, e, contudo, as câmaras se encerraram, sem que o bravo militar ousasse tentá-la.

Tudo isso que a minha palavra inflamada lhe dizia de frente a frente, ouviu-o mudo como um canhão encravado. Embatucou todo aquele tempo, quando podíamos liquidar ali, de rosto a rosto, o assunto. Só agora é que viria puxar banzé na imprensa? Só depois desta hibernação de arganaz é que sacudiria, agora, o pelo, sentindo, ao vibrar de algumas frases numa das minhas conferências recém-publicadas, o calor, que lhe não chegou às veias com as longas explosões da minha indignação, lançada às suas faces, durante horas e horas, de uma para outra cadeira, no estreito hemicírculo do Senado? Esses estímulos de rixador, insensíveis à pertinácia dos meus discursos, à sua veemência, ao ataque presencial, à direta audição do orador, à provocação da sua voz, do seu tom, do seu gesto, só hoje é que haviam de espertar, à mera inspeção de três ou quatro linhas acidentarias acerca do Amazonas num vasto estudo sobre as misérias do hermismo? Ou será que a braveza dos descendentes parlamentares dos autóctones das margens do rio Negro, amestrados em política na escola das tartarugas, revista a concha do jabuti, que não se mexe, quando lhe tomba o pau em cima, até que o estadulho apodreça nas costas?

Não, não pode ser. Por mais que me chamem a buscar a solução do estranho caso nas curiosidades e maravilhas da história natural dos reptis aplicada à moral das repúblicas, não acabei comigo, até agora, encabeçar-me de que o ferrabrás dessas grotescas pasquinadas seja a mesma consumada imagem da surdimudez, que, por tantas sessões, me escutou, sem tugar, nem mugir, como se um raio o tivesse fulminado na sua curul, ou uma vareta perdida o atravessasse, ali, dos gorgomilos ao poisadoiro.¹¹

A política e a calúnia

O orgulho, a maledicência, a cobiça podem forjar incessantemente no metal dos nossos interesses as suas armaduras mais rijas, mais luzentes, mais artísticas; os corações da multidão humana, adoradora da vitória, podem embevecer-se nos espetáculos da ferocidade e do egoísmo, como os deuses de Homero nos emblemas triunfantes do escudo de Aquiles, cinzelado pelo filho de Zeus; mas, à vossa aparição, caridade soberana, a um sorriso da vossa humildade, os mais duros, os céticos, os mais glaciais sentem que os homens não nasceram para a inimizade, que o mundo não pertence à violência, que a bondade é a mais dominadora de todas as forças. A boca de ouro dos Crisóstomos, a unção dos grandes pregadores são incapazes de exprimir-te. O Evangelho mesmo, na sua singeleza sobrenatural, não te refletiria, se o Evangelho não terminasse no Calvário: um mártir divino morrendo, sem um soluço de queixa, pelos homens que o crucificavam.

Não sei se haverá, neste auditório, quem sorria de semelhante linguagem nos meus lábios. A política semeia, há quase duas décadas, contra mim, a mais malévola reputação de impiedade, materialismo, ateísmo. A política? Não. A calúnia, a velha barregã posta ao serviço de todas as causas pudendas, a comadre imemorial da improbidade e da inveja, a sórdida alcoveta das torpezas do histerismo dos partidos, a ladra concubinária do jornalismo trapeiro, a sinistra envenenadora da honra dos estadistas e dos povos. Há quase vinte anos que ela me segue a pista, me profana o lar, me revolve o coração, me conta, por assim dizer, as pulsações, para as converter noutros tantos delitos.

Não lhe escapou o próprio leito mortuário de meu pai, cujos dedos ainda sinto entre os meus cabelos, nos carinhos com que me abençoava na hora derradeira, afagando-os; cujas mãos se apertaram às minhas, ao exalar o último suspiro; cuja memória recebeu de mim o culto de 12 anos de trabalho, consagrados à sua honra. Quando o Governo Provisório coroou a revolução com o decreto, que veio promulgar a liberdade religiosa, o borborinho das invenções ineptas, divulgadas por essa influência perversa, emprestava-me, entre as classes menos cultas, mais numerosas, mais ingênuas, a intenção de descoroar as imagens nos altares, de reduzir o culto à nudez, roubando-lhe as insígnias veneradas pelos fiéis.¹²

O eco

Não será, de certo, um nome novo, nem há de pretender ao mérito da originalidade. Mas é, na sua singeleza e brevidade, um nome bem-inspirado, bem-achado e bem-agoirado, um nome de feliz expressão e excelentes promessas: todo um programa numa só palavra.

O eco não mente, nunca mentiu, não pode mentir: estampa, duplica, repercute os sons, os rumores, as vozes; recolhe do ambiente, e transporta, alonga, renova as impressões, as vibrações, as comoções da atmosfera: dá aos contactos e aos choques, às quedas e aos sustos uma enunciação alada, veloz, instantânea como a dos raios luminosos; descobre os ruídos sutis, escava os segredos recônditos, reúne os gemidos esparsos, e das leves ou grandes ondas, abafadas no solo, escondidas nas trevas, disseminadas no ar forma as largas ressonâncias, os brados, os clamores, que animam o espaço, abalam a terra, e anunciam o tempo.

Batizar-se com a denominação de eco o mesmo importa que tomar a verdade, a fidelidade, a imparcialidade, a incorruptibilidade por credo, por vocação e por bandeira. Não se acharia, por mais que se buscasse, para entrar ao jornalismo, a porta de um compromisso mais eloquente, mais preciso, mais severo.

Servir ao público de eco aos fatos, às coisas, às realidades contemporâneas, e ser, do público para com ele mesmo, o eco dos seus sentimentos, das suas aspirações, das suas necessidades: eis aí tudo o que da imprensa poderia reclamar a mais exigente das fórmulas do seu dever. E tudo isto se traduz, isso tudo se condensa na escolha do nome, com que entra à liça este simpático e esperançoso órgão de publicidade, em cuja tenda se agrupam, com vivo amor ao trabalho e ardente fé no ideal, algumas consciências e coragens comprovadas na luta pelas boas reivindicações humanas e pela boa causa brasileira.

Dar todos os ecos ao mal, e extinguir todos os ecos do bem: tal a empresa em que, há quatro anos, se afervora o governo da nossa degradação, e cujo sistema culminou, para a nossa miséria e vergonha nossa, nos oito meses do infame estado de sítio que hoje acaba. Organizou-se a mordaga, a surdez, a calafetagem. Puseram-se ao governo pés de lã, porque se lhe não ouvissem os movimentos; acolchoaram-se-lhe as paredes, para que se lhe não escutassem as conjuras; algodoaram-se-lhe as casas fortes, a fim de se lhe não sentirem as dilapidações; tomaram-se-lhe à estopa os vãos, as frestas, os interstícios, com a censura, a intimidação e a cadeia, para se lhe não saber dos arranjos, das agências, das aventuras mais ou menos escabrosas; e, desta maneira, à força de sigilo e terror, se armou a situação escusa, calada, enigmática, cujas caldeiras, vedadas à menor escapa de vapor ou bulha, acumularam silenciosamente a bancarrota, que nos acaba de estoirar.

Fossem as eleições o eco do voto popular, fosse o congresso nacional o eco da nação, fosse o governo o eco da lei, fossem os tribunais o eco da justiça, fosse a tribuna o eco das consciências, fosse a política o eco do patriotismo, fossem as manifestações públicas o eco das manifestações particulares, fosse a nação o eco de si mesma, não se houvessem abolido os ecos da moralidade e da honra, da indignação e do pudor, recalçados hoje, pela compressão ou pela corrupção, no seio do país, e não teríamos acordado agora ao estupendo fracasso deste desmoronamento, sem saber como lhe conter a voragem nem lhe lavar o opróbrio.

Dura exigência, pois, o que ora se impõe à imprensa, de suprir ela só, em si só concentrar, e extrair

de si só todos esses ecos, que emudeceram, que feneceram, que expiraram, dando-nos a sensação de um ataúde bem-pregado, onde se sabe que os vermes estão esfervilhando, mas não se ouve nada senão o silêncio sensível da morte.

O nome, pois, deste jornal nos soa como um símbolo, como a imagem do renascimento que anelamos. Deus o ajude, para se desempenhar da sua tarefa, colaborando na família dos bons, dos sãos, dos fortes, dos que não empalidecem com ameaças, perigos ou sofrimentos, dos que, neste momento, hão de responder aos sussurros do terror agonizante, erguendo bem alto a frente livre da imprensa.¹³

Política e politicalha

Política e politicalha não se confundem, não se parecem, não se relacionam uma com a outra. Antes se negam, se excluem, se repulsam mutuamente. A política é a arte de gerir o Estado, segundo princípios definidos, regras morais, leis escritas, ou tradições respeitáveis. A politicalha é a indústria de o explorar a benefício de interesses pessoais. Constitui a política uma função, ou conjunto das funções do organismo nacional: é o exercício normal das forças de uma nação consciente e senhora de si mesma. A politicalha, pelo contrário, é o envenenamento crônico dos povos negligentes e viciosos pela contaminação de parasitas inexoráveis. A política é a higiene dos países moralmente sadios. A politicalha, a malária dos povos de moralidade estragada.¹⁴

Santelmo e fogo-fátuo

Na política brasileira avulta, há muito, a insigne classe dos insultadores, cuja função política se reduz exclusivamente ao ofício de insultar. São os magarefes de certa espécie de açougues, onde se corta, na honra das almas independentes, na fama dos homens responsáveis, no merecimento dos espíritos úteis, nos serviços dos cidadãos moderados, o bife sangrento para o estômago da democracia feroz. Esta divindade alucinada, antípoda da democracia liberal e culta, disciplinada e humana, progressista e capaz, vive deglutindo majestosamente a carniça, que lhe chacina a sua matilha de hienas. O furor difamatório, a vesânia vituperativa, a protérvia de enxovalhar os adversários mais limpos com os aleives mais torpes constituem a sua eloquência, a sua probidade, o seu patriotismo. A decomposição orgânica exala o fogo-fátuo. O ar eletrizado acende o santelmo na ponta das lanças heroicas e no topo dos mastros atrevidos, que desafiam o oceano, Dir-se-ia, contudo, a mesma luz que brilha nos dois meteoros. Mas a claridade do fogo-fátuo nasce da infecção, e atrai para o lodo; a do santelmo lampeja do fluido sublime, que rasga as nuvens, anuncia a glória, e aponta para os céus. Senhores, quando vejo bruxolear um desses pequeninos Demóstenes da diatribe, ergo a vista para o alto, onde quis que a tivéssemos Aquele que deu ao homem a fronte levantada, os *homini sublime dedit...* e já os não diviso. Há de ser a lamparina dos brejos, concludo então de mim para mim; e espero que o azul da chama rasteira se apague à superfície do charco.¹⁵

Estadistas sem opinião

Sei que estou fazendo apenas um trabalho para liberais e moralistas políticos, raça suspeita e condenada à desapareição, longe, bem longe da esfera onde o governo descreve esplendidamente a sua órbita vitoriosa. Posso, pois, demorar-me em remirar com amor a imagem das cousas extintas, uma vez que escrevo talvez mais para os que vivem no passado que para os que sonham no futuro, e certamente nada para os que se comprazem no presente.

Coube-nos por fadário viver na era dos estadistas *que não têm opiniões*. Creio que esta é mesmo a frase sacramental. E essa casta de homens, obrigados a receber cada manhã o santo e a senha da convicção, que hão de advogar nas 12 horas seguintes, passam por exigências de atividade sobre-humanas. Não é para eles que eu traço estes esboços retrospectivos. Vejo a intolerância da força mostrando as unhas nas assembleias deliberantes, a *canina facúndia*, de que falava Quintiliano, ululando na voz dos amigos do poder; e não me atrevo a perturbar os ideais da época. O homem que atravessa uma quadra de epidemia convulsionária, conservando as qualidades de observador, já não deve pouco ao céu, e por felicíssimo há de dar-se, se não sente converter-se-lhe n'alma a curiosidade em desprezo, em fel a piedade. É preciso tornar o gentio político como ele é, e deixá-lo acabar, de si mesmo, pelos vícios, que paulatinamente vão fazendo recuar ante a civilização o elemento selvagem. Até então deixemo-los retoiçar nas festas da aldeia, agachar-se aos pés dos ídolos da tribo; e, se se julgam livres, porque são bárbaros, se se reputam heroicos, porque são maus, se se gabam de disciplinados, porque são inconscientes, não há mudá-los. Nesses estados embrionários do entendimento, a que o fanatismo chega a degradar os partidistas, a inteligência do degenerado não distingue, às vezes, a lua, que se espelha no pântano, da rã que coxa na esteira luminosa do astro. *Quisquis amat ranam, ranam putat esse Dianam*.

Se Voltaire dizia que “basta um tolo para desonrar uma nação”, é naturalmente porque Voltaire acreditava existir alguma relação natural entre o valor das nações e o siso comum dos homens que as representam. Mas Voltaire escrevia para outro hemisfério, e não conhecia a América Meridional. Os progressos da ciência política neste continente inverteram as bases lógicas dessa opinião; e se o filósofo de Ferney não recebe em plena face o epíteto vibrado por ele contra as demências de seu tempo, é que o vingador dos crimes da degradação da justiça naquela época, o homem que se revoltava contra os assassínios judiciários de Calas e La Barre, como nós contra as tentativas de homicídio administrativo dos nossos conterrâneos, perseguidos pela crueldade política, teve o espírito de mudar-se para vida melhor, antes de lhe caber uma vez a palavra, como deputado da oposição, frente a frente com uma maioria republicana de bíceps reforçados.

Eu não me atrevo a dizer, algumas vezes, a verdade, senão porque percebo que estou fora do meu tempo. Os homens práticos, que passam por mim, distraídos nas grandes cogitações, administradores, estadistas, magistrados, hão de fazer-me a justiça de não levar à má parte, isto é, de não tomar estritamente a sério as divagações de um retrógrado, uma espécie de alma do outro mundo, que pretende impor à República a obrigação de ser menos antirrepublicana do que a monarquia. A última das Repúblicas devia apresentar qualquer novidade conspícua, no confronto com as suas irmãs prenascidas. O governo atual salvou, pois, o nosso amor-próprio, depondo solenemente os compromissos liberais, que embaraçam, noutros países, os ademanes do governo democrático. Uma democracia emancipada se *moque bien de tout ça*. Em política, como em poesia, o nome de *decadentes* deixou de ser uma

depreciação: é o título de uma escola, é a fórmula de um progresso.

Deixem-me, pois, terminar o meu quadro histórico neste canto de esquecimento, que eu amurei com três ou quatro ideias velhas para horizonte de minha velhice, que se aproxima. Se a tela for importuna aos olhos dos felizes, creiam que não vale a pena usar dos direitos incontestáveis do governo, confiscando-lhe a propriedade ao autor, ou mandando-o aprender a amar a República, em paragens onde as sentenças de morte não encontrem testemunhas. Deixem a rabugice do antiquário ao pó do tempo. E verão como este justifica os governos de aço.¹⁶

Os clarins da alvorada

Ora bem, senhores; esse oscilante resto do passado, essa mesquinha ruína, essa espécie de mendigo, levou a buzina à boca, soprou de rijo no metal, apelidou a gente, a cidade e o campo, tocou alarma, e toda a terra, ao perto e ao longe, acordou, respondendo. Por essa garganta, em que as cordas vocais devem ter estalado com os anos, pelo instrumento fendido e rechinante dessa traqueia gasta por esse tórax, onde já não borbulham paixões, mas gelam cinzas extintas, — que fôlego misterioso lhe invadiu o seio, lhe dilata o colo, lhe rebenta a boca, lhe enche as roscas do antigo bronze esverdeado, arrancando-lhe esses sons possantes de trombeta, sons desses, a que as almas acorrem, a que as vontades se decidem, a que os corações se arremessam impetuosos, a que se alvoroça a redondeza, buscando nos céus donde vem o clangoroso madrugal da vida?

Não seria, de certo, nem o hálito de um Titão, quanto mais o anélito morredição de um velhinho, que o peso dos dias averga para a terra, e a que a ferrugem da idade comeu a ressonância da voz.

É o sopro do Senhor, o vento que acorda as águas, agita os oceanos, transporta as areias do deserto, move os baixios das costas, desanuvia ou escurece os horizontes. Só ele poderia desencadear, numa atmosfera de calma morta, de inveterada imobilidade, esta correnteza violenta, que sussurra como o tropel de exércitos em marcha, e retumba como o trovejar de cataratas despenhosas.

Escutai o rumor que engrossa e se avizinha. Diríeis que embocou pelas grotas da antiga Vila Rica, pelas velhas galerias abandonadas, e traz o eco das jazidas que se reanimam, o canto dos garimpeiros ao coruscar do oiro nas pepitas do torrão revolvido.

Diríeis que passou pelas bocas do Morro Velho, que se encostou aos vãos hiantes das suas escavações habitadas pelo murmurinho dos mineradores, e hauriu daquelas profundezas os segredos cativos, há séculos de séculos, nas entranhas da terra, para lhe semear deles, e lhe fecundar com eles a superfície cansada.

Diríeis que se esprou nas chãs de Belo Horizonte, e ali se carregou do bulício festival dos espaços, da orquestra das cores do infinito, das emanações do éter remoto, onde giram os mundos, e vem com a aragem livre das esplanadas, com os sussurros da esperança nos longes do céu.

Diríeis que saiu da virgindade e do silêncio da mata mineira, embebido no rugir da consciência das coisas, testemunha acorrentada e impaciente das misérias do homem.

Diríeis, enfim, que aqui, neste centro de trabalho, nas indústrias de Juiz de Fora, essa torrente de energia em vibração intensa encontrou o seu órgão, o boqueirão, por onde resfolega, por onde ventaneia, por onde atoa, por onde se sente que Minas respira, que Minas vive, que Minas desperta, que Minas se levanta, Minas, a que, onde esteja, leva consigo o peã irresistível, o hino da vitória.

Donde surgiu esta comoção do ambiente? Donde, o aeremoto benfazejo? De uma palavra dita. De uma palavra dita, senhores, de um *Fiat*, se operou a criação toda. De uma palavra anunciada, um *Surrexit*, emergiu o mundo cristão. De uma palavra pregada, *Reconstrução*, vai surgir o futuro brasileiro. Reconstrução pela resistência. Reconstrução pela verdade. Reconstrução pela justiça. Reconstrução pela lei. Reconstrução pela moralidade. Reconstrução pelo civismo. Reconstrução pela fé, origem de todas as coisas, base de todas as reconstruções.

Vai surgir, disse eu. Surgirá, de feito, se o quiserdes. A revolução moral de 1910 hibernou nove anos na vossa mágoa, na vossa decepção, na vossa saudade. Não deixeis hibernar, a que se começa a

pronunciar em 1919. Depende só de que vos não esqueçais do exemplo dado, da experiência adquirida.

O “velho”, o “velhinho” toca o termo da sua carreira. Breve terá livrado ele da sua presença odiosa os ostracistas do régimen, que lhe pagou a criação com a proscricção.

Mas, por um que vai, milhares doutros aí se acham para embocar os clarins de alvorada.¹⁷

Hino à liberdade

Fora da liberdade, não sonhe ninguém a verdadeira prosperidade, material ou intelectual. Vós os que buscais na terra, amanhada com devoção, os tesouros, que vos oculta o seu seio inexaurível, não acrediteis que o trabalho possa medrar onde uns homens são servos de outros, onde a raça perde a sua virilidade no cativo, onde o torrão que se ara com amor se encrava nos desertos estéreis da escravidão. Vós os que vos tendes entregado às artes, às letras, às ciências, não esqueçais que de todas elas a mãe é a liberdade, e que sem esta o desenvolvimento daquelas é uma quimera fatal.

Do mundo antigo só não pereceram, para o cabedal estável do gênero humano, o cristianismo e a civilização grega, de que a romana é um longo reflexo. Mas o primeiro nos trouxe a liberdade no verbo divino da redenção pela justiça, pela tolerância, pela igualdade, e a segunda floresceu com a liberdade na eloquência, na filosofia, nas obras-primas da grande inspiração, nas supremas expressões humanas do belo.

Dezenas de séculos não lograram destruir a ânfora sagrada, que o gênio livre da Grécia inclinou à beira do mar Jônio; e é ainda ali que o pensamento busca hoje as suas origens, que os grandes renovadores da nossa cultura vão achar as fontes eternas, os modelos inimitáveis da transparência luminosa, da sinceridade e da natureza.¹⁸

O sino da liberdade

Conta uma tradição cara ao povo americano que o Sino da Liberdade, cujos sons anunciaram, em Filadélfia, o nascimento dos Estados Unidos, inopinadamente se fendeu, estalando, pelo passamento de Marshall. Era uma dessas casualidades eloquentes, em que a alma ignota das cousas parece lembrar misteriosamente aos homens as grandes verdades esquecidas. O maior dos oradores não podia falar mais eloquentemente daquela morte do que o instrumento de alegria, com que se saudara em alvoroço o berço da nação, partindo-se tristemente sobre o túmulo do maior dos seus juizes. É que a existência das repúblicas se mede pela existência da justiça. Abençoada raça a que, ao assentar da sua independência, pôde ter por patriarca da lei o magistrado extraordinário, que, durante 35 anos, foi o comentário vivo e incorrutível da sua constituição. Inflexível na sua cadeira, como a expressão impessoal da legalidade, a ele se deve o não ter sido, ali, o poder judiciário usurpado pelo legislativo, ou desobedecido pelo governo. Era mister uma força, que resistisse a essas tendências, dobrando à autoridade da interpretação constitucional a rebeldia dos presidentes, e as paixões políticas das maiorias parlamentares. Quando ele se sumiu, pois, dentre os vivos, podia-se crer que a república estivesse mortalmente ferida. E, se a república lhe sobreviveu, é porque ele teve sucessores; se a república medrou, é porque esse tribunal tão pouco notado nos seus primeiros anos, antes de Marshall, que ainda se não conseguiu saber ao certo a casa onde funcionava na capital da Pensilvânia até 1801, a tal ponto desenvolveu a soberania da justiça, a reverência popular pelos seus ditames, o prestígio do seu poder sobre os partidos e os governos, que atualmente o fato mais notável do regímen americano é a grandeza da autoridade judiciária, e, se há diferença essencial entre esse sistema político e o das outras democracias, ela consiste no papel dos seus tribunais.

Foi isso que nos fascinou, ao escrevermos a constituição brasileira, porque a república federativa é um absurdo nos povos, que não tiverem a moralidade precisa para imitar, ainda que imperfeitamente, esse padrão. Sem uma justiça mais alta que as coroas dos reis e tão pura quanto as coroas dos santos, esta forma de governo é a expressão mais anárquica da tirania das facções desenfreadas. Se a política não recuar diante desta casa sagrada, em torno da qual marulha furiosa desde o seu começo; se os governos se não compenetrarem de que na vossa independência consiste a sua maior força, a grande força do princípio da autoridade civil; se os homens de estado se não convencerem de que o que se passa aqui dentro é inviolável como os mistérios do culto; se os partidos não cessarem de considerar inocentes e impenetráveis sob o tênue véu dos artifícios políticos as suas conspirações contra a consciência judiciária, ai de nós! porque, em verdade vos digo, não haverá quem nos salve. O sino da liberdade não terá de dobrar sobre o sepulcro dos juizes, mas sobre o ignominioso trespasse da república, contra a qual, nas mãos da nação revoltada pela falta de justiça, se levantarão as pedras das ruas.¹⁹

Direito e liberdade

A cultura jurídica estabelece um círculo de preservação admirável, nestes períodos retrocessivos de indiferença, medo e sicofantismo, contra a infecção reinante. O trato usual do direito, o hábito do seu estudo, a influência penetrante da sua assimilação, nos acostumam a viver na razão, na lógica, na equidade, na moral, nos ensinam e predis põem a desprezar a força. Quando esta se apodera de uma sociedade, e, sob a pressão do seu contacto, a desmedula, a esvazia, a consome, a prostitui, a cadaveriza, cobrindo-a de vermes, as associações do gênero da vossa abrem, aos refratários, um refúgio abençoado. E, se um dia, após as longas tribulações desse gênero de tifismo, a coletividade em perigo emerge, afinal, desmorrendo, recobra a consciência de si mesma, convalesce na inteligência, na energia, no asseio, na honra, então nestes centros de reação persistente é que ela vem encontrar o tabernáculo das tradições da sua dignidade.

Outras não devem ser as afinidades, que aproximam do meu o vosso espírito, e embebem a solenidade que nos une deste alvoreço, desta efusão, deste suave calor reconfortante. Vinte anos há que me eu mato, clamando aos meus concidadãos contra a imoralidade e a baixeza da força, apostolando-lhes a nobreza e a santidade da lei. Toda a existência do nosso regímen se tem consumido nesse incessante conflito entre o princípio do bem e o do mal, com a prevalência, por derradeiro, do princípio do mal sobre o do bem. O meu papel, nesta fase histórica, espelha, dia a dia, esta luta. Outra coisa não sou eu, se alguma coisa tenho sido, senão o mais irreconciliável inimigo do governo do mundo pela violência, o mais fervoroso predicante do governo do homem pelas leis.

Se de algum modo mereci a fortuna da vossa eleição, de certo não foi por este. Os frutos da minha vida são escassos e tristes, bem que os seus ideais tenham sido grandes e belos. Muito é o bem a que tenho aspirado; mas o colhido, muito pouco. Não será, logo, pelo acervo dos resultados, que me teria feito digno do ingresso ao vosso consórcio. O que eu, aos vossos olhos, realmente valer, só se explicará, já se vê, pela excelência das convicções, que têm moldado o caráter da minha passagem por entre os meus contemporâneos, e determinaram no meio deles a minha posição atual.

Duas profissões tenho amado sobre todas: a imprensa e a advocacia. Numa e noutra me votei sempre à liberdade e ao direito. Nem numa nem noutra conheci jamais interesses, ou fiz distinção de amigos a inimigos, toda vez que se tratava de servir ao direito, ou à liberdade.²⁰

Liberdade!

Liberdade! entre tantos, que te trazem na boca, sem te sentirem no coração, eu posso dar testemunho da tua identidade, definir a expressão do teu nome, vingar a pureza do teu evangelho; porque, no fundo de minha consciência eu te vejo incessantemente como estrela no fundo obscuro do espaço. Nunca te desconheci, nem te trairei nunca; porque a natureza impregnou dos teus elementos a substância do meu ser. Teu instinto derivou para ele das origens tenebrosas da vida no temperamento inflexível de meu pai; entre as mais belas tradições da tua austeridade oscilou o meu berço; minha juventude embebeu-se na corrente mais cristalina da tua verdade; a pena das minhas lides aparou-se no fio penetrante do teu amor, e nunca se imbuiu num sofisma, ou se dissimulou num subterfúgio, para advogar uma causa, que te não honrasse. De posto em posto, a minha ascensão na vida pública se graduou invariavelmente pela das tuas conquistas; as vicissitudes da minha carreira acompanharam o diagrama das alternativas do teu curso; contra os dois partidos, que dividiam o império, lutei pela tua realidade sempre desmentida; renunciei por ti as galas do poder, suspiradas por tantos, com que ele me acenou; sozinho, sem chefes, nem soldados, tive por ti a fé, que transpõe montanhas; usei pôr na funda de jornalista pequenino a pedra, de que zombam os gigantes; aos ouvidos do velho rei, sacrificado pela família, pela corte, pelas facções, vibrei nos teus acentos o segredo da sua salvação e a profecia da sua ruína; na república saudei a esperança do teu reinado; quando a república principiou a desgarrar do teu rumo, enchi do teu clamor a imprensa, o parlamento, os tribunais; e, porque eu quisera fundar assim uma escola, onde te sentasses, para ensinar aos nossos compatriotas o exercício viril do direito, ouvi ressoarem-me no encalço, convertidos em grita de perseguição, os cantos heroicos de civismo extraídos outrora do bronze da tua égide pelos que combatiam a monarquia à sombra da tua bandeira.

Enquanto a fascinação do teu prestígio podia ser útil a uma deslocação do poder, tua áurea lenda foi o estribilho dos entusiastas, dos ambiciosos e dos iludidos. Mas assim que a vitória obtida sob a tua invocação entrou a ver na tua severidade o limite aos seus caprichos, um culto novo, armado de anátemas contra os espíritos incorruptíveis no teu serviço, começou a contrapor-te as imagens da república e da pátria, dantes associadas à tua, e dela inseparáveis. Eu não podia aceitar o paradoxo e o artifício dessa substituição; porque tu és o centro do sistema, onde ambas essas ideias alongam as suas órbitas, e, no dia em que te apagasses, ou desaparecesses do universo moral, a que presides, incalculáveis perturbações transtornariam a ordem das esferas políticas, abismando a pátria e a república no eclipse de uma noite indefinida.

Dos que deveras te amam, e entendem, nem a república, nem a pátria podem receber detrimento; porque tu és para uma e para outra a maior das necessidades, o primeiro dos bens, a mais segura das garantias. Só entre os que te não trocam por outros interesses a pátria encontrará um dia os capazes de reerguê-la; e, se a república animar a expansão da tua seiva, deixando frondescer ao largo a piedade das tuas ramas, as últimas sementes do outro régimen mirrarão e morrerão à sombra da tua indiferença.

A democracia, que te nega, ou te cerceia, engoda os povos com o chamariz de uma soberania falsa, cujo destino acaba sempre às mãos das facções, ou dos aventureiros, que a exploram. Senhoras de si mesmas, na acepção verdadeira da palavra, são unicamente as nações, que te praticam sem óbices, nem reservas; pois só onde a unidade humana for livre, a coletividade humana pode ser consciente. Os que falam nas tuas demasias, esquecem que não te poderás desregrar, senão quando fores impura, ou não

sejas completa, e, onde te observarem por igual no desenvolvimento simultâneo de todos, não há meio de contrariar o de ninguém.

Aí está por que eu te advoguei para a consciência e para a palavra, para o ensino e para o culto, para a imprensa e para o *meeting*, para a opinião e para o voto, e, depois de ter lidado com os que te deram ao negro, entendendo que os emancipadores necessitavam de ser emancipados, expus-me a revolução, quando nos negaram a reforma, certo de que as instituições, em que te encarnamos, inaugurariam entre nós uma era de sinceridade.

É tempo de vires animá-las, ó liberdade tantas vezes abandonada pelas criaturas da tua propaganda, pelos pequeninos, que fizeste magnates, pelos desvalidos, que elevaste a onipotentes.

Teu nome é como o do povo: vencedor sempre na batalha, preterido quase sempre nos despojos. Na hora das grandes reivindicações triunfa irresistível a harmonia das tuas promessas, como o peã grego, o hino da vitória infalível. Mas não raro os teus apóstolos assumem no outro dia a tua tutela, e os crimes contra ti concebidos passam a perpetrar-se em teu nome. A ordem, a autoridade, a razão de estado entram desde logo a habitar a boca dos teus antigos confessores, como se a razão de estado não fosse a velha meretriz do despotismo, e a autoridade, ou a ordem, pudesse ter bases mais estáveis que a observância estrita dos teus mandamentos. Os tons podem variar, mas a gama é a mesma: autoridade, ordem, patriotismo, povo, democracia, república, liberdade, tudo são modulações do mesmo motivo, o poder: poder em aspiração, poder em gozo, ou poder em saudade.

Mas tu não és a escada para o poder: és, nas sociedades adiantadas, o elemento sagrado, que o limita. Não te chamas dominação: chamas-te igualdade, tolerância, justiça. Não te entregas em monopólio a um predestinado, a uma religião, a uma parcialidade, a um sistema: existes uniformemente para todos, eliminadora do mal, fonte igual de luz, calor e prosperidade para o bem.

Só te compreendem os que te não recusam aos seus adversários; porque tu és a discussão, a luta das inteligências, o combate das ideias. Nenhuma opinião, nenhuma política, nenhuma invenção humana é privilegiada contra ti sobre todas entornas imparcialmente os teus raios, a cujo clarão o erro se descobre, e prevalece a verdade. Teu influxo decompõe as criações efêmeras, e cristaliza as divinas.

Muitos séculos te rejeitaram em nome da fé religiosa, até que acima de todos os dogmas a humanidade pusesse o teu dogma, não como a negação de Deus, mas como a sua confissão mais sublime. Tremendos sofrimentos atravessou o homem, primeiro que te enxergasse nesta evidência, percebendo a impotência dos cultos fabricados na terra, para concorrer com o que encerrasse a expressão da eternidade. Destronizada, porém, a intolerância religiosa, querem agora desmentir-te, assentando no mesmo sódio a intolerância civil. Os que adquiriram o direito de afirmar que Deus é o mal, perderam o de dizer que a república não presta. Mas é preciso não ter colhido os rudimentos da tua experiência, para não saber que o regímen, cujo princípio não se discute, é um regímen pela sua própria desconfiança condenado à antipatia, ao descrédito e à morte. Uma constituição indiscutível é, perante a lição da tua experiência, uma constituição caduca, gerada na decrepidez, condenada de nascença à senilidade.

Só por ti se discriminam autenticamente os regimens. Tua presença faz as repúblicas, dando-lhes o governo da opinião, fórmula necessária da realidade republicana. Tua ausência as infama, as desmascara, as arruína, insurgindo contra elas as tuas forças, as maiores que a nossa natureza conhece, as que revolvem até o fundo a alma humana, as que levantam, ao grito da consciência, as pedras das calçadas, as que fazem pairar sobre as revoluções o espírito de Deus.

Ai dos que põem as mãos na tua arca, ó liberdade, que ergues as nações, e abates os impérios! As democracias, que atentam contra a tua majestade, perecerão na tirania dos Césares, ou na anarquia das ruas. Onde tu decais, ou te somem, não tarda em te seguir na desestima e na extinção o governo do povo pelo povo. Toda maioria, que te comprime nos indivíduos, ou nas minorias, pronuncia a condenação de si mesma; porque o princípio das maiorias é um princípio de evolução e rotação, em que alternativamente as maiorias se decompõem em minorias, e as minorias se dilatam a maiorias. É graças a essa atividade

contínua das tuas correntes na formação da vontade popular que as democracias se depuram, esclarecem e legitimam. Porque nada seria menos tolerável à dignidade humana, mais contrário à natureza moral da autoridade e da obediência, do que a supremacia do número, se tu não suscitasses as vocações, para o iluminarem, as virtudes, para o converterem, as capacidades, para o reprimirem. Em lhe faltando essa abóbada estrelada, onde rutilam as superioridades, esses confins, que limitam a força, esse paradeiro, de onde os instintos refluem, coibidos pela razão, a sorte dos estados entraria na zona das catástrofes, onde, extintos os teus signos e os teus faróis, rola a vaga negra da loucura coletiva, sucedendo ao povo, com a sua inteligência, a sua generosidade e a sua grandeza, “a calamidade terrível” do trágico grego, a tirania das multidões.

Quando ela espuma convulsiva nas praças de uma cidade, imagina ter empunhado o cetro de um país; e os que não têm crenças, ou gastaram o caráter no atrito dos interesses, desertam espavoridos a tua milícia, para agregar o falsete da sua pusilanimidade aos bramidos da catástrofe desencadeada. Ela passará, como todos os fenômenos da desordem. As procelas, as trombas, os ciclones devastam, mas não duram. O que não passa, é o oceano das verdades eternas, indiferente ao rugir das paixões contemporâneas, e por sobre ele a imensidade sidérea das almas, que és tu, ó liberdade.

Com a frente banhada na claridade que derramas sobre o curso dos tempos, o historiador, que se debruçar para a crônica das misérias do passado, terá muitas vezes repugnância em memorar entre os mais desnobres espécimens da degenerescência no homem civilizado os panegíricos da demagogia aos crimes cometidos contra ti pelo delírio anônimo das ruas. Querem santificá-los essas desprezíveis apologias, indo buscar-lhes a origem na indignação, que inspira ações grandes, ou no entusiasmo, que move os heróis, e transfigura divinamente os povos. Por essas vociferações passa amiúde a tua evocação profanada. De quando em quando na eloquência dessas cumplicidades se estorce, glorificada, com as tuas palmas, a alucinação rubra de uma espécie de Cáli indiana. Mas tu não és a musa do sangue, ó liberdade; tu és o gênio da paz.

A abafadiça magnificência das civilizações sem ideal não te entreviu. Nascestes quando a inteligência principiou a devassar o infinito, no espírito dos que resgatavam com o ostracismo, ou a cicuta, o amor da verdade e a independência da razão contra o estado. Na Helênia se deu um dia a medida do teu valor, quando os embaixadores de Atenas, quatro séculos antes de Cristo, afirmavam a Esparta que os atenienses não negociariam a liberdade, para salvar o território. Mas uma organização, que dividia os homens, perante o direito, em gregos e bárbaros em cidadãos ilotas, não podia resolver a tua incógnita. Foi a cruz do Nazareno que decifrou o teu mistério, levantando-te num pedestal, que as maiores revoluções não combaliram, nem hão de combalir. Quando a justiça de César e a justiça do povo supliciaram entre dois malfeitores a divindade, que as nações civilizadas adoram há 1.900 anos, o homem viu que o arbítrio de matar e a autoridade de oprimir acabam logicamente no deicídio. Desde esse exemplo tremendo, todo aquele que te maltratar, perseguindo uma opinião, ou derramando o sangue a um semeador de ideias, comete debaixo do céu o sumo sacrilégio. O homem, que é o erro em procura da verdade, não pode traçar a divisória entre a verdade e o erro; e por isso, em todo pensador, em todo apóstolo, em todo reformador, em todo heterodoxo, há alguma coisa, que os poderes da terra não têm meios de saber se é humana ou divina. A maior vítima das maiorias políticas foi o Deus crucificado. E aqui está porque a imagem da sua paixão é a tua própria imagem. Entre os braços daquele patíbulo tu e a verdade sofrestes juntamente, e com a verdade ressurgistes dos mortos. Porque tu não és a verdade; mas, se a verdade pode entrever-se da terra, é pelos horizontes que tu nos abres.²¹

A mão do Senhor

Bendita seja, Senhor, a mão, que tantas graças em mim tem derramado. Vós me destes progenitores imaculados, que buscaram ensinar-me a não errar os vossos caminhos. Liberalizastes-me cinquenta anos de atividade ao serviço do meu país. Mais de quarenta me permitistes de união com uma companheira, que tem sido a vida de minha vida, a alma de minha alma, a flor sempre viva da vossa bondade no meu lar. Já me deixastes ver a segunda geração de uma descendência que me não deslustra. Ao cabo de tantas dádivas, me vejo agora cercado, tão assinaladamente pela benquerença dos meus concidadãos. E, sobre essa profusão de benefícios, ainda me cabe a dita, sem preço, de ver, no esboçar-se da vitória dos povos contra os déspotas, na confissão do valor dos pequenos pelos grandes Estados, na próxima União das Nações, o amanhecer desses ideais de legalidade e direito, de tolerância e democracia, de paz e fraternidade, que os vossos Evangelhos nos entremostam há mais de 1.900 anos. É muito, Senhor, para quem tão pouco merece, e, por mais dura que me tenha sido a carga do trabalho, por mais que me haja custado o amargor dos trabalhos, nada me resta, nada se apura do meu escasso crédito, comparado à dívida infinita, de que a vossa misericórdia me acabrunha.

Mas, Senhor, se a quem nada tem com que pagar, ainda será lícita a ousadia de pedir (e tal é, para convosco, a condição de todas as criaturas), dai que hoje, daqui, do alto desta solenidade, cujo esplendor só a vós pode ser tributado, juntemos todos as nossas orações às que há quatro anos se elevam aos vossos pés, de todos os cantos do planeta, num oceano de lágrimas, soluços e vidas, pela regeneração da vossa obra inenarrável, desnaturada hoje totalmente com a renascença do antigo paganismo na política anticristã, que banuiu a moral, o direito e a verdade, substituídas pelo interesse, pela servidão e pela mentira.

Da vitória do bem não duvidei jamais, porque nunca me vacilou a crença na vossa justiça.²²

A liberdade e o poder militar

Todas as bandeiras são semelhantes no seu estofo, nos seus matizes, no seu destino convencional. O que as distingue, e a história, o caráter, o vigor moral da consciência coletiva, que cada uma delas representa. A nossa já se pode ensoberbecer de um passado lisonjeiro e inolvidável nos campos de batalha. Mas a bandeira não é só o emblema da guerra. É principalmente o paládio augusto da paz na liberdade. Sua sombra se projeta sobre os lares, abriga as instituições, e guarda o sagrado culto da Pátria. Não é, pois, um símbolo morto; é uma entidade viva, consagrada a funções gloriosas: as de representar o vínculo nacional, dar ao sentimento da honra comum uma expressão visível a todos os cidadãos, e ser a signa da liberdade nos movimentos populares.

Mas essa expressão emblemática não é verdadeira, senão quando todos os cidadãos são livres. Numa comunidade cujos membros abandonaram os seus direitos, o estandarte nacional é a folha de parra da nudez da sua ignomínia. Foi a excelência da sua Constituição, diz Tucídides, o que assegurou a Esparta o primeiro lugar na Grécia, e lhe deu a situação de cabeça dos confederados na guerra contra os persas. Os atenienses, com o alto senso político do seu temperamento, em tal estima tinham a sua liberdade, que declaravam não a negociar nem mesmo a troco da salvação da sua terra. Cinquenta anos de prussianismo fizeram da Alemanha o pavor do mundo. Mas a esses cinquenta anos de acumulação de soberba, insolência e material homicida, a Europa republicana e parlamentar opôs o milagre da sua improvisação militar; e as estupendas reservas de energias morais entesoiradas nas grandes nações do Ocidente salvaram o gênero humano da mais tremenda invasão bárbara que nunca se viu ameaçar a civilização cristã. Guardai indelevelmente em vós esta lição maravilhosa, para não vos esquecerdes jamais de que, se a defesa das nações precisa do poder militar, o poder militar muito mais necessita do vigor, da grandeza, da liberdade das nações, e que, nas lutas entre potências armadas, os povos ricos das virtudes civis que se nutrem do respeito à dignidade humana são os que têm segura a vitória contra a brutalidade cevada nas paixões da conquista.²³

O Diário da Bahia

Deus meu! Deus meu! Que alucinação maviosa! que volver ao tempo decorrido! Como estou vendo aquele nosso convívio de jornalistas, e a nossa camaradagem brilhante de escritores liberais, e o nosso labutar de toda a manhã e de toda a tarde no *Diário da Bahia!* e a eleição direta! e o programa das reformas! e a liberdade religiosa! e os primeiros clangores da emancipação dos escravos! e as surtidas, os recontros, as escaramuças da longa oposição na campanha cotidiana da imprensa!

Tudo passou. Pelo sacrário daquela casa, arquivo de mais de cinquenta anos da nossa história, se enroscaram as chamas da guerra civil, e os incêndios de um bombardeio consumiram aquelas coleções veneráveis. Folhas da nossa vida, algumas das quais se terão, talvez, salvado, mas as mais delas se calcinaram, e desapareceram, com a sensação, em nós outros, de que era a nossa carne mesma, os nossos nervos, a nossa vida, o nosso pensamento o que se abrasava e sumia na estúpida conflagração.²⁴

As estátuas

O bronze é duro; o mármore é frio; o ouro, pomposo. Nenhum tem a emanção do espírito, que o escopro do estatuário mal pode comunicar à imobilidade e rijeza de uma atitude fixada ou de uma expressão perpetuada na pedra ou no metal. A estatuária teve o seu tempo e o seu meio na antiguidade; porque a antiguidade era imaginativa e supersticiosa. O lar tinha os seus penates; e os vultos dos poetas e legisladores, dos heróis e benfeitores do povo, confundidos com os dos numes e semideuses, eram os penates da cidade, oferecidos à veneração pública na agora e nos mercados, nas termas e no fórum, nos ginásios e teatros. Nas multidões de hoje em dia se gastou e extinguiu esse culto das virtudes e glórias de exibição, talhadas no mármore ou vazadas no bronze. As turbas de agora passam descuriosas e irreverentes, sem levantar os olhos, pelas imagens dos grandes homens, alçadas nos seus pedestais de granito; e a impressão da sorte dessas personagens, condenadas, numa exposição eterna, à distração dos transeuntes, é a do suplício da indiferença, imposto aos glorificados.

Bem-aventurados os que a si mesmos se estatuaram em atos memoráveis, e, sem deixarem os seus retratos à posteridade, esquecida ou desdenhosa, vivem a sua vida póstuma desinteressadamente pelos benefícios que lhe herdaram.²⁵

O jogo

Mas há uma calamidade pior do que a loteria e a bolsa. Estas derivam, mas no segundo grau, de uma enfermidade humana, cuja descendência imediata é infinitamente mais reprovada e desastrosa. De todas as desgraças que penetram no homem pela algibeira, e arruínam o caráter pela fortuna, a mais grave é, sem dúvida nenhuma, essa: o jogo, o jogo na sua expressão mãe, o jogo na sua acepção usual, o jogo propriamente dito; em uma palavra: o jogo — os naipes, os dados, a mesa verde.

Permanente como as grandes endemias que devastam a humanidade, universal como o vício, furtivo como o crime, solapado no seu contágio como as invasões purulentas, corruptor de todos os estímulos morais como o álcool, ele zomba da decência, das leis e da polícia, abarca no domínio das suas emanções a sociedade inteira, nivela sob a sua deprimente igualdade todas as classes, mergulha na sua promiscuidade indiferente até os mais baixos volutabros do lixo social, alcança no requinte das suas seduções as alturas mais aristocráticas da inteligência, da riqueza, da autoridade; inutiliza gênios; degrada príncipes; emudece oradores; atira à luta política almas azedadas pelo calistismo habitual das paradas infelizes, à família corações degenerados pelo contacto cotidiano de todas as impurezas, à concorrência do trabalho diurno os naufragos das noites tempestuosas do azar; e não raro a violência das indignações furiosas, que vêm estuar no recinto dos parlamentos, é apenas a ressaca das agitações e dos destroços das longas madrugadas do cassino.

O sr. Morais Barros — Quadro horroroso e verdadeiro.

O sr. Rui Barbosa — Quantos destinos não se contam por aí, dominados exclusivamente na sua irremediável esterilidade pela ação desse fadário maligno! Quantas vidas, que a natureza dotara de prendas excelentes para a felicidade própria e o bem dos seus semelhantes, não se consomem, graças à tirania dessa paixão absorvente, no descontentamento, na revolta, na inveja, na malevolência habitual! Quantos fenômenos inexplicáveis de reação, de cólera, de ódio ao que existe, de despeito contra o que dura, de guerra ao que se eleva, de irreconciliabilidade com o que não se abaixa, não têm a sua origem nos contratemplos e amarguras dessas existências aberradas, que, sacudidas continuamente pelas emoções do inesperado, se alimentam das suas surpresas, se estiolam com as suas decepções, e, vendo a felicidade repartir-se às cegas pela superfície do tabuleiro verde, acabam por supor que a sorte de todos, neste mundo, se distribui com a mesma casualidade, com a mesma desproporção, com a mesma injustiça, acabam por ver no merecimento, no esforço, na economia, na perseverança, coisas fictícias, estranhas, ou hostis, acabam por confundir o sudário divino dos mártires do trabalho com a pobreza exprobratória em que a ociosidade amortalha os desclassificados de todas as profissões!

Esse mal, que muitas vezes não se separa do lupanar senão pelo tabique divisório entre a sala e a alcova; essa fatalidade, que rouba ao estudo tantos talentos, à indústria tantas forças, à probidade tantos caracteres, ao dever doméstico tantas virtudes, à pátria tantos heroísmos, reina sob a sua manifestação completa em esconderijos, onde a palavra se abastarda no calão, onde a personalidade humana se despe do seu pudor, onde a embriaguez da cobiça delira cínica e obscena, onde os maridos blasfemam pragas improferíveis contra a sua honra conjugal, onde, em uma comunhão odiosa, se contraem amizades inverossímeis, onde o menos que se gasta é o equilíbrio da alma, o menos que se arruína é o ideal, o menos que se dissipa é o tempo, estofo precioso de todas as obras-primas, de todas as utilidades sólidas, de todas as ações grandes.

Inumerável é o número de criaturas, que a tentação, o exemplo, o instinto, o hábito, o acaso, a miséria, levam a passar por esses latúbulos, cuja clientela vai periodicamente fazer-se apodrecer ali, por gozo, por necessidade, por avidez, e na corrupção de cujos mistérios cada iniciado se afaz a ir deixando ficar aos poucos a energia, a fé, o juízo, a nobreza, a honra, a temperança, a caridade, a flor de todos os afetos, cujo perfume embalsama e preserva o caráter.

Aqueles, que, por uma reação do horror no fundo da consciência, logram salvar-se em tempo desses tremedais, poderiam escrever a história da natureza humana vista sob aspectos inomináveis. Outros, porém, presas da vasa, que nunca mais os larga, rolam e imergem nela de decadência em decadência, cada vez mais saturados, cada vez mais infelizes, cada vez mais afundidos no infortúnio, até que a piedade infinita do termo de todas as coisas lhes recolha ao seio do eterno esquecimento os restos inúteis de um destino sem epitáfio.

Eis o jogo, o grande putrefator. Diátese cancerosa das raças anemizadas pela sensualidade e pela preguiça, ele entorpece, caleja e desviriliza os povos, nas fibras de cujo organismo insinuou o seu gérmen proliferante e inextirpável.

Os desvarios do encilhamento dão e passam como rápidos temporais. São irregularidades violentas das épocas de prosperidade e esperança. Só o jogo não conhece remissões: com a mesma continuidade, com que devora as noites do homem ocupado e os dias do ocioso, os milhões do opulento e as migalhas do operário, tripudia uniformemente sobre as sociedades nas quadras de fecundidade e de penúria, de abastança e de fome, de alegria e de luto. É a lepra do vivo e o verme do cadáver.²⁶

O vício

O vício arrecada sobre a atividade do ocioso quatro espécies de impostos: a perda do tempo, a perda do estímulo, a perda da saúde e a perda do dinheiro. A importância desse quádruplo desfalque poderia ser precisamente computada em algarismos por quem se propusesse a sindicá-la, pelo sistema das monografias empregado hoje nos inquéritos sociais, a voracidade do parasita multiforme comparando, no orçamento do jogador, ou do dissoluto, o quinhão da família com o das suas abjetas rivais: a batota, a mancebia, a crápula, a taverna.

Uma inexorável maldição lhes mirra a atividade, definhando-lhes os recursos para os deveres mais sagrados. Tudo em torno deles acusa a esterilidade das coisas precitas: o traje é descuidado, a casa nua, o pão raro, servil a condição da esposa, a instrução dos filhos grosseira, as dívidas a monte, frequentes os desaires, as privações infinitas, o cálice da vida azedo, odioso, inoportuno. Mas, se pudésseis contar as horas e as somas continuamente absorvidas pela madraçaria viciosa aos chefes dessas colônias de infelizes, verificaríeis que esses prejuízos representam verdadeiras riquezas, opulências incalculáveis, que a providência e o trabalho teriam multiplicado, mas as dissipações criminosas extraviam e devoram.²⁷

Pai e filho

Falei-vos em meu pai. O que eu sou, menos o coração em que minha mãe entrou grandemente, dele nasce quase exclusivamente, como a água que corre da água que já correu. Esta palavra, de que eu uso em mim diminuída, era dele, o maior orador que jamais conheci. Esta cabeça, que eu tenho, não é mais que uma apagada sombra da sua. Esta paixão da liberdade e do direito e da justiça, herdou-ma ele, a mais justa das almas, o mais irreduzível liberal que eu nunca vi, liberal à inglesa e à americana. O amor da pátria, a intransigência da honra, a firmeza da vontade, o culto dos princípios, o desprezo dos perigos, o fundo religioso do sentimento e das ideias, isso tudo é seu. De modo que, a cada passo da minha vida, o que eu sinto dentro no mais íntimo de mim mesmo, é meu pai. Ele não morreu: em mim vive, e viverá, enquanto alguma coisa de mim restar.²⁸

A oração do filho

Mas, antes de nos deixarmos, vinde comigo depor estas homenagens, estes troféus, estes símbolos no altar que os deve receber.

Espírito supremo daquele que me ensinou a sentir o direito, e querer a liberdade; daquele cuja presença íntima respira em mim nas horas do dever e do perigo; daquele a quem pertence, nas minhas ações, o merecimento da coerência e da sinceridade; emanção da honra, da veracidade e da justiça, espírito severo de meu pai; imagem da bondade e da pureza, que verteste em minha alma a felicidade do sofrer e do perdoar, que me educaste no espetáculo divino do sacrifício coroado pelo sacrifício, carícia do céu na manhã dos meus dias, aceno do céu no horizonte da minha tarde, anjo da abnegação e da esperança, que me sorris no sorriso de meus filhos, espírito sideral de minha mãe se o bem desabotoa alguma vez à superfície agreste de minha vida, vós sois a mão do semeador, que o semeou, vós, cuja energia me criou o coração e a consciência, cuja benção derramou a fecundidade sobre as urzes de minha natureza. Quando, na minha existência, alguma coisa possa inspirar gratidão, ou simpatia, não me tomem senão como o fruto em que se mitiga a sede, e que se esquece. Vós, autores benignos do meu ser, vós sois a árvore dadivosa cujos benefícios sobrevivem no reconhecimento, que não murcha. Estas flores, magia de um jardim instantâneo, onda esparsa de uma alvorada balsâmica, estas flores em que se desentranha, ao contacto da Bahia, o berço, que me afofastes com a vossa ternura, que me guardastes com as vossas vigílias, que me perfumastes com as vossas virtudes, estas flores são vossas: recebeia-as. Que elas envolvam no seu aroma a vossa memória, reabram, em cada geração de vossos netos, aos pés da vossa cruz, e deixem cair o refrigério de seu orvalho sobre as paixões corrosivas, que ulceram a pátria, amofinando-lhe o presente, ameaçando-lhe o futuro.²⁹

Visita à terra natal

Depois disto... diante disto... não sei como principie...

Aos primeiros sorrisos longínquos de minha terra na curva azul de sua enseada, enquanto o vapor me aproximava rapidamente destas doces plagas, onde minha mãe me embalou o primeiro e meus filhos me velarão, talvez, o último sono, vendo pendurar-se do céu e estremecer para mim o ninho onde cantou Castro Alves, verde ninho murmuroso de eterna poesia debruçado entre as ondas e os astros, parecia-me que a saudade, amado fantasma evocado pelo coração, me estendia os braços de toda a parte, no longo amplexo do horizonte. Minha vida inteira, o remoto passado fugitivo recompunha-se-me nalguns instantes, de uma infinita suavidade triste, como a das grandes afeições tenazes, que lutam contra a volubilidade dos sucessos, e procuram fixar-se à beira da corrente irresistível da vida, abraçando-se aos ramos imortais do ideal. Nesse crescer, porém, de recordações, onde o meu espírito flutuava, anelante, de vaga em vaga, de pensamento em pensamento, de ressurreição em ressurreição, mais vivas, mais insistentes, mais obsessivas entre todas se me debuxavam na memória as impressões da minha última visita a estes lares. Vai por cinco anos. Era em 1888. Corriam os últimos dias de abril. Poucos me eram dados, para respirar estes ares, a cujo oxigênio se formou a minha paixão pela liberdade. Eu vinha só com a minha fé, a única força que a natureza não me recusou, a companheira fiel das minhas provações, o viático de meu caminho acidentado. A atmosfera do império e da escravidão oprimia-nos, abafadiça, de todos os lados. Os partidos monárquicos brigavam, enfezados, na sua rixa de lagartos, na raiva preguiçosa de velhos estélios coriáceos, à luz de uma publicidade indiferente, ou hostil, como os raios do sol que acariciam o torrão próspero, mas flagelam a estepe escavada, no silêncio, no marasmo, na solidão moral da pátria, calcinada por uma esterilidade maldita.

Quisestes então ouvir-me, amigos meus, bons conterrâneos, meus irmãos... irmãos, porque fomos ninados todos no mesmo berço destas encostas arredondadas e meigas como regaço de fada benfazeja, todos amamentados aos seios da mesma mãe, a alma Bahia, mãe da inteligência, da generosidade e do entusiasmo...³⁰

O abolicionismo

Aqueles que alguma vez, em dias de luta, reclinaram na ternura do seio materno a cabeça preocupada, e conservam no fundo d'alma, como aroma de lírios extintos, essa reminiscência benigna, — esses avaliem a consolação do pobre soldado de tantas lutas contra a injustiça, sentindo hoje, entre duas separações, na frente experimentada pelo fogo estas carícias de mãe.

As coroas que a glória bafeja, embriagam como o suco da vinha: as que o interesse sobredeira, nodoam como o azinhavre do cobre; as que a condescendência liberaliza, amesquinham como a proteção imerecida; mas aquelas com que o ingênuo desvanecimento da pátria afaga a dedicação obscura dos seus trabalhadores, sabem à sinceridade do primeiro leite da vida, e ameigam o coração magoado com a doçura dos beijos que nos perfumam o berço.

Por entre as trevas que velam a face da nossa Bahia, a mãe forte de tantos heróis, a antiga metrópole do espírito brasileiro, com pés assentados na história do seu passado luminoso e a cabeça a cintilar dos astros ainda não apagados na noite das suas tristezas, como aquela imagem dos livros santos, calçada de lua e coroada de estrelas, — as associações abolicionistas representam a plêiade do futuro, nesse diadema de onde as baixezas da nossa política não conseguiram desengastar as últimas gemas.

Pequeninas são elas, e mal parece deslocarem-se, como tão pequeninos e imóveis esses focos radiantes que descrevem órbitas infinitas pelo espaço celeste; mas a verdade tão certa como a eterna estabilidade das leis que regem o cosmo, é que esses núcleos de condensação e irradiação patriótica assinalam hoje os nossos pontos de orientação, no horizonte das coisas que estão por vir.

Pueril engano realmente, senhores, o dos que veem no abolicionismo o termo de uma aspiração satisfeita, A realidade é que ele exprime apenas o fato inicial da nossa vida na liberdade, o ponto de partida de uma trajetória sideral, que se desdobra incomensuravelmente no campo da nossa visão histórica. Cegos os que supõem na abolição a derradeira página de um livro encerrado, uma fórmula negativa, a supressão de um mal vencido, o epitáfio de uma iniquidade secular. O que ela é, pelo contrário, é um cântico de alvorada, o lema já não misterioso de uma idade que começa, o medir das forças do gigante que se desata. Imaginai Prometeu desencadeado, livre do abutre, ensaiando pela escarpa da montanha os primeiros passos de sua vitória contra a tirania suprema.

Nós éramos um povo acorrentado a um cadáver: o cativo. O meio século de nossa existência nacional demarca um período de infecção sistemática do país pelas influências sociais e oficiais interessadas na perpetuidade desse regímen de uma vida abraçada à podridão tumular. Agora, que o tempo acabou de dissolver essa aliança sinistra, vamos encetar a cura da septicemia cadavérica, do envenenamento do vivo pelo morto; trabalho que nos impõe os mais heroicos esforços de reação orgânica, e a que há de presidir o signo redentor do abolicionismo.

Abolicionismo é reforma sobre reforma; abolicionismo é reconstituição fundamental da pátria; abolicionismo é organização radical do futuro; abolicionismo é renascimento nacional. Não se há de indicar por uma sepultura com uma inscrição tumular mas por um berço com um horóscopo de luta.

Os que fizeram esta campanha — não me refiro aos operários da última hora, mas aos que se votaram a ela nos dias de dúvida, de sacrifício e de perigo — esses assumiram para com a sua honra um compromisso, que está por saldar-se: a eliminação progressiva das instituições servis, quero dizer, das instituições que vieram pelo consórcio com a escravidão, que se nutriram de seus vermes, e agora,

extinto o cativo negro, hão de conspirar tenazmente pela eternidade do cativo branco.³¹

Thálassa! Thálassa!

...O movimento persiste. O movimento cresce. O movimento se inflama. O movimento vai, como as inundações, de monte a monte. Todo o Brasil vivo se levanta. A nação está de pé e em marcha. É o batismo do povo na democracia. É o renascimento da nossa nacionalidade. É o futuro livre, que se começa a descortinar.

Agora, sim, que me sinto no princípio da esplanada, à beira das grimpas donde o olhar se espraia além pelo horizonte resplandecente de sol, e o espírito se perde ao longe nos espaços etéreos da esperança. Eu compreendo neste momento o clamor dos gregos antigos, extasiados no azul divino à orilha das ondas murmurantes, o cântico dos gritos de seus corações heroicos às praias da Jônia: “Thálassa! Thálassa!” O mar livre! O oceano! A esperança! O futuro! Bendigamos a Deus, que no-lo descerra! As âncoras da minha fé mergulham nele hoje, e da profundeza por onde vão descendo me chega às mãos enfraquecidas, que as lançaram, o estremecimento das suas promessas misteriosas. Pudesse eu ainda abrir convosco a minha vela na volta desses rumos novos, que haveis de ir tentar os moços, os companheiros de meus filhos e meus netos na exploração dos nossos destinos.

Já não é, porém, a minha vez. Vós é que desferireis por sobre essas vagas insondadas o voo da grande navegação, que eu entrevejo, em demanda, com o auxílio celeste, de melhores tempos.

Mas eu me consolo com os ver à distância, do alto de uma situação donde se não torna atrás. Com este espetáculo aos olhos da minha previsão, se eu houvera de acabar hoje, morreria feliz, abençoando a mão dadivosa daquele que me premiou além do meu merecimento, conduzindo, afinal, a minha jornada à aresta destas vertentes, donde se avistam os primeiros longes do panorama ideado, há quase um século, entre nós, por espíritos liberais.

Se o testemunho da história me não trai, se não me trai a memória dos sucessos a que assisto, há 45 anos, desde a minha mocidade, nunca se presenciou no Brasil coisa que se compare a estes três meses de benigna reação. Digamos reação, digamo-lo de rosto erguido aos caluniadores deste nome; digamos reação que é nome de vida, nome de saúde, nome de convalescença. É a célula que se estimula. É o sistema nervoso que vibra. São os vasos sanguíneos que se ativam. São os músculos que se oxigenam. É a temperatura vital que se equilibra. É o tóxico infeccioso, que se elimina. É o organismo invadido, que se defende. É a pátria, que se regenera.³²

O militarismo

Deus, que me infundistes o amor da beleza, da verdade e da justiça; que povoais da vossa presença as minhas horas de arrependimento, de perdão e de segurança na vossa misericórdia; que, há dezenas de anos, me descobris os meus erros, me reergueis dos meus desalentos, me conduzis pelo vosso caminho: dai-me, agora mais do que nunca, o ânimo de não mentir aos meus semelhantes, de me não corromper nos meus interesses, de não temer ameaças, não me irritar de injúrias, não fugir a responsabilidades. Se a mercê da salvação da nossa liberdade e da nossa fortuna, da nossa paz e da nossa honra, postas nas vossas mãos onipotentes, exigir o sacrifício de um em satisfação das culpas de todos, não vos detenha, Senhor, a miséria do resto dos meus dias, cansados e inúteis. Mas não permitais que as maquinações do egoísmo de alguns prevaleçam ao bem de um povo inteiro, que a barbaria senhoreie de novo a nossa pátria, que os semeadores de violências e desunião vejam prosperar outra vez a sua funesta sementeira nas regiões benditas, sobre cujos céus acendestes a constelação da vossa cruz. Dos campos e coxilhas do Rio Grande, dos serros, das chapadas e das grotas do Paraná e Santa Catarina, das praias de Guanabara e das ilhas de suas águas, esparsos ossuários das vítimas exterminadas nas batalhas, nas execuções e nas vinganças de lutas fratricidas, o sangue dos mortos clama a vós pelo sossego dos seus irmãos, os que lhes sobrevivemos, para nos lembrar eternamente desses dias carregados de trevas. Arrebatado no turbilhão pela violência dos tempos, quis a vossa bondade que, a despeito do meu ardor na reação da mais veemente propaganda contra opressões sucessivas, não manchasse eu jamais a inocência das minhas ideias na torrente cruenta dos conflitos e atentados. Com o mesmo vigor me empenhei agora contra a impetuosidade e a conjuração das circunstâncias, que, mau grado meu, acabaram por me reduzir à necessidade inevitável desta situação. Efêmero incidente, porém, nesta fase de graves problemas, não seja nunca o meu nome empecilho à harmonia da família brasileira. Bem sabeis, Senhor, que menos me turbaria a própria morte que o receio de iludir os votos dos meus concidadãos concorrendo, pelo meu desmerecimento, para o mal da terra, sobre todas as coisas à minh'alma, que recebeu o túmulo de meus pais, e me deu o berço de meus filhos. Mas, se é certo que, na ordem insondável da vossa Providência, a grandeza das vossas obras resplandece na humildade dos seus instrumentos, abençoai em nos os servos da vossa vontade na manutenção do regime da lei, da concórdia e das instituições livres entre vinte milhões de homens criados no gremio do vosso culto, contra o domínio pagão da força, a impiedade blasfema do arbítrio, a escravização, a anarquização, a descristianização do Brasil pelo militarismo.³³

Davi e Golias

Fiquem-se, pois, a roncar os roncadores. Todo esse carranquear, todo esse rugir, todo esse ameaçar me recorda a grande cena dos livros sagrados: a colossalidade bruta da provocação e da força, derribada pela inteligência e pela confiança no direito de uma causa divina. “E saiu do campo dos filisteus um homem bastardo, chamado Golias, de Geth, que tinha seis côvados e um palmo de altura. E trazia na cabeça um capacete de cobre, e vinha vestido de uma coiraça escameada. O peso da coiraça era perto de cinco mil siclos de cobre. Tinha cobertas as pernas de umas botas de cobre. Um escudo de cobre abrigava os seus ombros. A haste da sua lança era como o órgão dum tear. O seu ferro pesava seiscentos siclos de ferro. Adiante dele vinha o seu escudeiro.” E, dentre as tropas que o cercavam, o gigante de ferro e cobre e presunção insultava as forças de Israel, desafiava o mundo, estadeava a certeza de um fácil triunfo. Mas, daí a pouco, a montanha de soberba e bravaria desabava ao tiro da funda de um pegureiro, o menor dos filhos de Isai, sem elmo, nem espada, nem armas, apenas com cinco pedras limpas da torrente na bolsa e a segurança, no seu coração, de que avançava ao inimigo em nome do Senhor.

Esta formosíssima tradição me parece o símbolo da eterna aliança entre Aquele que criou o bem e aqueles que por este se batem. Em nome do Senhor vão todos os que se expõem à guerra santa das ideias, por uma causa justa. Aí um só homem pode valer exércitos. Quanto mais quando a funda de Davi se acha no punho de uma nação. Assim não se lhe apague do seio o ânimo do seu direito. “*Sursum corda*”, senhores. Elevemos os corações a Deus.³⁴

A força do ideal

...Agora vos falarei no ideal.

Se vos eu dissesse que o ideal é a parte mais grave da realidade humana? Filhos desta casa, bem mo compreenderíeis. Como definir o ideal? O ideal não se define; enxerga-se por clareiras que dão para o infinito: o amor abnegado; a fé cristã; o sacrifício pelos interesses superiores da humanidade; a compreensão da vida no plano divino da virtude; tudo o que alheia o homem da própria individualidade, e o eleva, o multiplica, o agiganta, por uma contemplação pura, uma resolução heroica, ou uma aspiração sublime.

Disse o Cristo que o homem não vive só do pão. Sim; porque vive do pão e do ideal. O pão é o ventre, centro da vida orgânica. O ideal é o espírito, órgão da vida eterna. Entendei, como quiserdes, a eternidade e a espiritualidade. Se debaixo de uma ou de outra forma, que será o ideal mais ou menos celeste, mais ou menos terreno, não as admitirdes, tereis reduzido os entes racionais à animalidade. A política experimental dos incrédulos ainda não pode agenciar para o grande ensaio, no grêmio da civilização, uma nacionalidade materialista. Até hoje, os celeiros do gênero humano, as terras onde loirejam as messes, onde florescem os linhos, onde se tecem as lãs, onde os rebanhos se renovam como a erva dos prados, são os que se fertilizam com o suor dos povos crentes. Esbulhá-los do seu ideal era mais difícil que bani-los das suas pradarias, dos seus armênios, das suas searas, dos seus linhares, das suas manufaturas. Porque, nesses povos, a consciência domina todas as instituições e todos os interesses. A religião os fez livres, fortes e poderosos. Pela religião fizeram as suas maiores revoluções. À sombra da religião fundaram os seus direitos. Tirassem a esses Estados o seu ideal, que restaria? Grandes construções morais, sem o cimento que as soldava. Tremendas forças sociais, sem o freio que as continha. Massas enormes, sem coesão que as detivesse, como os rochedos erráticos nas eras diluviárias, ou os aludes soltos pelos despenhadeiros dos Alpes. Quando o fratricídio separatista, nos Estados Unidos, abalou com uma guerra sem exemplo os eixos do mundo, lutava um interesse com um ideal. O ideal, que era a liberdade, esmagou para sempre o interesse, que era o cativoiro. Acreditais que fora do cristianismo uma nação de Titães abrisse assim as próprias veias, para expiar e extinguir o crime da exploração de uma raça aviltada?

Aí tendes, caracteristicamente, o valor prático desse elemento imponderável, mas decisivo, nos destinos humanos. Vede o Oriente e o Ocidente: são dois ideais. Vede a Palestina, Atenas, Roma: três ideais, moldando três mundos. Vede a Idade Média, a Renascença, a Revolução Francesa, a emancipação americana: quatro épocas, individualizadas cada uma por uma idealização profana ou sagrada. E notai. Na Renascença o ideal pagão irradia pela terra as graças da Hélade; mas os prodígios de uma civilização gerada no culto exclusivo da beleza evocam do mesmo berço as artes mais gentis e os mais hediondos crimes. Na Revolução Francesa o ideal filosófico, ermando os altares, poluindo os templos, exterminando os sacerdotes, entrega a França à anarquia sanguinária do Terror, cujas alucinações homicidas legitimaram como remédio providencial a tirania militar. Na emancipação americana o ideal cristão funda uma constituição sem igual, uma democracia sem igual, uma prosperidade sem igual, uma potência desmarcada e assombrosa, que, virtualmente entronizada no protetorado de um continente, projeta a sua sombra sobre o outro através dos dois oceanos. ³⁵

A paixão da verdade

A paixão da verdade semelha, por vezes, as cachoeiras da serra. Aqueles borbotões d'água, que rebentam e espadanam, marulhando, eram, pouco atrás, o regato que serpeia, cantando pela encosta, e vão ser, daí a pouco, o fio de prata que se desdobra, sussurrando, na esplanada. Corria murmuroso e descuidado; encontrou o obstáculo: cresceu, afrontou-o, envolveu-o, cobriu-o e, afinal, o transpõe, desfazendo-se em pedaços de cristal e flocos de espuma. A convicção do bem, quando contrariada pelas hostilidades pertinazes do erro, do sofisma ou do crime, é como essas catadupas da montanha. Vinha deslizando, quando topou na barreira, que se lhe atravessa ao caminho. Então remoinhou arrebatada, ferveu, avultando, empinou-se, e agora brame na voz do orador, arrebatada-lhe em rajadas a palavra, sacode, estremece a tribuna, e despenha-se-lhe em torno, borbulhando.

Mas o que ela contém, e a impele, e a revolta, não é cólera, não é destruição, não é maldade: é o poder do pensamento, a vibração da fé, a energia motriz das almas, esse fluido impalpável que se transporta nas ondas invisíveis do ambiente, e vai, por outras regiões, arder nos espíritos, fulgurar nas trevas humanas, abalar vontades, agitar indivíduos e povos, reanimados ao seu contacto, como os mais maravilhosos instrumentos da indústria, os teares, as forjas, os estaleiros, acordam ao influxo dessa eletricidade silenciosamente bebida, léguas e léguas daí, por um fio de cobre aéreo, nas quedas sonoras do rio. Enquanto, porém, essa transmissão imperceptível opera ao longe maravilhas, renovando a atividade às civilizações, derramando vida pela superfície da Terra, a correnteza precipitada, que acabou de enviar à distância essas descargas da grande força, volve, pouco adiante, ao remanso ordinário do curso, perdendo-se entre as devesas do monte e as alfombras da pradaria.

As revoltas da consciência contra as más causas, ainda contra as piores, não azedam um coração desinteressado. O meu tem atravessado as maiores procelas políticas, às vezes soçobrado, ferido, sangrando no entusiasmo e na esperança, mas sem fel. Não seria este novo encontro, embora duro e violento, com a mentira política, a velha corrutora dos nossos costumes, a sabida arruadeira das cercanias do poder, a pimpona rixadora do grande mercado, que me induzisse a esquecer, para com as pobres criaturas por ela contaminadas, a lição divina da caridade. Antes de político me prezo eu de ser cristão. Não sei odiar os homens, por mais que deles me desiluda. O mal é inexorável, pela consciência de ser caduco. O bem, paciente e compassivo, pela certeza da sua eternidade.³⁶

Ontem e amanhã

Os que ousam ser leais a sua fé, são cobertos até de ridículo. Grandes inteligências, penas radiosas, corações cheios de humanidade, nomes envolvidos na glória de triunfos inolvidáveis, têmperas acerasadas na corrente divina, consciências outrora insurgidas contra o primeiro ensaio deste abuso, vítimas acolhidas outrora por mim sob o manto da mesma verdade em que neste momento me envolvo diante de vós, voam contra ela à refrega, e, esquecidas do *ontem*, esquecidas do *amanhã*, provam contra mim, contra o direito por mim defendido, como se ele fosse o inimigo, como se o inimigo fosse eu, as lâminas sagradas, com que Deus dotou os seus protegidos para as lutas do bem: a eloquência, a indignação, a ironia, o magnetismo das paixões puras, o gênio alado que se irisa nas estrofes do poeta, deslumbra nos lábios do tribuno, rutila nos dedos do escritor. E para que, senhores? Para no dia da responsabilidade, que não falta aos povos, como aos homens, carreados na aluvião do descrédito aos nossos valores morais, as forcas vivas que o serviço do poder explora, e arruína, saturado o solo dos destroços de todas as crenças, de todas as verdades e de todas as leis, quando, sob um governo corrupto e mau, as secretarias vomitarem outra vez o ignóbil espetro da bernarda administrativa, tão graficamente imortalizada nas palavras do ilustre ministro, achar consolidado no aresto, que se vos reclama, um patrimônio incomputável de violência e dissimulação, de cobardia e despotismo. Porque estará em pedaços uma das mais sérias defesas erigidas pela constituição contra os descomedimentos do estado de sítio. Pela lei da sobrevivência dos efeitos se lhe iludirá de todo a temporariedade. E bastará um momento de conspiração em farsa, uma hora de comoção *intestinal*, um dia de infâmia oficial, para encher a tarrafa à sinistra pescadora de águas turvas, e legitimar indefinidas estações de prisão ou desterro.

Não é, pois, o advogado só que vos fala com o seu senso do justo: é o homem político com o seu senso do útil. Basta de torcer a lei, para servir os governos. Basta de ter medo à liberdade. Basta de explorar os estúpidos engenhos da força. O que hoje semeais, colhereis amanhã. Semeais opressão, sereis oprimidos. Semeais o engano, sereis espoliados. Posso perdoar, e tenho perdoado aos homens, que perseguem. Mas, nunca perdoarei as opiniões perseguidoras. Porque os homens passam, e as opiniões duram, os homens perecem, e as opiniões germinam. Onipotentes na política de um dia, os perseguidores se submergem na do outro. Mas as doutrinas perseguidoras sobrevivem à política que as gerou, para perseguir amanhã nas mãos da política hoje perseguida. É o que há de acontecer com esta perversa doutrina, que não é senão a ditadura de outro tempo irrompendo no governo civil de agora.

Já se não sabe o que é a lei, nem onde está; porque a constituição é um viveiro de abusos, onde pululam os subtilizadores, e não há interesse político, que se não vista com um trapo da república dilacerada. Precisávamos, afinal, de entrar na boa-fé, estancando a fonte, onde os mesmos homens alternativamente se abeberam, para a oposição, no espírito de desordem, para o poder no espírito de abuso; porque a anarquia moral assume proporções inenarráveis, e o meio de corrigi-la não é trair a coerência, nem faltar à justiça: é edificar pela coerência a verdade e pela justiça fundar a paz.³⁷

O bem e o mal

O mal nunca venceu o bem, senão usurpando a este o necessário para o iludir, o arredar, o adormecer, o fraudar, o substituir, o vencer.

Se a injustiça, a mentira, o egoísmo, a cobiça, a rapacidade, a grosseria d'alma, a baixeza moral, a inveja, o rancor, a vingança, a traição, aparecessem nus e desnudos aos olhos do indivíduo, aos olhos do povo, aos olhos da sociedade, aos olhos do mundo, ninguém preferiria o mal ao bem, e o bem não se veria jamais desterrado pelo mal.

Mas o mal, e sobretudo o mal político, a terrível avariose brasileira, é essencialmente falso, falsídico, falsificador e refalsado. Sutil, sonso e sotracão, alonga a cara triste e severa, baixa o olhar incerto e divergente, engrossa o falsete, azeita a rispidez, varia o furta-cor da palavra insidiosa, fala todos os idiomas da mentira, pratica a sedução com os pequenos, com os grandes a baixeza, a arrogância com os humildes, com os poderosos a servilidade, envolve nas atitudes da nobreza os sentimentos da prostituição, e, professando não denotar nunca o que sente, não mostrar jamais o que faz, o chocalho nas mãos para a impostura, nos ombros, até a barba, a capa da traição, na cabeça, desabado para o rosto, o feltro das aventuras, com botas de sete léguas, foge do merecimento, da justiça, da honra, da lealdade; e, se pudera vender-se a si mesmo, atraíçoando a própria natureza, a si mesmo se vendera, como vendeu o Cristo para não desmentir a fatalidade da sua sina.³⁸

O areópago da República

Minha impressão, neste momento, é quase superior às minhas forças, é a maior com que jamais me aproximei da tribuna, a mais profunda com que a grandeza de um dever público já me penetrou a consciência, assustada da fraqueza do seu órgão. Comoções não têm faltado à minha carreira acidentada, nem mesmo as que se ligam ao risco das tempestades revolucionárias. Mas nunca o sentimento da minha insuficiência pessoal ante as responsabilidades de uma ocasião extraordinária, nunca o meu instinto da pátria, sob a apreensão das contingências do seu futuro, momentaneamente associado aqui às ansiedades de uma grande expectativa, me afogou o espírito em impressões transbordantes, como as que enchem a atmosfera deste recinto, povoado de temores sagrados e esperanças sublimes.

Subjugado pela vocação desta causa incomparável, custa-me, entretanto, a dominar o respeito, quase supersticioso, com que me acerco deste tribunal, o oráculo da nova constituição, a encarnação viva das instituições federais. Sob a influência deste encontro, ante esta imagem do antigo Areópago, transfigurada pela distância dos tempos, consagrada pela América no Capitólio da sua democracia, ressurge-me, evocada pela imaginação, uma das maiores cenas da grande arte clássica, da idade misteriosa em que os imortais se misturavam com os homens: Atenas, a olímpica, desenhada em luz na obscuridade esquiliana, assentando na rocha da colina de Ares, sobranceira ao horizonte helênico, para o régimen da lei nova, que devia substituir a contínua alternativa das reações trágicas, o rito das deusas estéreis da vingança, pelo culto da justiça humanizada, essa magistratura da consciência pública, soberana mediadora entre as paixões, que destronizou as Eumênides atroztes. O sopro, a que a República vos evocou, a fórmula da vossa missão, repercute a tradição grega, divinamente prolongada através da nossa experiência política: “Eu instituo este tribunal venerando, severo, incorrutível, guarda vigilante desta terra através do sono de todos, e o anuncio aos cidadãos, para que assim seja de hoje pelo futuro adiante.”³⁹

A mão do justo

Havia, no tribunal, ao cair dos votos, que denegavam o *habeas corpus*, a impressão trágica de um naufrágio, contemplado a algumas braças da praia, sem esperança de salvamento, de uma grande calamidade pública, que se consumasse, sem remédio, aos nossos olhos, de uma sentença de morte sem apelo, que ouvíssemos pronunciar contra a pátria, do bater fúnebre do martelo, pregando entre as quatro tábuas de um esquife a esperança republicana... Quando, subitamente, fragorosa salva de palmas, seguida ainda por outra, após a admoestação do presidente, nos deu o sentimento de uma invasão violenta da alegria de viver. Era o voto do sr. Pisa, concedendo o que todos os seus colegas tinham recusado.

Para medir o valor desses aplausos, sua eloquência, creio que posso dizer sua *autoridade*, convém recordar, como a imprensa o atestou no dia imediato, que o auditório do tribunal, naquela data, não se compunha de curiosos, do *profanum vulgus*, ordinariamente agitado por impressões irrefletidas. Antes notório é que ali se representava a flor da competência forense: advogados, juizes, desembargadores, tudo o que mais podia estremecer pelas delicadezas de uma questão jurídica, — auditório essencialmente profissional, qual nunca se reunira em solenidades da justiça entre nós. Aquela explosão trovejante e repetida era, portanto, o indício mais concludente de que a opinião em unidade entre os julgadores estava em quase unanimidade no público, no tribunal do Tribunal.

Não sei como traduzir o meu assombro diante daquele voto. Deixem-me a franqueza de declarar que, de todos os membros daquela casa, o único, cuja adesão nunca me passou pela mente, era S. Ex^a. Careço de humilhar-me publicamente por esse juízo temerário. Eu não conhecia o sr. Pisa e Almeida, senão pelos seus íntimos liames, de procedência, de afeição, de serviços, com o elemento paulista. Eu fora testemunha de que, no compor do Tribunal, sob o Governo Provisório, a escolha de S. Ex^a. foi a em que mais se apurou a vontade do ministro da Justiça, hoje chefe do florianismo no Senado.

Nenhuma nomeação é tão diretamente pessoal àquele membro da ditadura, como essa.

Ora, manifesto é na questão atual o ardor, com que as influências dominantes na política daquele Estado aplaudiam as medidas, contra as quais eu requererá o *habeas corpus*. Dizia-se que o vice-presidente da República, na previsão de eventualidade favorável aos perseguidos, anunciara ao vice-presidente do Senado e ao presidente da Câmara a deliberação de resignar o poder, se o Tribunal concedesse aos presos a reparação impetrada. Propalava-se, ainda, que os dois chefes do Congresso responderam a esse aviso declarando não aceitar a sucessão. Acrescentava-se que se fizera passar pelo espírito dos ministros do Supremo Tribunal, como cabeça de Medusa, a carranca dessa responsabilidade numa situação militar, em que a única espada indigitada como capaz de afiançar pela força pública se retiraria magoada, lavando as mãos das consequências, entregando o exército à cisão e o país às baionetas. Eu, portanto, que dissera sempre aos meus amigos. “Um voto me basta para a vitória moral desta causa”, não podia imaginar que o meu sonho se realizasse no sr. Pisa e Almeida.

E aqui está porque, sob a influência de uma emoção religiosa, que me recorda vivamente a da minha adolescência, aproximando-se, alvoroçada e trêmula, do altar, para receber, na primeira comunhão, o Deus de meus pais, eu me cheguei, depois da sessão, quase sem voz, ao sr. Pisa e Almeida, pedindo-lhe que me permitisse “o consolo de beijar a mão de um justo”.⁴⁰

O velho almirante

No momento em que comparece perante vós o primeiro na lista dos pacientes, devo acentuar que o seu nome não é novo e comum neste país. Ele traz sobre seus ombros insígnias que representam um longo passado de serviços à nação. A modéstia de seu traje mal encobre as honras a que ele tem direito; permiti-me, pois, procurar as origens desse passado, donde emana a sua reputação como uma corrente sempre pura, deslizando através de um leito sempre grande.

O seu nome assinala-se entre os daqueles que elevaram o nome da pátria nesta luta desesperadora com o estrangeiro; sua coragem foi posta à prova nos transe mais graves dessa guerra de cinco anos.

Mais tarde, quando a grande revolução, coroada de esperanças, tão cedo mergulhadas em desenganos tão cruéis, dotou o país de um regímen político, fadado a elevá-lo na escala das nações livres, o espírito do meu constituinte esteve entre os primeiros arrojados, cuja coragem promoveu os primeiros passos do novo governo.

Sobre seus ombros descansou também a responsabilidade da ditadura, e da sua passagem pela alta administração pública sua classe só tem a lembrar serviços inestimáveis.

Quando a República sofreu a primeira provação, que ameaçou, que feriu com um golpe de morte a integridade de suas instituições constitucionais, foram bater à porta do velho almirante, e a dedicação do revolucionário de 15 de novembro não faltou aos reivindicadores da grande obra regeneradora.

Bem amarga foi a recompensa a todos estes serviços. Bastou a sombra de uma suspeita, a imagem de uma dessas concepções dos governos, que não esperam a justiça dos pósteros e são condenadas pela incredulidade dos contemporâneos, para que ele se visse despir de todos os títulos gloriosos de seus serviços, e as maiores ofensas, que se podem infligir a um homem de armas, caíssem sobre a sua cabeça.

Não vos levarei a estudar as feridas incuráveis geradas por esses desgostos. Como advogado, venho falar apenas sobre as circunstâncias que aqui trouxeram o meu constituinte. Pudésseis vós celebrar uma sessão dessa luta fratricida; sondar o coração daqueles lutadores, o fogo de seus desgostos, e estou certo de que neste Tribunal não haveria ninguém capaz de fulminar aqueles homens com o estigma de sentimentos bárbaros, com que procuram diminuir essa luta grande, nobre, desinteressada, luta de um povo privado de todos os direitos, pelos quais qualquer de vós jogaria a vida; luta em que se batalha pelo exercício da vida civil, pela tranquilidade do lar, pelo legado de um futuro melhor aos filhos. Ponde agora em contacto com esses heróis uma alma de guerreiro e de patriota, sangrada pelas humilhações políticas infligidas aos seus concidadãos, e tereis a explicação desse arrojo, a santidade dessa inspiração, a respeitabilidade desse erro, se quiserdes, erro dos que têm vivificado regimens, erro dos que têm elevado nacionalidades, amedrontadas numa passividade condenável.

Condenemos a desordem, façamos votos pela paz, mas sejamos justos para com os infelizes, vítimas de uma reação, que não poupa os direitos do cidadão, a honra da família, a santidade do lar.⁴¹

A justiça e a lei

Quando Guilherme I de Inglaterra, depois de atravessar a Normandia, talando as searas, arrancando os vinhedos, cortando os pomares, incendiando vilas e cidades, caiu malferido nas ruas de Nantes, abrasada em chamas, exalando o último alento no mosteiro de Saint-Gervais, o cadáver do rei, abandonado pela nobreza e pelo clero, no meio das cenas de pilhagem, que se seguiram, só em um fidalgo normando encontrara mãos piedosas, que o transportaram para a abadia de Saint-Étienne, erigida pelo morto em Caen, onde, ainda hoje, lhe dormem os restos debaixo de uma lápide negra.

Mas, antes de se recolher à derradeira jazida, quando lhe abriam, entre o coro e o altar, a cova, aonde ia baixar o féretro do conquistador, um caso estranho e insólito deteve a santa cerimônia, enchendo os circunstantes de assombro. Da turba dos fiéis saíra à frente um homem, ouvindo-se-lhe da boca o brado legal de apelo a justiça e a lei, *haro! o Aqui d’el-rei* daqueles tempos e terras, contra o ato que se estava a consumir. Tomados, assim, de sobressalto, quedaram todos, encarando no intruso. Era Ascelino, filho de Artur, modesto sujeito, cujo nome esse rasgo imortalizou.

“Clérigos e bispos”! clamou o desassombrado cavalheiro, “o chão em que estais, era o sítio da casa de meu pai. O homem, por quem fazeis preces, no-lo tomou à força, quando simples duque de Normandia, e, com afronta de toda a justiça, por um ato de poderio tirânico, aqui fundou esta abadia. Eu não o vendi, não o empenhei, também o não perdi por sentenças, nem lho dei. Reclamo, pois, este terreno, demandando a sua restituição, e, em nome de Deus, proíbo que o corpo do esbulhador se cubra com a gleba da minha propriedade, que durma na herança dos meus.”

Estas palavras, ditas em tom de se ouvirem, todos os presentes as escutaram, e o monge Ordericus Vitalis, contemporâneo desses sucessos, as recolheu com escrúpulo na sua *História eclesiástica da Inglaterra e da Normandia*.

Os assistentes conheciam o interruptor, sabiam do fato, e apoiaram com o seu testemunho os embargos do prejudicado, enquanto o ataúde régio aguardava a decisão do litúgio, instaurado com tão desusada estranheza à beira daquela sepultura. Primeiro que ela recebesse o seu hóspede, foi mister que os prelados embolsassem ao dono da terra o valor do sítio ocupado pelo jazigo, e se avençassem com o proprietário quanto à soma da indenidade do solo, onde se construíra o templo. Só então levantou o pleiteante o seu impedimento, e o corpo do soberano desceu ao sarcófago, que o esperava.⁴²

A lei

O povo ama a paz e a família, a segurança e a liberdade, a inteligência e a justiça. O povo é o amigo fiel dos que discutem e produzem a luz, dos que pugnam pela humildade dos fracos, dos que arrostam a soberbia dos prepotentes. O povo vive de persuasão e esperança, benignidade e trabalho. Não é do seu seio que sai a *Mão Negra* das desforras anônimas. Não é ao seu lar que se abraçam os premiados da delação e da cobardia. Não é sob o seu teto que se licencia a vaia pública, a prostituta das arruaças pusilânimes, embriagada no licor das sarjetas. Quando a marafona dos dias de terror cruza a capa das suas aventuras, e vai esganiçar a voz avinhada à porta dos jornais, todos nós sabemos de onde saiu a mensageira do medo imbecil. Ninguém te toma pelo povo, ó michela privilegiada das orgias ao relento. Só os que não ouviram o leão e a hiena, poderiam confundir o cainhar dos teus latidos com a voz da consciência nacional. A expressão dela, a defesa da república, está nas suas leis, que é indispensavelmente preciso observar, ainda quando forem o abrigo dos seus inimigos.

Quando as leis cessam de proteger os nossos adversários, virtualmente cessam de proteger-nos. Porque a característica da lei está no amparar a fraqueza contra a força, a minoria contra a maioria, o direito contra o interesse, o princípio contra a ocasião. A lei desapareceu, logo que dela dispõe a ocasião, o interesse, a maioria, ou a força. Mas, se há, sobre todos, um régimen, onde a lei não pode ser vicissitudinária, onde nenhuma conveniência pode abrir-lhe exceção à estabilidade, à impersonalidade, à imparcialidade, é o republicano. A república é a lei em ação. Fora da lei, pois, a república está morta.

Quando as facções pretendem suspender a lei por amor das instituições republicanas, o seu sentimento é trocar as instituições republicanas em puro domínio das facções.⁴³

Igualdade perante a lei

Todos são iguais perante a lei. Assim no-lo afirma, no parágrafo seguinte, esse artigo constitucional.

Vede, porém, como os fatos respondem à Constituição. Na Grã-Bretanha, sob a coroa de Jorge V, o arquiduque herdeiro da coroa d'Áustria é detido na rua e conduzido à polícia como contraventor da lei, por haver o seu automóvel excedido a velocidade regulamentar. As mesmas normas se observavam no Brasil, sob o cetro de d. Pedro II, quando o carro do imperador era multado, por atravessar uma rua defesa. Num e noutro caso a lei é igual para todos: todos são iguais ante a lei.

Mas no Brasil destes dias, debaixo do bastão do marechal Hermes, o seu secretário, por duas vezes, quando um guarda civil lhe acena ao motorista com o sinal de aguardar, enquanto se dá passagem a outros carros, apeia irriminado, toma contas ao agente da lei, nota-lhe o nome, e imediatamente o manda punir com a demissão. Noutra ocasião é um general do Exército, que salta, iracundo e decomposto, do veículo, ameaçando com o seu revólver o policial que ousou exigir do automóvel menor celeridade na carreira.

Esses exemplos, da mais alta procedência, verificados e registrados pelos jornais, na metrópole brasileira, desmascaram a impostura da igualdade entre nós, e mostram que valor tem, para os homens da mais eminente categoria, entre as influências atuais, como para os que mais perto estão do chefe do Estado, as promessas da Constituição. Essas potências, no seu insofrimento dos freios da legalidade, nem ao menos evitam os escândalos da rua pública, ou observam a compostura ordinária da boa educação. É uma selvageria que nem o verniz suporta do mais leve decoro.⁴⁴

A justiça e o Estado

Dizer bem da justiça muito tempo há que se não pode, senhores, sem repetir o que mil vezes já se tem dito; porque não há nada mais antigo do que os seus louvores, como nada, a despeito deles, mais repetido que o seu esquecimento, ou o seu desprezo.

Era Platão quem dizia no seu *Criton*; “Pensas que possa existir um Estado sem leis, ou que as leis não sejam destruídas e aniquiladas, quando os julgados não têm força, quando cada qual as pode violar, subtraindo-se-lhes à execução?” Há cerca de 24 séculos que isto ensinava o filho de Ariston, e, obra de 2.400 anos depois, se com esse critério quisermos avaliar certas democracias, como a nossa, acharemos que os seus governos ainda se não embeberam destas milenárias vulgaridades, ainda se não convenceram de que a justiça é a essência do Estado.⁴⁵

A privação da justiça

Não há sofrimento mais confrangente que o da privação da justiça. As crianças a trazem no coração com os primeiros instintos da humanidade, e, se lhes magoam essa fibra melindrosa, muitas vezes nunca mais o esquecem, ainda que a mão, cuja aspereza as lastimou, seja a do pai extremoso, ou a da mãe idolatrada. Esses ressentimentos sobre os quais se retraem, como em derredor de um espinho enquistado nos tecidos mais sensíveis d'alma, as impressões decisivas da vida, podem atravessar uma existência inteira.

“Um dia”, conta o astrônomo Flammarion, “um dia me obrigou meu pai a estender a mão, para apanhar algumas reguadas. Acreditava ele haver eu quebrado uma caçarola de barro, e eu lhe insistia em que não. Estava eu, a esse tempo, nos meus sete ou oito anos. Fendido e estragado se achava, realmente, o vaso, de belo esmalte verde; mas não era minha a culpa. Assim, recebi a correção com um sentimento de tal azedume concentrado, que nunca o esqueci, e, mais de quarenta anos depois, esse memorável quadro infantil se me representou aos olhos junto ao leito de agonia de meu pai. Os meninos são, antes de tudo”, acrescenta o sábio, “perfeitamente justos, quanto a si mesmos e aos outros. Aliás também os animais o costumam ser.”⁴⁶

A lei de Caim

A lei de Caim é a lei do fratricídio. A lei do fratricídio é a lei da guerra. A lei da guerra é a lei da força. A lei da força é a lei da insídia, a lei do assalto, a lei da pilhagem, a lei da bestialidade. Lei que nega a noção de todas as leis, lei de inconsciência, que autoriza a perfídia, consagra a brutalidade, agaloa a insolência, eterniza o ódio, premeia o roubo, coroa a matança, organiza a devastação, semeia a barbaria, assenta o direito, a sociedade, o Estado no princípio da opressão, na onipotência do mal. Lei de anarquia, que se opõe à essência de toda a legalidade substituindo a regra pelo arbítrio, a ordem pela violência, a autoridade pela tirania, o título jurídico pela extorsão armada. Lei animal, que se insurge contra a existência de toda a humanidade, ensinando o homicídio, propagando a cruieza, destruindo lares, bombardeando templos, envolvendo na chacina universal velhos, mulheres e crianças. Lei de torpeza, que proscreeve o coração, a moral e a honra, misturando a morte com o estupro, a viuvez com a prostituição, a ignomínia com a orfandade. Lei da mentira, na falsa história que escreve, nos falsos pretextos que invoca, na falsa ciência que explora, na falsa dignidade que ostenta, na falsa bravura que assoalha, nas falsas liberdades que reivindica, fuzilando enfermeiras, atacando hospitais, metralhando povoações desarmadas, incendiando aldeias, bombardeando cidades abertas, minando as estradas navais do comércio, submergindo navios mercantes, canhoneando tripulações e passageiros refugiados nas lanchas de salvamento, abandonando as vítimas da cobardia das suas proezas marítimas aos mares revoltos e aos frios dos invernos boreais. Lei do sofisma, lei da inveja, lei da carnicaria, lei do instinto sanguinário, lei do homem brutificado, lei de Caim.⁴⁷

A paz

Abençoadas sede vós, senhoras da Cruz Vermelha dos Aliados, que, dia a dia, trabalhais, tão assídua e santamente, nesta seara pia, que tanto e tão desinteressadamente haveis lidado, como continuais a lidar, pela obra maravilhosa do auxílio aos mártires da guerra, aos vitimados batalhadores de um pleito com que se acha essencialmente adunada, não só a manutenção das nossas instituições e liberdades, mas a nossa própria integridade territorial.

Pelas vossas mãos dadivosas, com as oblações das vossas almas, Petrópolis, a encantadora cidade dos jardins, a pérola das nossas montanhas, a filha do rei filósofo, poeta e cavaleiro, que, a poucos passos desta casa, contempla, tranquilo, da sua cadeira de bronze, o rolar da nossa decadência, — também ela contribuirá, com um pouco das suas essências, dos seus aromas, do seu orvalho embalsamado, para cicatrizar algumas chagas dos nossos torturados irmãos de além-oceano.

Oxalá que estas humildes oferendas cheguem a servir de algum lenitivo entre tantos horrores, e, transpondo os mares, se elevem, não a esses céus de bronze, donde chove terrores o deus bárbaro do sangue, o deus dos citas e tártaros, mas ao oriente da consciência humana, donde se nos mostra o Deus da Verdade. Oxalá que elas subam, levando ao seu seio as orações ardentes do povo brasileiro pela suspirada paz. Não a paz opressora da conquista, mas a paz reparadora do direito, a paz da misericórdia e da justiça. Misericórdia com os erros. Justiça com os crimes.

Só assim terá vindo a nós a verdadeira paz, a paz tranquila e durável, a paz estável e segura, a paz generosa e santa: a paz da lei e do Evangelho, a Paz do Senhor.

E o que vos pedimos, com o pranto e os soluços da humanidade esmagada, Criador nosso, Redentor nosso, Salvador nosso, Pai nosso, que estais no coração de todos os homens, no testemunho de todos os templos, na obra de todos os bons, e em quem renasce hoje a fé esmorecida pelo materialismo desta idade corruta. Ouvi-nos, Mestre dos mestres, Santo dos santos, Senhor dos livres, adorável Deus, a cujos pés se estende o infinito com os astros sem número do espaço e os séculos sem conto da eternidade. O mundo, Senhor, sequioso de restituição e tranquilidade, não acompanhou a imprecação da Alemanha: “Deus castigue a Inglaterra!”, mas acompanha a oração da Inglaterra: “Deus perdoe a Alemanha!” Deus lhe perdoe, mas, juntamente, a contenha, a converta à sua lei, a inspire no amor dos seus semelhantes.⁴⁸

As duas guerras

Justa luta da piedade com a crueldade nos dá uma visão celeste no espetáculo tenebroso da guerra. Onde uma cava as suas tumbas, a outra ergue os seus berços. Onde uma ruge maldições, a outra entoia bênçãos e preces. Onde uma irrompe com a dor, a miséria e o desespero, a outra se assenta com a esmola, o carinho e a esperança. Onde uma lacera, sangra e trucidada, a outra alivia, estanca e sara. Onde uma passa, no turbilhão da ira, alastrando o solo de mortos, abandonando cadáveres e feridos, à inclemência do tempo, ao pasto de lobos e abutres, a outra acode, na visita da compaixão, dando aos defuntos o jazigo, o penso aos feridos, aos doentes a cura, aos salvos a convalescença.

Bendita a missão dessa onda maviosa de paz, estendida pela divina bondade no encalço das vagas sanguinosas, das procelas e comoções do medonho terremoto, que evocou dos abismos insondáveis do mal ignotas maldades e desgraças escomunais.

Esta a verdadeira cruzada, a realmente digna de tal nome; pois aí a cruz não desmente a cruz, não renega o Crucificado, não se associa à obra de matança, não a prega, não a guia, mas, antes, se se ensopa no sangue da guerra, não é senão para o enxugar, e lhe mitigar a ela a impiedade.

O mais sanhoso demônio da guerra não é o que se revolve, no torvelinho de balas e chamas, cruentando a liça dos combates. É o que leva ao seio dos não combatentes as crueldades da guerra, sem escusa de agressão ou combate. Nesta nefandíssima campanha os dois demônios se abraçaram num consórcio sem precedentes, requintando ao mais alto grau de ferocidade, *contra os que não se batem*, os desabrimentos da iniquidade militar.

Duas guerras são, numa só guerra, duas, distintas e acumuladas; e a pior das duas não está no embate da violência contra a violência, dos exércitos contra os exércitos, das esquadras contra as esquadras; não está nem no estalar da metralha contra a metralha, nem no bramar da artilharia contra a artilharia, nem no renhir da arma branca contra a arma branca; não esta nem no aporfiar das surpresas com as surpresas, nem no responder das minas às minas, nem no reconvir dos torpedos aos torpedos; não esta nem no contrabater das trincheiras com as trincheiras, nem no lutar das couraças com as couraças, nem no investir das aeronaves contra as aeronaves. Numa palavra: não está onde quer que se contraponha a ofensiva à ofensiva, o ferro ao ferro, o fogo ao fogo, a força à força.

Apesar de toda a sua atrocidade, essa é, ainda, a menos atroz das duas guerras paralelas. E, demais, nela, ao menos, há nobreza; porque há riscos, há intrepidez, ha forças congêneres, que se medem, que contendem, que retaliam.

Nada que com isto se pareça encontrareis na outra. Guerra do lobo com o cordeiro, do tigre com a presa, ela arroja tropas contra populações inermes, e as trilha debaixo dos pés dos seus soldados; ensanguenta de inúteis horrores a ocupação militar; utiliza pelotões em matar velhos, mulheres e crianças, executados nas cidades e aldeias rendidas à discricção; serve-se de aeroplanos em assassinar mulheres, velhos e crianças, colhidos a esmo pelo bombardeio de lugares indefesos; em exterminar crianças, velhos e mulheres emprega submarinos, afundando navios mercantes; e, fazendo, assim, da traição nobreza, do terror bandeira, da pirataria gala, é a glorificação da carnicaria, o rebaixamento dos exércitos, a desonra da guerra.⁴⁹

Ísis e Set

Os bárbaros da Europa têm o culto da Pátria; os barbarizadores do Brasil só têm o culto da cobiça e do dinheiro, dinheiro e força, dinheiro e inconsciência, dinheiro e esbanjamento, dinheiro e ruína.

Basta, senhores, de vos cansar a vós e, mais que a todos, a mim mesmo. As consciências me apoiam. Mas os atos continuarão a me combater. Em uma tal luta, o esforço, com o sentimento da sua inutilidade, exaure os mais bravos lutadores. Assim, basta. Muito me restava ainda por dizer. Mas seria escusado. Basta!

Busquei descrever uma raridade indescritível, Terei dado apenas alguns traços da situação, em que entra o Brasil debaixo do signo da segunda moratória. É um futuro de ameaças, perigos e surpresas todo o nosso próximo futuro. A Nação passa das mãos do marechal às do seu sucessor como um doente prostrado por uma dessas intoxicações galopantes, uma dessas invasões dos grandes venenos orgânicos, que, no curso de algumas horas, degeneram todo um organismo, e já antes da morte deixam inutilizados para a vida os centros vitais do doente.

O legado que o homem da convenção de maio transmite ao seu sucessor é uma verdadeira máquina infernal. Não obstante, a nossa proverbial imprevidência nos traz consolados e relativamente à vontade, sem sustos, dispostos ao sono do costume; porque, assistindo como de palanque à campanha de gigantes que abala o velho continente, podemos dizer entre nós que o Brasil está em paz.

Sim, em paz! Na paz dos entrevados, na paz dos valetudinários, na paz dos podres.

Paz e guerra, senhores, são duas ideias que se contrapõem naturalmente em nosso espírito, como as expressões antagônicas uma à outra do bem e do mal. A guerra nos faz pensar na destruição violenta. A paz, na criação progressiva. São os dois princípios que se debatem na evolução do destino humano. Um, a deusa dos seios inesgotáveis, a Ísis egípcia, a fecundidade, a germinação, o renascimento, a vida. O outro, o tenebroso Set, o nume do aniquilamento: a desorganização, a dissolução, a dispersão geral dos seres e das cousas.

Mas comparai a conflagração europeia com a liquidação brasileira, e vereis como falha a regra desse contraste. A guerra, quando se peleja pela liberdade, pode ser o pórtico da ressurreição. A paz, quando chafurda no pântano da servidão, é a malária, o tifo, o vômito negro.

Os que, há sete anos, fazíamos a romagem da paz, caminho de Haia, encontramos, ao ir e vir, a florescência da nação belga na sua plenitude radiosa. Hoje, quando a Bélgica atravessa o seu martírio sobre-humano com um heroísmo, cuja sublimidade obumbra às vezes as mais divinas páginas da antiga epopeia grega, a luta da civilização helênica contra as massas pavorosas do Oriente, os que ali volvêssemos já não descobriríamos senão os restos das fogueiras bárbaras, vastas necrópoles, campos desertos, cidades, monumentos e construções consumidas, ruínas sombrias, braseiros extintos e vozes de prantos, de maldição e de saudade no espaço.

É que a guerra elegeu aquele torrão de liberdade e trabalho para a sua primeira sementeira de cinzas e luto, de lágrimas e horrores. A guerra, uma guerra nova, estranha e monstruosa; uma guerra que baniu o direito, a humanidade e o Cristianismo; uma guerra que eliminou as inviolabilidades mais sagradas; uma guerra que varre com a iracúndia dos tufões o princípio tutelar das neutralidades; uma guerra que rompe todas as leis internacionais; uma guerra que despreza os tratados como trapos, que não admite direitos aos fracos, nem conhece os deveres dos fortes; uma guerra que esmaga e aniquila nas roscas do seu

torvelinho séculos e séculos de arte, cultura e beleza acumuladas; uma guerra que incendeia museus, bibliotecas e templos; uma guerra que arrasa cidades abertas, queima aldeias pacíficas, tala campos sorridentes, cativa populações desarmadas, trucidava fugitivos inocentes; uma guerra que fuzila velhos inválidos, corta os seios a mulheres e decepa as mãos às crianças; uma guerra que sistematiza a crueldade, a destruição e o terror; uma guerra que revive Átila, Xerxes e Gêngis-Cã; uma guerra que escancara as fauces hiantes para a Europa dilacerada, e a sacode nas presas sanguissedentas, no meio de um ciclone, a cujas rajadas parece estremecer o mundo todo, como se o próprio solo da consciência humana se lhe abatesse debaixo dos seus fundamentos divinos, e os sorvedoiros do inferno se abrissem, para tragar a civilização fulminada pelos céus.

Mas dessa tormenta inaudita, que desencadeou todos os demônios da força, hão de renascer a paz, a justiça, o direito vitoriosos, numa aurora que inundará de claridade e doçura os horizontes de todo um século, como quando nas grandes agitações da atmosfera do nosso planeta, ou nos últimos paroxismos da inverneira que se despede, ao chegar da primavera.

*Depois de procelosa tempestade,
Noturna sombra e sibilante vento,
Traz a manhã serena claridade,
Esperança de porto e salvamento.*

As piores catástrofes, porém, não são as que despertam as energias da vontade humana, acordam os povos adormecidos, acendem entusiasmos, suscitam heroísmos, elevam o espírito acima de todos os interesses, e operam esses milagres de grandeza moral que atravessam como estrelas cadentes e luminosos meteoros o negrume da noite europeia.

As catástrofes mais atrozes, mais sinistras, mais desesperadas são as que entorpecem o caráter das nações e, depois de as afundir no coma da indiferença, as sepultam no sono do aniquilamento.

O Brasil não sofreu devastação da guerra. Mas é um país moral, política e financeiramente devastado. Suas riquezas nativas, a magnífica e deliciosa formosura da sua natureza, os prodígios exuberantes da atividade produtora do seu solo cobrem, como a vegetação das margens pantanosas de certos rios, uma inundação de vasa, onde o povo brasileiro se encharcou, e que lhe corrompe a seiva da sua cultura, lhe apodrece as raízes, lhe mirra os frutos, lhe envenena o ambiente.

Essa opulência do nosso território abençoado é a máscara da miséria nacional.

Lançai a vista para a mais poderosa expressão das nossas forças econômicas, para a lavoura paulista, para os cafezais de São Paulo, para as ondulações desse imenso oceano de verdura, testemunho portentoso do vigor daquela raça de exploradores do solo, de conquistadores da floresta, de heróis do trabalho. Lançai a vista por esse jardim luxuriante de semente de ouro, cuja infinidade, aos olhos do espectador maravilhado, se vai perder, com os topos das colinas sucessivas, em vagas e vagas ondeantes, nos longes da curva do firmamento. O lavrador não tem, neste momento de agora, não tem com que lhe recolha a colheita. A terra lhe estende os braços dadivosos. Mas ele não dispõe de meios, para lhe receber os dons; e, se os arrecadar, não possui recursos com que os defenda contra a especulação dos monopólios estrangeiros, organizados para lhe sugar o melhor dos seus produtos.

Eis, senhores Senadores, a imagem atual de nossa pátria: a indigência amortalhada num sudário de mentiras.

Como obra de um governo de quatro anos, ficará sendo o mais colossal monumento do poder da incapacidade.⁵⁰

A paz e a lei

A paz!! Não a vejo. Não há, como não pode existir, senão uma, é a que assenta na lei, na punição dos crimes, na responsabilidade dos culpados, na guarda rigorosa das instituições livres. Outra espécie de paz, não é senão a paz da servidão, a paz indigna e aviltante dos países oprimidos, a paz abjeta que a nossa índole, o nosso regímen essencialmente repelem, a paz que humilha todos os homens honestos, a paz que nenhuma criatura humana pode tolerar sem abaixar a cabeça envergonhada.

Esta não é a paz que eu quero. Quando peço a observância da lei, é justamente porque a lei é o abrigo da tolerância e da bondade. Não há outra bondade real, srs. Senadores, senão aquela que consiste na distribuição da justiça, isto é, no bem distribuído aos bons e no castigo dispensado aos maus.

E a tolerância, que vem a ser senão a observância da igualdade legal? Porventura temos sido nós iguais perante a lei, neste regímen, nestes quatro anos de Governo, especialmente? Há algum chefe de partido, há algum cabeça de grupo, algum amigo íntimo da situação, algum parente ou chegado às autoridades, que não reúna em sua pessoa um feixe de regalias, que não goze de prerrogativas especiais, que não tenha em torno de sua individualidade uma guarda e defesa régia ou principesca?

Essa excursão, srs. Senadores, me levaria longe e poderia por si só absorver os meus poucos minutos de tribuna nesta sessão.

Nas poucas vezes em que me atrevo a perturbar a serenidade absoluta deste recinto e a contrariar os sentimentos dos meus honrados colegas, tenho consciência, sr. Presidente, de me ter colocado sempre em um plano, que não se opõe nem à tolerância nem à paz; que é, ao contrário, o terreno onde a paz e a tolerância se devem estabelecer, o único terreno em que nós todos nos poderíamos aproximar e dar-nos as mãos, o terreno da reconciliação com a lei, com a República, com as suas instituições constantemente postergadas, debaixo da política sem escrúpulos da atualidade.⁵¹

Juristas e retóricos

Oxalá fôssemos uma nação de juristas. Mas o que somos, é uma nação de retóricos. Os nossos governos vivem a envolver num tecido de palavras os seus abusos, porque as maiores enormidades oficiais têm certeza de iludir, se forem lustrosamente fraseadas. O arbítrio palavreado, eis o regímen brasileiro. Agora mesmo, a usurpação de que me queixo perante vós, nunca se teria sonhado, se a espada, que nos governa, estivesse embainhada no elemento jurídico.

Mas a espada, parenta próxima da tirania, detesta instintivamente esse elemento. No começo do século atual, quando a França expiava, sob a ditadura de Bonaparte, os excessos do delírio revolucionário, uma das necessidades, que primeiro se impuseram ao tino dos seus administradores, foi a reconstituição da ordem dos advogados que a revolução condenara, e dispersara. Ela reapareceu com o decreto imperial de 1810. Mas, quando Cambacérès submeteu ao imperador o projeto desse ato, Napoleão, ao primeiro impulso do seu ânimo, o repeliu com um dos seus terríveis arremessos: “Enquanto eu trazer ao lado esta espada, nunca assinarei tal decreto. Quero que se possa cortar a língua ao advogado, que a utilize contra os interesses do governo”.

Andará entre nós a alma dos Napoleões? Terá ela incarnado na legião dos nossos Césares, contrafeitos sob o manto republicano? Andará em metempsicose expiatória por estas paragens? Não seria sem fundamento a suspeita, a julgarmos pelas agressões, que me tem valido a interposição deste requerimento de *habeas corpus*. Que crime cometi, para que os sabres se embebam na tinta dos jornalistas, e a pena dos jornalistas escreva com o retinir dos sabres? Falo às ruas? Não: dirijo-me à autoridade judicial. Movo paixões? Não: apelo para a lei. E, todavia, por isto só me indigitam como inimigo da ordem, como provocador temerário de questões inoportunas. *Inoportuna*, a reivindicação da liberdade pelos meios legais, quando o poder executivo semeia sobre a sociedade espavorida prisões e desterros? Mas por que havia este país de merecer tamanha humilhação, a humilhação deste medo à lei? Substituímos o Império pela Republica, mal contentes com a soma de liberdades, que o Império nos permitia; e, logo aos primeiros passos após a conquista da República, o uso de uma das garantias liberais que atravessaram o Império invioladas, alvoroça o governo republicano. Que títulos deram a esses cortesãos do poder o direito de representar a República, e defendê-la contra nós, que a fizemos?

Eu disse, na publicidade agitada do jornalismo, e quero repeti-lo aqui, ante a majestade impassível da justiça: Este país não seria uma nação, mas uma escravaria digna do seu vilipêndio, se o direito destas vítimas não encontrasse um patrono para este *habeas corpus*. Teríamos descido tanto, que o cumprimento deste dever trivial assumia as proporções dos grandes heroísmos? Por que se inquietam os agentes da ordem social? Que perigo os ameaça? A concessão do *habeas corpus*? Nessa hipótese, só uma coisa poderia enfraquecer o governo: a sua insubmissão à sentença do tribunal. Falsas noções da ordem nos levam a supor sempre que a força do poder está na ostentação da força. Mas em verdade, em verdade vos digo, senhores: o poder forte é aquele, cujo amor-próprio capitula à boa mente diante da lei. A força da força tem a sua fraqueza incurável na desestima da nação, que a odeia. Quereis a estabilidade do poder? Fazei-o dócil à justiça.⁵²

A justiça e a morte

Há hoje, à mesa, em que vos sentais, uma cadeira vazia; dessa cadeira ergue-se uma sombra, que se estende sobre todo o tribunal. Será um vivo? Será um morto? Tão rápida é a transição, e tão recente a ausência, que, muitas vezes, no curso deste debate, não resistireis à ilusão da sua presença, da sua fisionomia, da sua toga, da sua voz, do seu olhar, como que fito agora mesmo em mim, no momento em que vos falo. Ao encetar desta campanha pelos oprimidos, pelos aflitos, ele estava entre vós; no meio dela, à véspera da conjuntura decisiva, uma intervenção imprevista arrebatou-o ao areópago da justiça.

Ela continua a ser a justiça, como o oceano a ser o oceano, enquanto as ondas passam sobre as ondas perpetuamente, como as existências sobre as existências. Mas essa desapareção subitânea de um julgador dentre os julgadores, na hora do julgamento, nos embebe no sentimento da igualdade pelo sentimento da morte, mostrando-nos a rapidez com que, por obra de um minuto no infinito do tempo, os juizes, da majestade do pretório, onde julgavam, são transportados ao seio da obscura multidão inumerável, que aguarda a sua sentença no último plenário, à barra do Supremo Tribunal, o verdadeiro, aquele que não erra. Vosso nome é um nome de empréstimo, um reflexo dessa magistratura invisível, cujo primeiro elo os crentes puseram no céu, os estoicos na consciência, o instinto humano na opinião dos sobreviventes sobre os mortos, dos governados sobre os governantes, dos sentenciados sobre os sentenciadores, Instância passageira na hierarquia dessa função soberana, que em vós tem o seu órgão por excelência na terra, julgais hoje sem recurso, para amanhã serdes julgados sem indulgência. E agora, que exerceis essa autoridade envolvida em luto, estais mais perto que nunca da sua expressão mais sublime.

Eu não conheço duas grandezas tão vizinhas pela sua altitude, tão semelhantes pelas suas lições, tão paralelas na sua eternidade, como estas: a justiça e a morte. Ambas tristes e necessárias, ambas amargas e salvadoras, ambas suaves e terríveis, são como dois cimos de névoa e de luz, que se contemplam nas alturas imaculadas do horizonte. Em vão se agitará derredor dessas duas fatalidades inevitáveis tudo o que é mesquinho e efêmero no homem e na aglomeração social: as misérias da baixaza, da ambição e da crueldade, os apetites dos partidos, os cálculos, as irresponsabilidades e os triunfos dos déspotas, as fraquezas, os interesses e as traições dos intérpretes da lei, sacerdotes infiéis do seu culto, que a renegaram nas crises de provação. Quando muito, lucrarão adiar a hora da conta para a hora do desaparecimento, entrar para a expiação pela porta da posteridade. Mas uma incerteza indefinível envolve a região destas probabilidades formidáveis; e o tirano, que oprime, não sabe a quantos passos está da terra, que sepulta; o demagogo, que pede a iniquidade, não mede quantas inalações do ar, que ele empesta, o separam da corrupção, que há de decompô-lo; o juiz, que deixa cair na urna inapelável uma esfera ímpia, não pressente quantas palpitações do coração o distanciam da reparação infalível. Muitos duvidarão de que essa justiça se consume numa vida futura; mas, ao menos, ela há de vir necessariamente nesta, e as testemunhas das suas decisões irreformáveis têm de ser os restos mais sensíveis de nossa alma, as partes mais vivas de nossa vida: nossos filhos, nossas viúvas, nossas famílias, os que usarem o nosso nome e perpetuarem o nosso sangue.

Neste momento, podeis crer, estamos todos nós numa cumiada eminente da história, e trabalhando para o porvir. Nossa palavra será recolhida no regaço do tempo como um oráculo de liberdade, ou como um agoiro de ruína. A política, com as suas transações, os seus sofismas, os seus espantinhos dissipar-se-á como a cerração dos maus dias. Mas o vosso aresto perdurará, fonte de energia, ou de cativo para

muitas gerações, e as suas queixas, ou as suas bênçãos coroarão a vossa descendência.⁵³

Elogio da eloquência

Nessa pregação do obscurantismo, que se encetou no Brasil, ha dois anos, sob a forma de guerra “aos preparados”, para acabar, hoje, assumindo a de reformação geral do ensino, a desconfiança contra o saber se alia, germanadamente, ao horror da eloquência. Puseram-lhe o nome de retórica, ao intuito de a deprimir. Assim se abocanham sempre, entre os lábios virulentos da inveja, as maiores criações de Deus. Vede se escapa a esse trabalho da crítica pela alcunha o mesmo sol, “o grande putrefator”.

Retórica ou eloquência? Eloquência é o privilégio divino da palavra na sua expressão mais fina, mais natural, mais bela. É a evidência alada, a inspiração resplandecente, a convicção eletrizada, a verdade em erupção, em cachoeira, ou em oceano, com as transparências da onda, as surpresas do vento, os reflexos do céu e os descortinos do horizonte. Como o espírito do Senhor se librava sobre as águas, a sensação da iminência de um poder invisível paira sobre a tribuna ocupada por um verdadeiro orador. Abriu ele a boca? Já ninguém se engana com a corrente do fluido imponderável e maravilhoso, que se apodera das almas. É a espontaneidade, a sinceridade, a liberdade em ação.

Daí vai uma distância incomensurável à retórica, o esforço de arte por suprir a eloquência nos que não a têm, a sua singeleza, a sua abundância, a sua luminosidade, a sua energia triunfal. Todos os grandes oradores se viram chamar retóricos pelos rivais impotentes da sua superioridade. De Atenas à Grã-Bretanha, de Roma à França, à Itália, à Hungria, à Alemanha, a eloquência tem vibrado e dardejado nos lábios dos maiores homens de governo, os construtores de nacionalidades, os unificadores de impérios, os salvadores de Constituições, os condutores de Repúblicas e democracias, sem lhes desmerecer jamais a eles a valia de estadistas.

Péricles, Cícero, Mirabeau, Pitt, Gladstone, Cavour, Lincoln, Bismarck*, Daek**, Thiers, Gambetta, que foram todos esses Titães do pensamento e da ação militante senão prodigiosas encarnações da palavra ao serviço do gênio político? Vede a livre Grécia, a Inglaterra livre, a livre América do Norte, a França livre: outras tantas criações, antigas ou modernas, da tribuna. Sob essa potência eterna se fez a mãe das artes, a mãe dos parlamentos, a mãe das atuais democracias, a mãe das maiores reivindicações liberais. Na idade hodierna todas as grandes expansões do direito, todos os grandes movimentos populares, todas as grandes transformações internacionais são maravilhas da sua influência universal. O próprio Brasil, o Brasil parlamentar, o Brasil abolicionista, o Brasil republicano, que outra coisa não é, senão a obra dos seus homens de Estado, os quais eram, ao mesmo tempo, os seus juristas e os seus oradores?

Se abstraísseis deles em França, onde a Revolução Francesa, sem a Assembleia Constituinte, a Assembleia Legislativa e a Convenção? Se os eliminássemos da Inglaterra, onde o Governo parlamentar? Varrei-os dos Estados Unidos, e tereis apagado a história americana, que é uma via-láctea de estrelas da palavra. Excluí-os do Piemonte, e vereis sumir-se esse parlamento de Turim, onde o verbo de Cavour, em 12 anos de lida tribuna, assentou o laboratório da unidade nacional.* Suprimi-os, enfim, do Brasil, e tereis acabado com a atividade civilizadora do Império, a luminosa jurisprudência dos seus tribunais, os seus magníficos monumentos de codificação, a educação liberal das classes cultas pela escolha das suas assembleias, a conquista da emancipação pelos comícios populares, a organização da Monarquia e da República, pelas nossas duas Constituições. Tudo, tudo, benefícios do senso jurídico e do senso político, representados e desenvolvidos pela ciência dos nossos legistas e pelo influxo dos nossos parlamentares.

Eis o mal que têm causado à nossa pátria os advogados e bacharéis. Por que não exterminá-los?

Naturalmente que os hábitos de liberdade comuns à nossa classe e essenciais à nossa profissão colidem com a natureza, a moral e a segurança do poder irresponsável. Com ele é impossível a advocacia desde a Roma imperial, quando Cremúcio Cordo foi levado ao suicídio pelo novo e inaudito crime, “*novo ac tunc primum audito crimine*”, de haver aludido em termos de simpatia aos patriotas da república, louvando a Bruto e qualificando a Cássio como o derradeiro romano, *romanorum ultimum*. *

O golpe de Estado que, em França, aparelhou a entronização de Bonaparte, consumou-se com a expulsão dos advogados: “Lancemos os advogados ao Sena”, foram as palavras, com que, no 18 brumário, se combinou, entre Napoleão e o general Lefebvre, a extinção do poder popular, da representação nacional. E, quando, mais tarde, Cambacérès lhe submeteu o decreto de constituição da Ordem, reintegrando-a em algumas das suas franquezas, a aversão do Imperador aos juristas se desabafou no movimento de cólera com que respondeu ao seu arquichanceler: “Este decreto é absurdo: não nos deixa meio nenhum de os refrear, nenhuma ação sobre eles. Os advogados são facciosos, artífices de crimes e traições. Enquanto eu tiver uma espada à cinta, não firmarei nunca um tal decreto. Quero que se possa cortar a língua ao advogado, se dela usar contra o Governo”. **

Eis as duas atitudes sociais frente a frente. De um lado, o regímen que fazia anular por meio de *senatus consultus* os veredictos do júri desagradáveis ao trono; que multiplicava tribunais de exceção, cortes prevostais e comissões militares extraordinárias, para julgar fatos “não previstos nas leis penais”; que instituía a pena capital por simples decreto; que fuzilava indefeso e injulgado no fosso de Vincennes o duque de Enghien. Do outro, os intrépidos patronos da legalidade que se bateram, rosto a rosto, com o absolutismo napoleônico por todas as vítimas das suas perseguições judiciais, desde Mlle. de Cicé até o general Moreau; que, em 1802, na Inglaterra, pela voz famosa de Mackintosh, no julgamento de Peltier, arrastando à presença de um júri britânico os feitos do vencedor da Europa, levantaram o processo dos crimes do Império a uma altura raras vezes igualada; que, enfim, no plebiscito de 1804, quando, apurados na França, 3.524.000 sufrágios, 3.521.000 se declararam pelo Império, apenas lhe deram três dentre os duzentos votos colhidos, em Paris, no seio da Ordem dos Advogados.

As liberdades da França expiraram com a deles, quando a loucura jacobina mergulhou a Revolução no terror. Sob as *Declarações do direito do homem*, o mais imemorial desses direitos, o direito elementar do acusado a um patrono, desapareceu do processo criminal. A lógica da guilhotina decretou então aquele atroz sofisma: “*La loi donne aux accusés pour défenseurs des jures patriotes; elle n’en doit point aux conspirateurs*”. Como corolário natural desse novo código de humanidade surgiu aquele conselho de assassinos, o Tribunal Revolucionário, arremedilho monstruosamente macabro da justiça. Mas essas formas de sangue e morticínio não apavoraram os advogados franceses. Alguns, e entre eles Berryer pai, foram expor a sua vida naquele recinto de magarefes mal-amanhados em juízes, onde o banco dos réus não se separava senão por um vago limite do dos seus defensores”. *

Conta esse ilustre jurisprudente do século XVIII, nas suas *Reminiscências*, como, ao tempo do julgamento de Luís XVI, correu a conferência onde se reuniram os membros da antiga Ordem, então extinta, nos quais poderia recair a escolha do infeliz monarca, previamente fadado à morte, para deliberar sobre as questões concernentes ao aflitivo e tremendo caso. O que entre eles aí se assentou, foi que o sistema da defesa, logo às primeiras frases do exórdio, se traçaria nesta declaração heroica do advogado: “Trago à Convenção a verdade e a minha cabeça; depois de me escutar, disponha ela da minha vida”. *

Com esse regímen só entra em confronto o da realza dos Bourbons em Nápoles, chumbado à eternidade da infâmia pelas cartas imortais de Gladstone. Mas ainda aí, quer após a insurreição de 1821, quer depois das lutas de 1848, não faltou às vítimas da inquisição policial a dedicação de generosos patronos, que pelos direitos delas se aventuraram aos mais assustadores perigos, invectivando o cetro

onipotente, exprobrando-lhe a quebra dos juramentos constitucionais, e ameaçando o perjúrio coroado com a fatalidade dos castigos celestes.

A Ordem, que, em 1822, agastara o governo de Luís XVIII, elegendo unicamente, para a representarem, os nomes mais malvistos à situação; que, em 1830, antecipou a insurreição de julho, denunciando vitoriosamente nos tribunais as infrações da Carta, donde resultou a perdição da monarquia de Carlos X; que, em 1835, abriu luta, na França inteira, contra a Câmara dos Pares, quando esta, para evitar o embate com os grandes oradores da resistência liberal, recusou os defensores da eleição dos réus, pretendendo impor-lhes outros, por ela designados, e, nessa luta, com o peso da unanimidade, obrigou o pariato a recuar; esse corpo dos advogados franceses, cuja história compete com a dos ingleses e a dos americanos, não se amedrontou, mais tarde, com a ressurreição do napoleonismo, com o prestígio da sua fortuna, a massa dos seus exércitos, a compressão das suas leis, a irresponsabilidade dos seus caprichos.

Nunca a tribuna forense, radiante então sob a palavra de Júlio Favre, Defaure, Crémieux, Mane e, sobre todos, Berryer, se cobriu de maiores vitórias contra o Governo; nunca a eloquência judiciária se elevou contra um soberano todo poderoso a um grau de audácia maior. Lembrai-vos daquele processo de Montalembert, condenado, em primeira instância, por um delito de imprensa, a multa e prisão. Indultado pelo Imperador, o grande orador católico rejeita a ironia dessa clemência, e vai pleitear a causa da liberdade na Corte de Apelação. É Berryer quem o patrocina, o Demóstenes do século XIX. A sua defesa, numa oração em que o incomparável advogado se excedeu a si mesmo, é o libelo do Império, diretamente alvejado nas invectivas daquela palavra quase divina. “Essa lei de 1849, que nos quereis aplicar”, tropeja ele, “era feita no intuito de proteger a Constituição. A Constituição! Mas quem a violou? Quem a derribou? Quem a calcou aos pés? Vós! Essa lei era a salvaguarda da Constituição. *Ele* a destruiu, ele! e agora a invoca”.

A esses dois “eles”, que arrastavam Napoleão III em pessoa ao banco dos criminosos, narra uma testemunha que houve no auditório um frêmito prolongado. Era a visão do golpe de Estado, que assomava sob o látego vingador, a visão do golpe de Estado, que rasgara a Constituição, e, agora, sentado no trono, para ela apelava. Não são sempre assim, senhores, os golpes de Estado? Com os farrapos da Constituição ainda nas botas dos soldados, a festejam, dilacerando-a todos os dias, para ataviar depois com a sua invocação os atos, que a violam, e combater ou perseguir em seu nome os adversários, que a sustentam.⁵⁴

A tribuna

No governo do povo pelo povo a palavra é o grande poder, a tribuna a força das forças. Mas que é, hoje, senhores, a tribuna parlamentar no Brasil? O que eu já disse: uma ruína, donde se fala para um deserto. Os que, como eu, se têm cansado em buscar levantá-la, matam-se numa lida inútil, e saem de cada um desses esforços com a impressão de um duelo contra uma almanjarra, um paredão ou um monte de areia. Ferra-se o abuso pela gola, como um malandrim colhido a furtar, na praça pública, à luz do dia, mostra-se na mão do tunante o objeto visível do crime, dardeja-se em cheio sobre a cena a projeção de um holofote, e, com o apito na boca, do alto da Câmara ou do Senado, se grita à polícia que acuda. Mas a polícia, quando se não põe a ladrar contra o zelo dos que por ela chamam, escuta como se tivesse os ouvidos encravados, deixa pender as orelhas, e vai meter o focinho na mesma celha onde come o ladrão.

Não foi o que se deu com a carroçaria do *Satélite*? Não foi o que se deu com o morticínio da ilha das Cobras? Não foi o que se deu com a ladroagem da prata? * Não foi o que se consumou com o escândalo das deposições, dos bombardeamentos, das alarvarias contra as sentenças da justiça? O clamor da oposição já não modera, já não reprime, já não corrige os desmandos. Antes os acirra, os provoca, os consolida. Do governo, atualmente, não se poderia dizer que seja uma vontade, esclarecida por uma inteligência. É a idiotia servida pelo capricho. Cumpra, e não bufe: tal a síntese do régimen. Quem dispõe de baionetas nos quartéis, moedas no Tesouro e votos nas Câmaras, não tem que se vexar com o senso moral, com a opinião pública, ou com o decoro da autoridade. Sob o caudilhismo, que é a nossa República, a tribuna parlamentar nunca existiu, não pode existir, não existe, não existirá nunca.

Quando a revolução introduziu na França o governo representativo, levantou-se, no corpo legislativo, uma tribuna, coberta de baixos-relevos, onde a História, a Fama, a Liberdade faziam guarda à palavra. Mas no 18 brumário, o régimen do golpe de Estado a desmontou, e as peças de mármore, que a compunham, se sumiram nos subterrâneos do paço legislativo, donde vieram a ressurgir, reconstituídas, quando se restabeleceram os debates parlamentares. Com o governo de julho foi na Câmara Legislativa que ela se colocou, persistindo aí até 1852, quando o crime napoleônico de 2 de dezembro a sepultou de novo no mesmo porão, onde tanto tempo descansara. Aí dormiu outra vez 15 anos, até que, declarado o império liberal, volveu a tribuna primitiva à cena que dominava com a sua majestade.

Essas vicissitudes representam os reveses e alternativas da liberdade moderna. Onde quer que o governo popular exista, como nas grandes repúblicas e nas monarquias republicanas do nosso tempo, ou se ensaia uma tentativa de governo do povo pelo povo, como no Japão, na Rússia, na Turquia, na China, a criação da tribuna parlamentar caracteriza, para logo, a transformação operada. Mas, se as câmaras legislativas decaem do seu vigor, se a sua autoridade se perde, se o poder executivo as corrompe, as acobarda, as subjuga, imediatamente a tribuna parlamentar, órgão desse elemento em declínio, se retrai, se atrofia e desaparece. ⁵⁵

Réplica

Varrida assim a testada a Latino Coelho da mazela que lhe irrogou o mestre, ainda menos me custará tirar da minha a assacadilha, que me pôs. Caí eu na mesma desarmonia, de que me queixava, afirma ele, por ter redigido assim, no art. 10, o meu substitutivo:

“Os móveis, cuja situação se mudar na pendência de ação real a seu respeito, continuam sujeitos à lei da situação, que tinham no começo da lide”.

Onde aqui o eco? Onde?

Temos três vezes o *ão* final. Mas da primeira o seu som se perde no meio da sentença, que o absorve: “cuja situação se mudar”. É no verbo mudar, não no substantivo situação, que aí cai a pausa. Da segunda vez sucede o mesmo; por isso que o vocábulo ação, na frase “na pendência da ação real a seu respeito”, faz corpo com o adjetivo *real*, a ele subsequente, e com as três palavras posteriores, indo a voz descansar em *respeito*. De sorte que o último *ão*, em “lei da situação”, não tem, antes ou depois de si, final semelhante, com o qual consoe: está sozinho.

É o que graficamente se manifesta, distribuindo o período segundo as pausas da leitura:

*“Os móveis,
cuja situação se mudar
na pendência da ação real a seu respeito,
continuam sujeitos à lei da situação,
que tinham no momento da lide”.*

Errou, pois, o mestre, errou palpavelmente, fazendo-me injustiça a mim, como fez a Latino e a Vieira, quando ao cambo das assonâncias do projeto quer juntar, com os dois clássicos a que recorreu, o meu substitutivo. O sábio censor não tem o direito de não saber o que é assonância, ou de o esquecer, para se emaranhar em confusões desta marca.

Assonância não há, se as palavras, que a devem formar, não estão de tal jeito postas na frase, que mutuamente se respondam, como se, pela identidade da terminação, fossem umas repercussão das outras. *Assonar** (temos *assonância*, o substantivo; temos o adjetivo *assonante*; porque não teríamos o verbo?) *assonar* (se me permitem o neologismo)** ou consonar, é soar ou ressoar juntamente, devolver num som análogo, ou igual, o som que se recebe, como, no fenômeno natural da reflexão dos sons, se opera o eco, reproduzindo as sílabas extremas da voz, que o acordou. Tão antiga é, por isso, quanto as duas palavras, a sinonímia entre *assonância* e *eco*.⁵⁶

A felicidade

Quem pôde, neste mundo, até hoje, definir a felicidade? Desde que a atenção do homem se concentrou da natureza visível para a natureza interior, a ciência, a poesia, a religião, debruçadas sobre o coração humano, revolvem o impenetrável problema, esgotando em vão a sagacidade, a inspiração, a eloquência. Todas as influências que compõem a alma contraditória do homem, que o obscurecem, ou explicam, que o regeneram, ou degradam, os sentimentos que fortalecem, ou deprimem, os que criam, ou destroem, os que repelem, ou encantam, vão passando sucessivamente pelo fundo misterioso do vaso, onde a humanidade bebe, desde o princípio de sua criação, a ambrosia e o fel. E a eterna interrogação continua a preocupar eternamente as cabeças, que meditam, as imaginações, que cismam: onde está a felicidade? No amor, ou na indiferença? Na obediência, ou no poder? No orgulho, ou na humildade? Na investigação, ou na fé? Na celebridade, ou no esquecimento? Na nudez, ou na prosperidade? Na ambição, ou no sacrifício? Risível pretensão fora a minha, se me propusesse a entrar com uma fórmula nova na multidão inumerável dos escavadores deste enigma. Não passa de uma impressão pessoal a que vos traduzo, dizendo-vos em uma palavra a minha maneira de interpretar o grande segredo. A meu ver, a felicidade está na doçura do bem, distribuído sem ideia de remuneração. Ou, por outra, sob uma fórmula mais precisa, a nossa felicidade consiste no sentimento da felicidade alheia, generosamente criada por um ato nosso.

Destarte se caracteriza, enquanto a mim, este festival magnífico. Sentis-vos felizes, e presumis descobrir em uma ação minha a origem do bem, que vos projeta uma réstia de alegria entre as frágoas e as ansiedades da vida. A mim, portanto, esta solenidade se me desenha como um descortinar-se da verdadeira bem-aventurança: um canto do paraíso espelhando-se ridentemente na realidade triste.

Um momento de conforto derramado numa só agonia, a simpatia com que se enxuga uma só lagrima, bastam, às vezes, para a salvação de um condenado. No crepúsculo melancólico da morte, por entre as sombras que baixam de todos os lados, silenciosas e densas, a reminiscência de uma simples intenção benfazeja pode irisar de esperança a pupila marejada do aflito. Que não será, pois, se o bálsamo que se espreme de uma ação nossa, vai converter-se em nascente perene de benefícios para uma classe inteira, fadada pelas necessidades do serviço de seus semelhantes à pobreza, às privações, aos cuidados? Assim, onde quer que me colha o fim de meus dias, um resquício da claridade desta festa acariciará brandamente as trevas da minha despedida, um laivo do dulçor destes momentos suavizará a amargura do meu cálice. Esta manifestação não é das que falam à terra, mas das que dirigem ao céu. Quando se apagar a sua última luz, quando expirar o seu derradeiro eco, longe, na região onde a consciência estende os seus pensamentos até às plagas da outra vida, a piedade acordará sussurrando as suas preces, o poente acenderá os seus círios de estrelas, para escutá-las, e a mão das consolações invisíveis, que pairam à cabeceira dos desconsolados, deixará cair sobre o meu travesseiro algumas destas flores.⁵⁷

Os precitos de Dante

Há, na *Comédia* do Dante, a que a posteridade chamou *divina*, uma classe de precitos, que a severa fantasia do poeta chumbou à sorte de terem o rosto virado para as costas. Muitas e muitas vezes nos tem assomado à mente esta imagem, esta figura emblemática, ao considerarmos em certas reformas de hoje. Cuidamos adiantar, e recuamos. Desandamos, quando supomos andar. Parece que o progresso republicano incorreu no fadário extravagante daqueles justicados do poema florentino.

De fósseis fazemos embriões. Tomamos por inventos os mais arcaicos anacronismos. Pensamos criar, onde apenas exumamos. A cada *heureka* da nossa fatuidade poderia responder uma casquinada de riso. Ocupamo-nos em revolver a calíça do tempo; e, a cada refugio, em que ali topamos, logo nos persuade a cegueira termos posto a mão em novidades preciosas. Incapazes de gerar, melhorar, ou adaptar, destruidores do útil e restauradores do avariado, vamos, por uma degeneração inversiva dos instintos do trapeiro, colhendo o rebotalho nos restos do passado, e imaginamos cavar oiro em jazidas abertas para a fortuna dos nossos descendentes, quando apuramos simplesmente o escumalho rejeitado pela experiência dos nossos maiores.⁵⁸

A velhice

Anteontem, quando aqui me ocupava com o caso Macedo Soares, um dos meus honrados colegas, levantando-se e aproximando-se à tribuna dos jornalistas, disse com a compaixão do desdém: “Este pobre velho esbaforindo-se aqui desta maneira com cousas a que ninguém liga importância nenhuma.”

Esta piedade singular, sr. presidente, da velhice amolentada e festeira para com a velhice militante e viril, tem graça. Mas há de ser levada ao honrado senador à conta da remissão de alguns dos seus pecados, quando ele se achar diante daquela tribuna a que nenhum de nós há de escapar; e sentir então que havia neste mundo alguma cousa de mais importância do que o Partido Republicano Conservador, seus amigos e seus interesses.

Mas esteja tranquilo o meu piedoso colega. Estas lutas não me afadigam. Eu as atravesso serenamente como um elemento da minha vida, porque são o fadário da minha missão e a expiação da minha parte na criação deste regímen.

A velhice nos homens de têmpera não quebra a fé, que é a maior das nossas forças. Nas energias que dela borbotam há mais vigor, mais mocidade, mais poder que nos frascos de tintura e nas drogas inconfessáveis, com que em vão se tentam dissimular as fraquezas da idade, nas suas manifestações de ordem mais subalterna.

Eu não me esbofo com estas lutas. Vivo nelas porque elas são o ambiente do meu viver. A minha velhice não se desmandará, porque a minha mocidade não foi desmandada. Eu não atentei contra o capital da vida, vivi sempre dos seus juros e por isso não me sinto falido para cumprir os meus deveres, por grandes que sejam os esforços a que eles me sujeitem.

O nobre comentador da minha velhice pode, pois, estar sossegado. O que eu sinto unicamente é que S. Ex^a. se por acaso se achar presente nestas cadeiras, eu tenha de ver-me na contingência forçada de infligir-lhe ainda hoje o martírio de um longo discurso pronunciado hoje desta tribuna. Mas, se acaso o aborrecer, se acaso aborrecer aos nobres senadores, que me perdoem todos. Eu não tenho hoje senão um empenho: é que a minha voz chegue aos ouvidos do meu país. Não posso ter ilusões sobre o resultado deste debate; não posso nutrir a presunção de demover um voto. A política é absoluta e fatal.

A Nação pode bater-nos às portas, os mais caros interesses de nossa honra podem estar exigindo o sacrifício dos nossos deveres de partido. Debalde. Estes privam a todos, e a consciência dos homens políticos vai de roldão, arrastada na carreta dos interesses de partido, embora com ela se arrastem igualmente na lama a dignidade e a reputação da nossa terra; os seus mais caros interesses; as condições mais urgentes do seu futuro.

Eis porque não renunciei à tarefa ingrata deste discurso, desta demonstração, do cumprimento deste dever. Tenho de levá-lo ao cabo por mais que me custe, embora me convença de que estou magoando a todos os meus honrados e nobres colegas, que tenho em cada um antagonista que não suporta a audição da minha palavra, embora veja inteiramente vazias estas bancadas.

Sozinho, para elas falarei, porque estou certo de que não me acho só neste momento, por mais solitário que eu me veja entre estas paredes.⁵⁹

O perdigueiro e o tatu-açu

Eu sou uma traça de papéis velhos, de livros antigos, um amigo dos velhos alfarrábios — talvez influência da idade — hábito de admirar as velhas cousas do passado.

Estas disposições de que falava Horácio, quando, referindo-se aos velhos, os tratava de *laudatores temporis acti*, fizeram com que entre meus velhos papéis encontrasse, há dias, e hoje me caísse sob as mãos um antigo conto, uma espécie de fábula, creio mais velha do que Fedro, Esopo, talvez das épocas do sânscrito antigo, traduzida desses documentos imemoriais que os sábios de hoje procuram resolver. Em suma, não sei de onde me caiu nas mãos esse velho conto, que, relido ainda esta manhã, entendi trazer ao Senado para amenizar hoje a aridez do meu discurso, concluindo com alguma coisa que valha mais do que todas essas frioleiras com que tenho cansado, até agora, os honrados senadores.

Este conto ou fábula, achei-o nos meus papéis com o seguinte título: *O perdigueiro e o tatu-açu*.

Um perdigueiro, da matilha de certo lavrador, estabelecido na encosta de um dos morros que dominavam o cemitério de uma aldeia, em uma noite de luar claro, sondando com a vista aguda o panorama, que se lhe estendia debaixo dos olhos, deu, ao longe, com um vulto, que se mexia entre as sepulturas. Estremeceu. Fitou bem a pupila. Não havia dúvida. Era um tatu-açu, um tatu gigante, que se fartava em uma cova.

O cão não podia hesitar. Pôs a boca no mundo, e, em linguagem inteligível aos seus semelhantes, preveniu da novidade a todos os vigias da circunvizinhança. De casalejo em casalejo, de granja em granja, de canil em canil espertou a canzoada, e começaram a entrecruzar-se nos ares os latidos. O mesmo sentimento correspondia em todos ao apelo do primeiro que dera o rebate. Foi uma batida geral. Das rampas das colinas e dos recantos da esplanada, a ladrar e ganir em cainçada estrepitosa, toda a cainça daquelas imediações correu, voou contra o perturbador da tranquilidade dos mortos. Mas debalde. O necrófago, alentado pela digestão de um repasto copioso, e levando aos seus perseguidores a vantagem da distância inicial, acolheu-se à toca, ali perto, deixando lograda à boca da lura a cainçada bravia.

Dir-se-ia que estava assim ultimado o incidente. Mas a honra dos tatus não ficava satisfeita, A república dos animais não podia abandonar à má língua dos ladradores a reputação de uma individualidade tão excelsa e de uma classe tão egrégia entre os viventes. Na manhã seguinte, pois, a um chamamento solene do ofendido se reunia à sombra, num vão do inato, protegido pela ramaria de uma capoeira, o congresso dos bichos, curiosos e solícitos do bem da comunidade.

Era de ver como todos acudiram aos deveres da afinidade ou da aliança. Em socorro dos tatus, rodeando os tatus-canastras, os tatuetes, os tatu-pebas, os tatus-galinhas, os tatus-bolas, se aglomeravam os fossadores de todo o gênero, a raça inumerável dos cavadores e os roedores, infinitos em número.

A família canina, cães, canichos, canazes de toda a marca, viu-se em triste minoria. Mas toda ela testemunhou do sacrilégio, a que assistira na madrugada precedente. Eram às dúzias os depoimentos. Toda a gente, humana ou animal, das cercanias, sabia do fato. E demais ninguém ignorava que os tatus de todas as categorias, fossões por natureza e necessidade, a outra coisa não se davam senão a devastar as plantações e pastar nas valas dos mortos. A voz pública já os julgara e condenara.

A acusação assim articulada, com a audiência de inumeráveis testemunhas, ocupou muitas sessões.

Mal, porém, depois de ouvidos os depoimentos, acabara de orar o querelante, entrou a defesa a lhe pulverizar o libelo. Verdade seja que orçavam por centenas as testemunhas de vista, todas cabais, todas

contestes, e que a notoriedade pública ainda as reforçava. Acima de tudo, porém, estava a respeitabilidade pessoal do acusado, que, pela sua situação, pela sua gravidade, pelos seus serviços, pairava acima de todos os botes da maledicência; e vários oradores, qual a qual com mais eloquência, se indignaram de que, contra um bicho tão eminente, se tolerassem acusações, embora estribadas em montanhas de provas.

Fossadores, cavadores e roedores eram unânimes, ali, nessa doutrina salutar.

Os fossadores, ainda aparentados com o réu, pela tromba e seu uso, fazendo-se ouvir pela voz de um porcaço, varrão já entrado em anos, cujas cerdas começavam a pintar de grisalho, alegaram que, para morder e atassalhar em carne viva ou morta, não seriam classificados como são, na ordem dos desdentados.

O auditório pasmou com a sabedoria deste argumento de truz, e um arrepio de entusiasmo tolheu as expressões de espanto nas gargantas dos circunstantes.

Então, rompendo o silêncio que se fizera, discursou, em nome dos cavadores, uma toupeira de pelo negro e lustroso, que, artista experimentado em solapar os melhores alicerces, chamou a atenção dos ouvintes para a couraça dura e escamosa, que revestia a cerviz, as espáduas, o dorso do acusado, observando que o Criador não teria envolvido neste múltiplo escudo o corpo daquela criatura, liberalizando-lhe proteção tão eficaz, e dando a ver assim o apreço, em que a tem, se debaixo desse casco impenetrável não se aninhasse um tesoiro de virtudes.

A isto os juízes, numa emoção que se não continha, agitaram as focinheiras, os apêndices posteriores, as patas de vário feitio, e para logo se viu que o tribunal estava convencido.

Ainda assim, conquanto já por demais, no meio de um recolhimento que deixava escutar-se o voar dos menores insetos, toma a palavra, para dar a opinião dos roedores, o caxinguelê.

Foi um prodígio. A eloquência mesma não seria mais persuasiva. O orador mostra como a natureza, de um modo simbólico, assinalou exteriormente os tatus, com todas as mostras de uma raça privilegiada. A armadura ossificada que lhes cobre a pele, está demonstrando-lhes a solidez moral e corresponde ao feitio inteiriço. Os hábitos de sua vida subterrânea e noturna atestam a morigeração dos seus costumes, a modéstia, a sobriedade, o desinteresse, a renúncia a tudo. São eremitas, que têm por asilo da sua existência contemplativa e da sua humildade a própria rudeza da sua investidura. Os tatus podem se considerar santos de nascença. Não pecam. Na sua entidade encouraçada não penetram as tentações do mundo.

Aos derradeiros golpes desta lógica o tribunal rompeu em aplausos, a veneranda bicharia, num ímpeto geral, exigiu que se votasse, e o réu, absolvido por aclamação unânime, agradeceu com o focinho e a cauda, em movimento expressivo de ternura, a vitória da sua inocência.

Animados por esta sentença, cavadores, fossadores e roedores entre si assentaram dar por feriado nacional o ano inteiro, e avançar, com ânimo de se banquetear a tripa forra, onde quer que se lhes oferecesse pasto à voracidade insaciável. As noites de escuro, que se seguiram, facilitavam a execução deste voto. Daí em diante já não havia defunto, que dormisse tranquilo no seu jazigo, túbera ou raiz comestível, que se não sentisse ameaçada no abrigo do seu torrão, sementeira, que não tremesse dos assaltos da bicharia. As tumbas amanheciam revolvidas, roídos os aboborais, devastadas as pepineiras, os arrozais e as searas em palha.

Mas, os perdigueiros, os rafeiros, os filas, os molossos do lugar, que não podiam estar pelo julgado, porque tinham visto com seus olhos a maroteira, e, tendo fitado a orelha aos cochichos bichanados entre os terríveis comedores, deram pelo segredo da trama, não podiam ignorar a origem da calamidade.

Por sua parte os lavradores, advertidos pela cachorrada fiel, e sabendo-lhe a honestidade, entraram em furor contra a canalha devastadora. De sorte que, por avença cordial entre todos, se deliberou proceder com o acórdão dos juízes de tromba, casco e dentuça, como certos ditadores de raça com as sentenças dos seus tribunais.

Bateram-se os covis, as madrigueiras, as lapas, os resquícios, todas as ladroeiras onde se alapardavam os rapaces cavadores. Lebréus, galgos, podengos e toda a demais caniçalha patrulharam noite e dia, por morros e devesas. Entrou em atividade o fueiro, a ratoeira, o veneno, o fogo. Recolheu-se a porcalhada aos chiqueiros. A rataria morreu de fome nos buracos sitiados. Carne de tatu andava a rasto de barato. Extinguiu-se naquelas paragens a praga desses carniceiros vorazes. Já as messes lourejavam sossegadas no campo. Já as tulhas se abarrotavam da colheita. Já os melões e as abóboras medravam descamados no chão. Já os carros seguiam para o mercado avergados de pomos e legumes. Foi uma limpa. O praguedo acabara. A prosperidade renascia em toda a redondeza.

Assim finda o conto, de que o narrador tira a moralidade em dois breves conceitos, cuja excelência honraria o juízo de Salomão. Os abusos, diz ele, os abusos são todos compadres uns dos outros, e vivem da proteção, que mutuamente se prestam. As suas vítimas estão perdidas, se lhes acreditam nas manhas, e não abrem guerra aos falsos ídolos, que eles santificam.⁶⁰

Discurso dos apólogos

Está-me acontecendo a mim o que aconteceria a um pintor de batalha, revolução ou terremoto, em cujas telas um espectador, obsesso da sua responsabilidade, imaginasse ver-se debuxado entre a multidão confusa dos combatentes, dos rebeldes, ou dos espavoridos. O artista não cogitara senão de uma grande impressão geral, quisera debuxar tão somente o terror da catástrofe, a vertigem da tormenta popular, a fúria da carga no campo de combate. O pânico, o alvoroço, a bravura. As paixões coletivas, as virtudes coletivas, as catástrofes coletivas. A loucura das turbas, o heroísmo dos exércitos, o pavor das classes. Nada mais. Sucede, porém, que um sobrevivente da guerra, ou um contemporâneo da revolta, ou um dos escapos do cataclismo, cuja cena ocupa o quadro, cuida reconhecer a própria imagem entre as figuras aquinhoadas com uma situação menos airosa nos episódios do grande painel, e se mete em cabeça que toda essa vasta pintura não teve outro objeto senão servir de fundo ao retrato de um homem. E aí o tendes, com todos os maus conselhos da sua desconfiança no coração, a rixar contra o inocente pintor.

Eis, sr. Presidente, a situação em que se quis pôr comigo o nobre senador.

O sr. A. Azeredo — Eu, não apoiado. V. Ex.^a foi que se indispôs comigo.

O sr. Rui Barbosa — Em relação a ele, o meu último discurso estritamente se limita a defender, na sua primeira parte, os dois itens do meu requerimento, a que o nobre senador opôs a sua censura. Isto posto, despedindo-me à francesa do censor, a quem não mais aludi, cifrei tudo o que disse, daí por diante, em mostrar ao Senado o seu dever inevitável de aprovar o meu requerimento, a justiça deste, a sua conveniência, a sua necessidade, e, na minha peroração, figurando a hipótese oposta, a mostrar a incompatibilidade, que se estabeleceria entre esta Câmara e as suas obrigações constitucionais, entre esta Câmara e o seu pundonor, entre esta Câmara e a honra dos seus membros.

Releia-se o que eu disse nessa peroração, na qual o nobre senador, empenhado na sua teiró de engar sempre que pode comigo, foi descobrir invectivas com subscrito à sua pessoa...

O sr. A. Azeredo — Não apoiado.

O sr. Rui Barbosa — ... onde eu, evidentemente, só de outras cogitava: a da nossa Pátria, a da nossa mal-aventurada nacionalidade, a da enxovalhada República brasileira e da esfrangalhada Constituição que representamos.

Aí elevei eu o debate até onde as forças, que Deus me deu, mo permitiam. Não fiz dele rinha, onde galos de briga revistam de ferro postigo os esporões naturais, para deixar o adversário estendido no terreiro. Não. Fique certo o nobre senador. O meu pensamento estava bem acima de individualidades, quaisquer que fossem nessa região donde a vista só percebe os contornos gerais das coisas e dos fatos, a impressão dos conjuntos, o aspecto difuso das épocas, dos sistemas, das correntes, dos horizontes, dos futuros. Tranquilize-se o nobre senador: eu o tinha perdido de vista. O que da minha vista se não perdia, o que eu contemplava... era o Brasil.

O chantecler dos poteiros

Não acompanharei o nobre senador na sua excursão ornitológica. Bem mal conheço o costume das aves. Não posso, como o nobre senador, atestar que elas “se confundem no mesmo pensamento, jamais fazendo transparecer a beleza da sua plumagem ou a supremacia de suas qualidades e virtudes”. Consolome em ver celebradas as virtudes dos bípedes plumosos, quando vejo imersas em tamanho descrédito as dos bípedes implumes.

Para mim é novidade. Confesso que o que sei na matéria só o conheço de orelha. Se me não falha a memória, será do tempo da minha intimidade com o nobre senador pelo Rio Grande do Sul, ardente amor da vida rural dos seus pagos, à descrição de cujos pormenores se entrega as vezes com um colorido seu, que ainda me aviva na retina a visão das grandes estâncias de criar, onde, nos moirões dos *alambrados*, se empoleira a figura imperatória do quero-quero, o Chantecler dos poteiros.

Este pássaro curioso, a que a natureza concedeu o penacho da garça real, o voo do corvo e a laringe do galo, tem, pela última dessas prendas, o dom de encher a soledade dos descampados e sangas, das macegas e canhadas com o grito estrídulo, rechinante, profundo, onde o gênio pintoresco dos gaúchos descobriu a fidelíssima onomatopeia, que o batiza. Quando essa ave, lá do seu poiso de inhanduvá ou coentrilho, quebracho ou cambará, abre a goela, e desfere no azul o seu grito de ameaça, não me consta que as outras aves, “suas irmãs gêmeas”, ousem medir as suas solfas com o guincho insistente, em que ele pensa ditar o sol e a chuva, governar os minuanos e pampeiros.

O outro bicho de asas, que lhe anda na vizinhança, pelas infindas campinas onde se apascenta o gado, ponteadas longe a longe pelos rasteiros mamilos do cupim, é só o João-de-Barro, cujo ninho se orienta sempre com tão seguro tento que o dono, outra maravilha da zoologia das aves, se logra da sua vivenda simples ao abrigo de ventos e tormentas.

Este sim, que sabe viver quase irmãmente, como melgo e melgo, com o quero-quero, pondo-lhe nas nuvens a sabedoria, o poder, a eloquência, e, embora saiba que o objeto do seu culto, não obstante o aspecto minaz, os gestos de mando, a garganta de ferro, tão domesticável, afinal, vem a ser, quanto qualquer galináceo, em se lhe grudando as mãos ao lombo sem medo, continua a ver-lhe nos esporões das asas as armas invencíveis da soberania.

De outros pássaros não me consta, confesso, em toda a humildade da minha ignorância de avícola muito reles, de outras não sei que “sem distinções de qualquer natureza”, se acamaradem com o alcaravão dos pampas.

Continuando a revolver, porém, nas minhas tinturas de sujeito pouco lido sobre outros membros da família das “aves de penas”, na expressão dos santos livros, pergunto aos aviculários mais familiarizados com o trato desses viventes, como o nobre senador, se não haverá entre eles também incompatibilidades e separações, se não as há, por exemplo, entre as caturritas de cabeça alvadia ou verde-clara, cujos bandos cobrem os pinheiros das coxilhas, desferrando-se da magreira de quadras menos gratas em arvoredos menos pingues, e certos voadores de gênero diverso, como, para não sairmos dentre os falantes, o formidável *bem-te-vi* terror dos gaviões, e o tagarela do *quem-te-vestiu*.

Aves palradeiras ou guinchantes

Asseguram os viandeiros dessas paragens, onde o sr. Borges de Medeiros pontifica direito constitucional aos “levitas do alcorão”, que quem uma vez jornadeou por aquelas terras, nunca mais se esquecerá dessas aves palradeiras ou guinchantes, vozes de homens aladas, gritos de aviso ou interrogação, emergentes não se sabe donde, esparsos de toda a parte, que salteiam, de trás, de diante, à direita, à esquerda, o caminho surpreendido.

Pois não haverá deveras “distinção de qualquer natureza” entre, de um lado, as travessas, as metediças caturritas, e, do outro, os destemidos bem-te-vis, ou os indiscretos quem-te-vestiu? Não creio.

Nas longas estações da geada, quando corre de mão em mão, à volta da fogueira, a cuia de chimarrão, dizem os gaúchos que, aos ouvidos do culpado em sobressalto por esses ermos, os brados pertinazes e martelantes do bem-te-vi acordam o remorso nas solidões da consciência como chamados a contas da justiça dos céus. Um grito desses soa às orelhas do criminoso como voz de prisão; e o ingrato estremece, escutando as piadas queixosas do quem-te-vestiu.

O sr. A. Azeredo — V. Ex.^a falou em ingrato. Isto não me toca.

O sr. Rui Barbosa — Não me referi a V. Ex.^a.

O sr. A. Azeredo — Faço esta observação porque V. Ex.^a esta respondendo ao meu discurso.

O sr. Rui Barbosa — É o mesmo sistema de julgar que, por se estar respondendo a um discurso, tudo que se disser na resposta se refere ao autor desse discurso.

O sr. A. de Azeredo — Então não tem razão de ser a alusão.

O sr. Rui Barbosa — Sim, não tem importância nenhuma, como as cousas que faço.

O sr. A. Azeredo — Têm sempre, para mim; o que não têm razão de ser são as injustiças de V. Ex.^a.

O sr. Rui Barbosa — Não quero disputar destas coisas com os mais sabidos. Dou de barato que abutres e pombas vivam em comunhão de boa amizade. Mas não acabo comigo deixar de pôr as minhas diferenças entre o bem-te-vi ou quem-te-vestiu, na missão perseguidora das suas indiscrições, as caturritas na sua sina migratória à cata de melhor cibo, os urubus no seu papel sinistro de transportar a peste com as boiadas, que acompanham, e o quero-quero, o alcaravã moiro, comensal, ao que parece, das caravanas, prudente seguidor seu entre os perigos do deserto, espécie de ordenança da vitória nas incertas contingências da vida.

De tudo, porém, cedo; porque fala quem sabe, e quem sabe, sabe. Não contesto aos pássaros os predicados singulares, que o autorizado ornitologista se deleita em lhes atribuir. Vá de bom mercado o que quiserem. São pássaros e eu com sua vida nada tenho.

Mas que eles não sejam capazes, sequer, de estadear a beleza da sua plumagem, queira-me perdoar o nobre senador se duvido; porque do pavão, pelo menos, oiço dizer que se não ocupa de outra coisa, e, se me não engano, das gralhas até se diz que gostam de ostentar as penas alheias.

Pode ser que essas deliciosas criaturas, como nos assevera o nobre senador na sua amena lição de zoologia aplicada à humanidade, vivam todas “como irmãs, sem distinção de qualquer ordem, quando cantam livres nas ramas ou cativas nas prisões”.

Admiremos entre elas essa igualdade, essa fraternidade, essa caridade, antecipações dos grandes ideais nossos, nas quais talvez ainda se vá buscar a solução dos problemas sociais, em que vivemos quebrando a cabeça. Mas pelo que eu não estou é por me resignar à condição de passarinho em viveiro,

bicando o seu alpiste, sob a feitoria dos gaviões, que nos dão por senhores. Esse regímen de pássaro em gaiola, embelecado com a doçura da servidão comum, enquanto o bicanço dos milhafres nos depena, é o que não aceito.

Se me bato, pois, contra os varais do aviário, não vão dizer que esta ave mal-ensinada “abusa da sua superioridade, para esmagar as suas débeis companheiras”. Não. Queira o bucólico amigo dos pássaros emendar o seu libelo. O que é preciso dizer, é que este prisioneiro não cabe, entre as aves domésticas, numa passareira. Creio eu que nem todas se ajeitam ao galinheiro, nem todas aceitam o poleiro como termo dos seus surtos.

Peço licença para me alistar entre estas. Não me criou Deus para viver entre as águias; mas também não me fadou a rastejar entre os patos e marrecos. Não me destinou às alturas; mas, graças lhe sejam dadas, também me não condenou às baixezas da terra. O que me deixou, me basta: o voo mediano e seguro, que não sobe aos céus, mas não desce aos charcos, não corta as nuvens, mas se eleva acima das superfícies empestadas.

Louvado seja Deus pelo modesto, mas nobre quinhão com que assim me dotou, não me talhando para habitar o pântano, mas para o sentir, para o detestar, para avisar do seu perigo. Mas não se pode clamar contra o lodaçal, clamar com voz brava, clamar com voz que se não abafe, clamar com voz que domine a vozeira dos abusos, sem incorrer na cólera dos interesses, que vivem da quietação na paz do crime. Ai da terra, ai dos homens, ai dos Estados, se não houvesse, entre os nossos sentimentos, essas “diversidades”, que a ornitologia política nos exprobra.

Com essa autoridade que o nobre senador sabe exercer de modo tão interessante, denunciou ele o “orgulho, a vaidade, a intolerância, que transparecem por toda a parte, principalmente quando os homens têm convicção do seu merecimento intelectual e moral, abusando dele, muitas vezes, sem compreender que estão ferindo e esmagando”.

Não é assim, talvez, que falaria Zaratustra, mas é assim que fala o nobre senador cujas palavras ninguém poderia supor que me estivessem frechando, se S. Ex.^a não acrescentasse imediatamente;

“Nem é por outro motivo que o eminente sr. Rui Barbosa, esquecendo-se de que é membro desta corporação, de que é o *primus inter pares* pelo seu gênio, fere tão amargamente os seus colegas, abusando do respeito e da consideração, que todos os senadores lhe votam.

Obrigado! Muito obrigado! Agradeço: mas não aceito. Não é lícito dar a um homem o que ele não tem, para lhe negar o que tem. Não é justo cumular um indivíduo de grandezas, que lhe não cabem, para, logo após, o desdoirar com achaques de que não padece. Nem gênio, nem *primus inter pares*. Tais excelências me não poderiam merecidamente ornar. Mas ainda menos merecidamente seria capitularem-me das três misérias, com que me desgabou o nobre senador por Mato Grosso: intolerância, orgulho e vaidade. Não! Um gênio carregado dessas três enfermidades seria a menos estimável das criaturas; porquanto não conheço nada mais tolo e mau do que o orgulho, nada mais duro e odioso do que a intolerância, nada mais perigoso ou ridículo do que a vaidade. Dessas três estirpes nascem as mais ruins, insensatas ou torvas ações humanas.

Orgulho, vaidade, intolerância

Se eu imaginaria nunca ver afrontados os meus 65 anos de vida, os meus 45 anos de luta pelas mais honradas causas, os meus 25 anos de serviço a este regímen com a grosseria dessa ofensa, nominalmente atirada ao meu rosto da tribuna desta casa! E quem ma lançasse aos cabelos brancos havia logo de ser o homem, a cujos olhos uma longa amizade abriu tantas vezes o seio da minha alma! Pois então dessa diuturna experiência, dessa observação íntima do meu caráter o resultado todo vem a dar neste falso testemunho?

Orgulho, vaidade, intolerância. Pois, neste quarto de século entre nós, quem terá sofrido mais? quem mais terá renunciado? quem terá tolerado mais? Que tenho eu feito senão perdoar e esquecer constantemente as agressões, as detrações, as preterições, as espoliações, as perseguições, as ingratidões acesas no meu encalço desde os primeiros dias desta República, em cuja pedra angular está embutido o meu nome?

O meu orgulho! Orgulho, porque troquei voluntariamente numa arena de trabalhos e mortificações contínuos o suave e florido caminho das secretarias, das bajulações e das aderências incondicionais por onde se chega ao enriquecimento e ao governo da nação? Orgulho, por não conhecer inimigos nem me lembrar de agravos quando me bate à porta o direito conculcado? Orgulho, por não haver um interesse com que se me compre o abandono de uma convicção, a deserção de um dever, a traição a uma liberdade, a complacência com um atentado?

Eu é que sou o homem do orgulho!... Orgulho! Mas ainda ninguém me viu tratar com sobrançeria os humildes, repelir com descaridade os aflitos, magoar com uma dureza os pequeninos, envergonhar-me de patrocinar os desvalidos. Orgulho! Mas ninguém poderia, seriamente, dizer que eu agasalhasse jamais no seio um rancor, que eu aconselhasse uma vingança, que eu exercesse a autoridade com opressão, que eu tivesse, algum dia, uma palavra humilhante para os que me servem, ou os que me cercam! Orgulho! Mas interroguem os mais pequeninos serventuários desta Câmara, a que já presidi. Nenhum testemunhará que me visse atravessar de chapéu na cabeça esta casa, onde Sua Majestade o Imperador sempre entrou descoberto.

A minha vaidade! Mas será, deveras, essa a impressão que terá deixado no espírito de um íntimo da minha casa, de um observador não maligno, o espetáculo das tribulações de uma consciência acabrunhada pelo sentimento da inferioridade, que me torturava, nesses 42 dias, em que todos os meus amigos lutavam por me arrancar uma resposta aquiescente à missão de Haia?

O sr. presidente — Atenção.

O sr. Rui Barbosa — Seria a uma cena de vaidade que teriam a sensação de estar assistindo os que, como o nobre senador, me viram aceitar quase como um suplício essa embaixada, e partir aniquilado pelo temor das responsabilidades, que me aguardavam num teatro de exibição incomparável, onde tantos outros não enxergariam senão o brilho das galas, dos títulos, das honras, da notoriedade pomposa e retumbante?

O sr. presidente — Atenção.

O sr. Rui Barbosa — A minha intolerância! Mas seria possível que contra mim articulasse este labéu a testemunha, constante por tantos anos, de todos os meus atos, aquele que, de tantos modos, e a tantos aspectos, tantas ocasiões teve de me conhecer, jornalista na tenda, ministro no gabinete, pai de família em casa, patrão com os criados, companheiro entre os amigos, advogado entre os clientes, mestre ou

conselheiro entre os moços? Onde me viu ele constranger a liberdade alheia, melindrar uma sensibilidade, forçar uma obediência, extorquir um voto, amordaçar uma opinião, brigar por uma divergência, recusar um bom conselho, na reconsideração de um ato mau, na retratação de um juízo injusto, ou na confissão de um erro averiguado?

Intolerante da opressão, isto sim! Intolerante da subserviência, da cobardia, e da prevaricação, isso lá é verdade. Intolerante do crime, da imoralidade e da desonra, isso não tem dúvida nenhuma. Dessa intolerância me podem acusar que me não exculparei.

O sr. presidente — Atenção.

O sr. Rui Barbosa — Quer o nobre senador que eu ontem aqui me parecesse com Cícero acusando a Catilina. Não me pega a ironia da comparação. Se é por me magoarem que me submetem ao sarcasmo de tais contrastes, podem acreditar que os recebo como donde vêm, que é como devemos, neste mundo, receber o bem e o mal. No ambiente de hoje em dia abundariam arremedilhos de Catilina. Mas Cíceros, para se lhes contraporem, é o que tais ares não criam. E, se Cícero atualmente ressurgisse, não seria para esmagar a Catilina, mas para ser por ele esmagado. Hoje não é a tribuna que há de tomar contas do vício. É o vício que ha de chamar a contas a tribuna.

A múmia de Sesóstris

Increpam-me de faltar com o respeito ao Senado, lembrando que já ousei chamar múmias aos nobres senadores. Foi preciso que o nobre senador regressasse de outro continente, ainda a tempo de vir desagruar o Senado, que se não desagruara. O ilustre paladino desta casa, como bom cavalheiro de tão ilustre dama, veio do Oriente, com armas que sentiram de perto o cheiro do turco e os ares da Palestina. Por aquelas bandas visitou o Museu do Cairo, onde um guia erudito, no salão das múmias, mostrando-lhe um caixão doirado, lhe disse: “Aqui está o grande rei Sesóstris, que mesmo depois de três mil anos tem o dedo levantado, na posição de quem dá ordens.” E o nobre senador veio a saber, pelo diretor do estabelecimento, que a múmia de Sesóstris, ou Ramsés II, levantara aquele dedo, por um fenômeno singular, depois de descoberta. Grande maravilha!

Ora, eu não queria mexer no assunto. Se fosse eu quem aqui aludisse a um Ramsés de dedo erguido em posição de quem dá ordem, no salão das múmias, poder-me-iam suspeitar de insinuação maliciosa. Mas a coisa veio de um ortodoxo, e, portanto, não pode encerrar malignidade contra os bons republicanos.

Nunca fui ao Egito, e tenho pena. As minhas posses, sempre minguadas pela política, e as minhas lidas nunca me consentiram a satisfação dessa curiosidade, o gozo desse luxo intelectual. Minhas viagens à outra parte do Atlântico não foram jamais excursões de prazer. Foram sempre de trabalho, sofrimento e responsabilidade. Em 1873, uma romaria em busca da saúde perdida. Em 1894, a expatriação do proscrito. Em 1907, a missão do mais árduo dos serviços. Quando ela se concluía, o nobre vice-presidente do Senado chamava pelo meu concurso. Vim dar à fortuna vacilante do amigo em risco de soçobro o auxílio da minha lealdade. Assim, nunca vi o Egito, e tenho pena. Mas não me era necessário vagar pelas margens do Nilo, e contemplar os sarcófagos dos faraós, para ter visto Ramsés II com o dedo erecto em ato de mando entre a sua corte de petrificações humanas.

Se, de verdade, como asseguraram ao nobre senador por Mato Grosso no Museu do Cairo, os antigos senhores do Egito, mesmo depois de mortos, conseguem renovar o gesto imperatário, já me não admira de ver empinado, nalgumas soberanias de homens sobreviventes a si mesmas, o dedo minaz de Sesóstris.

Agora, se a fúnebre indireta é comigo, não havia de ser fácil, aos que me quisessem enterrar em vida, achar na eternidade morta das múmias um ataúde para o chefe do civilismo brasileiro, para este coração liberal, para este libertador de escravos, para este espírito militante, para este advogado dos oprimidos, para este lidador da justiça e da liberdade. Nos esquifes, onde a morte paralisa a obra dos déspotas, não cabe a chama eterna dos evangelistas. Nem o mundo confundirá jamais o dedo intimativo do tirano, que promulga ordens, com o dedo austero do pregador, que anuncia a verdade, com o dedo benfazejo do sementeiro, que semeia a ideia, com o dedo vigilante do piloto, que mostra os escolhos.

Parlamentar desde o Império, não devendo à República a minha entrada no parlamento, dos meus deveres parlamentares devo saber, quando menos, o bastante para não haver mister que me ensinem a maneira de tratar cortesmente a Câmara, a que pertenço, os que, há 25 anos me buscavam para dar lições de reforma ao outro regímen e lições de organização a este.

Hão de me dar, pois, licença que me não submeta a quinaus sobre a cortesia parlamentar da minha linguagem, nem a erratas sobre a correção republicana do meu requerimento, não porque eu me tenha, realmente, em conta de mestre, mas porque me é fácil demonstrar que a lição bate em falso, que a lição está errada.

Quando comparei a uma atmosfera de catacumba a que aqui se sentia, e a uma coleção de múmias nos seus féretros a estas cadeiras por nós ocupadas, não disse que os nobres senadores eram múmias: afirmei que a sua impassibilidade ante os crimes do governo passado nos dava ideia da mumificação nos seus resultados conhecidos.

Falando, porém, assim, não enunciei uma definição, não impus um nome; usei de uma imagem, para indicar um fato notório, vertendo sob uma forma expressiva, aproximativa, uma percepção inegável da realidade.

Desde quando nos terá começado a ser defeso articularmos o nosso pensamento por imagens, se essas imagens não são obscenas, não são torpes, não são insultuosas e a semelhança, que estabelecem, traduz com propriedade, com verossimilhança ou com proximidade a ideia, a situação ou a causa indicada?

A múmia, expressão tranquila da morte

Sr. presidente, é preciso duplicar a voz; é preciso a voz de dois homens para poder falar neste Senado. Não são os Srs. senadores; eles aqui estão em silêncio. É a gente de fora.

O sr. Vitorino Monteiro — Apoiado. É a gente de fora que está perturbando.

O sr. presidente (aos contínuos) — Vejam quais são as pessoas estranhas que estão perturbando a ordem e retirem-nas do edifício do Senado. Se há entre elas pessoas pertencentes à casa, que me venham comunicar.

O sr. Rui Barbosa — Aqui temos o rumor de fora, vindo da rua, e temos o rumor de dentro pelos corredores.

O valor dessa representação figurada na enunciação verbal das nossas concepções reside na semelhança da figura adotada com as realidades que ele desenha. Se o símile se ajusta à realidade indicada; se o traço de pincel, irônico ou severo, lembra aos circunstantes o original, emende-se o vício, a culpa, o ridículo, que a palavra denunciou emblematicamente; mas não se reclame contra a metáfora, contra a assimilação, que, quanto mais apurada, quanto mais discutida, mais se avivará na pintura, mais calará nos espíritos, mais colada irá ficando ao seu objeto. Eis porque o Senado obrou com acerto em emudecer e o nobre senador o desserviuiu em blaterar.

A morte é a expressão final da insensibilidade; a múmia, a expressão tranquila e definitiva da morte. O cadáver ainda tem rigidez nos tecidos, movimento na decomposição. Nas múmias a morte coagulou inerte, imutável, com os atavios, as honras, as pompas da grandeza e do império, em corpos vazios d'alma, no aspecto dos quais só resta da vida uma perfeita e visível mentira. Tais, na importância da sua majestade, da sua majestade extinta e embalsamada, os poderes, que abdicam, sem se demitirem, os parlamentos, que se escravizam, sem se dissolverem. Durante quatro anos a palavra bateu aqui como martelo na solidão tumular das catacumbas. Só o eco das criptas silenciosas respondia aos gemidos, aos clamores do sofrimento nacional. Por mais que todas as pilhas galvânicas da indignação geral para aqui dirigissem as suas correntes, e os acumuladores da reação moral, que agitava a nação, concentrassem as suas reservas de energia nesta tribuna, o fluido ambiente não determinava nesta casa um movimento, um sinal de vida. Vieram os horrores dantescos da ilha das Cobras. Vieram as cenas trágicas do *Satélite*. Vieram os escândalos monstruosos da corrupção administrativa. Vieram as afrontas insolentes à soberania da justiça. Vieram as dilapidações orgíacas do dinheiro da nação. Vieram as mais desabusadas usurpações da autoridade legislativa. Na véspera de se abrir o Congresso Nacional, o governo, em conflito flagrante com a Constituição da República e a competência da legislatura, decreta um estado de sítio por oito meses. Na presença do Congresso Nacional reunido, a polícia do chefe de Estado manda vedar à imprensa desta cidade a publicação dos debates parlamentares. Uma censura estúpida, abjeta, brutal, reduziu a liberdade constitucional de enunciação do pensamento a nada. Com a publicidade livre desapareceu inteiramente a responsabilidade legal. Estas portas não estavam cerradas. Por elas entrava conosco o fragor desses crimes. Mas que fazia o corpo legislativo, quando a consciência pública lhe vinha rebentar aos ouvidos com a justa violência dos seus clamores? Dava algum sinal de sua existência? Abanava, ao menos, a cabeça ao poder? Não. Escutava. Emudecia. Quedava. Obedecia. Chancelava. Servia. Foi esse estado moral o que eu quis exprimir, aludindo à mumificação dos legisladores, às catacumbas do Senado. Não eram recursos declamatórios. Era a tradução exata do que estava materialmente sentindo. Parecia-me respirar num subterrâneo ermo e abafadiço, ante uma galeria de

corpos dissecados. Tal a sensação que me dominava, e que eu desafoguei em palavras ardentes de revolta, pesar e luto. Ninguém mas rebateu. Ninguém teve contra elas um sussurro.

Chegam tarde, pois, os protestos do nobre senador. Quando muito, valeriam pela maioria atual do Senado, pelo Senado Venceslau, que começa a despertar, mas não pelo Senado Hermes, que não me desmentiu nem com um gesto. Desde que eu soube, pelo nobre senador, que a múmia de Sesóstris mexera com o dedo, já me não admirarei de que a múmia de Sesóstris mexa com o corpo e que o cetro do Egito volva às mãos da múmia de Sesóstris. Privilégio será das múmias ressuscitarem antes do juízo final. E, se o é, já não estranharei ver ressuscitadas todas as múmias do mundo.⁶¹

A patetice nacional

E o público pôs-se a rir.

Riu, em rega-bofe, como nunca se rira coletivamente nesta terra.

Há nada mais natural, mais legítimo? Há nada mais providencial mesmo? Que meio mais benévolo de justificar humanamente uma frioleira fósil, desenterrada e arrebitada a poder de louçanias oficiais? Não que aplaudamos a vaia, a surriada grosseira, a corrimaça brutal. Quem quer que nos conheça, dispensará que nos justifiquemos de sentimentos semelhantes. Detestamos a apupada, no carnaval, no teatro, mesmo nas travessuras acadêmicas. Nesse anonimato da assuada, que sapateia, que grunhe, que assobia, que gane, que regouga, que cucurita, que coaxa, que tempesteia, que estridula em mil vozes irresponsáveis contra uma vítima indefesa, há uma essência de covardia, um instinto mau do despotismo das maiorias, que revolta os bons, os generosos, os altivos. Não esqueçam, porém, os indignados contra o desabafo popular de sábado que esse abuso é universal nos parlamentos; que não há corpo deliberante, entre as nações mais educadas, onde o ridículo e a indignação, em suas crises, não se desafoguem sob a forma dos mais formidáveis babaréis, e que os maiores fastos da vaia têm porventura a sua sede na história da Câmara dos Comuns, a grande mãe do governo parlamentar. Não estranhemos, pois, à humilde *plebe* excluída dos requintes da cultura e da fortuna, peca-dinhos triviais nas mais ilustradas assembleias de estadistas, nessas escolas contemporâneas da educação nacional.

Lamentemos, pois, o ingranzéu dos chúrrios. Mas não tomemos ares predicantes de Bossuet, para dizer: “Ai dos que riem!” Meta cada qual a mão na consciência, e talvez não possa assegurar que, em circunstâncias destas, não transpusesse a linha, não incorresse no anátema dos casmurros. O povo riu: porque nunca teve tanto de que rir. Já Paulo Luís Courier dizia: “*Il n’y a de bonnes gens que ceux qui rient*”. O povo riu por bondade, para não atirar pedras. Ouvimos, na ocasião, uma pessoa respeitável classificá-lo por isso de “nação de botocudos”. Esse nosso concidadão esquecia que todos os selvagens são sérios, que só o homem civilizado sabe rir, e que os irracionais absolutamente não riem. Um povo de solípedes, ou de roedores, ou de cães certamente não gargalharia em presença daquele cômico esquisitamente raro. Um povo de botocudos provavelmente o cobriria de aplausos; porque o selvagem morre por miçangas, louçainhas e cores cambiantes. Está nu, e põe um colar de búzios ao pescoço, como nós, que adiamos a liberdade, e vamos nos ataviando com as bugigangas da guarda nacional.

Ainda bem que o povo soube rir! E nós rimo-nos com ele, à larga, a peito cheio, em cascalhadas de arrebenatar os rins, e partir as ilhargas. Estamos, até, que o alarido irreverente não teve a intenção de apupar: foi apenas a ressonância geral dessa infinidade de gargalhadas, que se fundiam no ar, trovejantes e desafinadas, num coro orquestrado pela confusão, pelo alvoroço, pela jovialidade inofensiva. Nós pensamos, como madame de Girardin, que “só os tolos não sabem rir”. E teríamos desacoroçoado da inteligência dos nossos conterrâneos, se os víssemos assistir mudos, boquiabertos, meditabundos, à passagem dessa múmia garrida e pretensiosa. Ao menos ainda nos resta como reativo contra a índole macambúzia dos nossos costumes e as histroinices do nosso tempo esse pouco de espírito, de bom gosto, e de senso comum.

O caso não era de sorriso direto, mas da *gargalhada homérica* em toda a sua plenitude. Não é Homero quem nos ensina que os deuses são desmedidos no riso, como em tudo? A musa da divina epopeia grega descreve-nos o congresso dos celícolas acometidos, em torno da mesa do festim, por um

frouxo inextinguível de hilaridade, ante a figura de Vulcano, o nune disforme e coxo dos fenômenos do fogo, servindo em lugar de Ganimedes, o néctar aos convivas olímpicos. Enquanto a divindade aleijada e rebarbativa se arrasta *clopinclopot* no papel do formoso e ligeiro escanção dos banquetes celestes, o círculo dos hóspedes imortais de Zeus desfechava a rir a bandeiras despregadas, inexaurivelmente, nas bochechas do terrível forjador do raio. Não nos diz precisamente o poema helênico se a troça dos comensais de Júpiter chegou às proporções de pateada categórica. Mas, bem-ponderado o assunto, a indução histórica presume que a intemperança das risadas públicas de anteontem está infinitamente abaixo da zombeteira explosão, de que nos ficou eterno exemplo nas páginas da rapsódia antiga e calcula que a guarda nacional não resistiria a uma detonação de ridículo como aquela. Ora, a boa, a condescendentíssima população fluminense achou que a guarda nacional manqueja nas suas calças vermelhas, como o furibundo ferreiro das entranhas da terra claudicava nas amáveis funções do namoradiço copeiro dos deuses. Perdoai-lhe, senhores!⁶²

Os sete felizardos

Mas, em suma, senhores, nada pode admirar a ninguém num país, cujos destinos se trinçam à mesa de sete felizardos, como um peru de recheio, em dia de bródio, entre amigos da boa chira.

Esses sete camafeus do régimen, os donos da situação e da república, andam por aí rodando apostas sobre quem sejam. Mas o melhor está em que no próprio círculo deles é que parece correr mais acesa a curiosidade. Eles mesmos são os que se vivem a nomear uns aos outros, e empurrar uns para os outros os papéis da mascarada. O público não lhe erra a identidade; porque as caras e as impressões digitais não deixam que ninguém se engane. Seria mister que eu lhes declinasse os nomes? Tanta não há de ser neste auditório a malignidade. Se já os conhecem, porque obrigarem-me a pôr o nome aos bois? Mas, se insistis, vá como quiserdes; não briguemos.

O primeiro é o sr. Antônio Azeredo, o “suco” do Senado. Acertei? Pois seja Deus louvado. Outro é o sr. Urbano dos Santos, o passa-culpas da matança do *Satélite*. Vai direito? Então sigamos. Vem atrás o sr. Dous Jotas Seabra, o bombardeador da Bahia. Dei no vinte? Neste caso vou me animando. O quarto vem a ser o sr. Lauro Müller, o nosso Leninezito em esboço. Estais por isto? Ide então concordar em que o quinto é o sr. Álvaro de Carvalho, o derradeiro principelho da oligarquia paulista. Não errei? Pois então apostemos em que o sexto será o sr. Carlos de Campos, a prole infiel do presidente da convenção paulista. E o sétimo? Fazeis questão de o saber? Vá, por vossa conta. O sétimo é o sr. Altino Arantes, o Adônis do Guarujá. Este pessoalho de optimates forma a charanga alemã do presidencialismo. O flauteante sr. vice-presidente do Senado, tendo levado em flauta a vida toda, é o homem do flautim. O bojudinho sr. ministro da Justiça é o sujeito do bumbo e dos pratos. Mas maranha e tataranha pela música inteira. O preclaro sr. Dous Jotas Seabra, o estampido em figura de gente, é o trombone de petardada, e nos dias grandes, solta a cabaça da roncadeira, com que se arremeda o rugitar da onça. O adocicado sr. Lauro Müller é o estradivário “made in Germany”. Executa, às surdinas, os pizzicatos e as fugas de bravura em teuto-brasileiro. O desinquietao sr. Álvaro de Carvalho, músico em telegramas, é compositor da fanfarra, o Strauss das improvisatas e surpresas. Valseja indiferentemente à alemã ou inglesa. O meigo sr. Carlos de Campos é o rapaz dos timbales e ferrinhos. Tem dous registros na goela, e, com as mãos, tintina, ou atabala, com o mesmo primor de notas opostas. E o sr. Altino Arantes? Este só musiqueia em casa, quando a banda se ajusta para bodas e funçanatas. É então a menina do piano.

A filarmônica não será lá das mais numerosas. Mas, para as exigências da terra, tem as peças de resistência. Pouca gente, mas para muita. Porque, a respeito desses 25 milhões de almas que somos, talvez, os brasileiros, caberão não menos de três milhões e quinhentos a cada um dos tropeiros.⁶³

Jeca Tatu

Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos *Urupês*, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes, algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça, que, “entre as formadoras da nossa nacionalidade”, se perpetua, “a vegetar, de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso”?

Solta Pedro I o grito do Ipiranga. E o caboclo, em cócoras. Vem, com o 13 de maio, a libertação dos escravos; e o caboclo, de cócoras. Derriba o 15 de novembro um trono, erguendo uma república; e o caboclo, acororado. No cenário da revolta, entre Floriano, Custódio e Gumercindo, se joga a sorte do país, esmagado quatro anos por *Incitatus*; e o caboclo ainda com os joelhos à boca. A cada um desses baques, a cada um desses estrondos, soergue o torso, espia, coça a cabeça, “magina”, mas volve à modorra e não dá pelo resto.

De pé, não é gente. A não ser assentado sobre os calcanhares, não desemperra a língua, “nem há de dizer cousa com cousa”. A sua biboca de sapé faz rir aos bichos de toca. Por cama “uma esteira espipada”. Roupa, a do corpo. Mantimentos, os que junta aos cantos da sórdida arribana. O luxo do toucinho pendente de um gancho à cumieira. À parede, a pica-pau, o polvarinho do chifre, o rabo de tatu e, em para-raio, as palmas bentas. Se a cabana racha, está de “janelinhas abertas para o resto da vida”. Quando o colmo do teto, aluído pelo tempo, escorre para dentro a chuva, não se veda o rombo; basta aparar-lhe a água num gamelo. Desaprumando-se os barrotes da casa, um santo de mascate, grudado à parede, lhe vale de contraforte, embora, quando ronca a trovoadas, não deixe o dono de se julgar mais em seguro no oco de uma árvore vizinha.

O mato vem beirar com o terreirinho nu da palhoça. Nem flores, nem frutas, nem legumes. Da terra, só a mandioca, o milho e a cana. Porque não exige cultura, nem colheita. A mandioca, “sem-vergonha”, não teme formiga. A cana dá a rapadura, dá a garapa, e açucara, de um rolete espremido a pulso, a cuia do café.

Para Jeca Tatu “o ato mais importante da sua vida é votar no governo”. “Vota. Não sabe em quem. Mas vota.” “Jeca por dentro rivaliza com Jeca por fora. O mobiliário cerebral vale o do casebre.” Não tem o sentimento da pátria, nem, sequer, a noção do país. De “guerra, defesa nacional, ou governo”, tudo quanto sabe, se reduz ao pavor do recrutamento. Mas, para todas as doenças, dispõe de mezinhas prodigiosas como as ideias dos nossos estadistas. Não há bronquite, que resista ao cuspir do doente na boca de um peixe, solto, em seguida, água abaixo. Para brotoeja, cozimento de beiço de pote. Dor de peito? “O porrete é jasmim-de-cachorro”. Parto difícil? Engula a cachopa três caroços de feijão mouro, e “vista no avesso a camisa do marido”.

Um fatalismo cego o acorrenta à inércia. Nem um laivo de imaginação, ou o mais longínquo rudimento d’arte, na sua imbecilidade. Mazorra e soturna, apenas rouqueja lúgubres toadas. “Triste como o curiango, nem sequer assobia”. No meio da natureza brasileira, das suas catadupas de vida, sons e colorido, “é o sombrio urupê de pau podre, a modorrar silencioso no recesso das grotas. Não fala, não canta, não ri, não ama, não vive.”⁶⁴

Os traga-espadas

Não é assim que, em geral, procedem os traga-espadas. Esses pelotiqueiros, de ordinário, ganham a vida alardeando o portento. As mais das vezes não passa ele de uma simulação hábil, com que os charlatães de feira ou circo deixam pasmada a medíocre freguesia desses espetáculos baratos. Mas alguns têm logrado modificar de tal modo o aparelho das goelas, que enviam pelo tragadoiro abaixo uma catana, como quem absorve um bom-bocado.

O astrônomo Flammarion, por exemplo, nas suas *Memórias*, nos conta de um, que varava pela boca, pela garganta e pelo esôfago, muito à vontade, um sabre de cavalaria até aos copos, O sábio francês, maravilhado com a perfeição do trabalho do saltimbanco, lho quis examinar de perto; e uns vinte homens de ciência se reuniram curiosos, para assistir à verificação. Pois dela saiu triunfante o homem prodigioso. Com assombro de um especialista em coisas da laringe e dos mais circunstantes, o chanfalho lhe desceu pela garganta até o guarda-mão. Puseram-lhe ainda em cima um peso de muitos quilos, e o artista não se sentiu. Amarraram ao punho da arma uma pistola, e a desfecharam. O recuo, apesar de violento, não incomodou o paciente. Engrossaram-lhe o recheio, metendo-lhe pelos gorgomilos dois ovos duros, cuja presença no fundo daquele sorvedeiro o laringoscópio reconheceu claramente. E o gargantão não se deu por achado. Com todos esses petrechos estojados nas fauces, fumou o seu cachimbo, revessou, depois, intactos, a um movimento voluntário do peito, os dois ovos, e, sossegadamente, quando os averiguadores deram por terminado o exame, se descartou da lâmina, que engolira.

Essa estupenda aberração anatômica era o resultado gradual de exercícios aturados, com que se lhe ensanchara a laringe, se lhe recuara o diafragma, se lhe alongara a mais e mais o estômago em detrimento do intestino. Graças ao concurso de tantas deslocções e deformações, o indivíduo lograra converter-se, muito a seu salvo, em bainha de um perigoso instrumento de guerra. Mas, por mais avezado que estivesse aos riscos de tão estranha deglutição, lá um dia lhe mostrou o ferro para que prestava, e o engole-espadas, malferido, acabou vítima da proeza, que explorava.

Análoga era a façanha, a que se aventurou, em 1910, a política brasileira. Capacidade no tragadoiro sabia ela que tinha, para engolir à larga leis, negócios e orçamentos. Achou-se com ânimo, para se ensaiar na façanha de ingerir espadas e canhões, encobrendo em seguida a protuberância do abdômen com a mantilha de uma frase, o bioco de um tropo. Ninguém se deixou embair de um disfarce tão mal-amanhado. Os dedos da multidão lhe apontaram todos o bandulho, vultoso da carga, e a boca donde lhe saíam, em indiscrições constrangidas, as angústias de uma deglutição impossível. O herói de Flammarion tragara um espadarrão. Mas a gente hermista quis absorver um exército. Não pôde. As vísceras lhe estoíram; e o resultado veio a ser essa podridão, que infeta o Brasil há quatro anos.⁶⁵

O minhocão

Ora aí está, senhores, o a que se aviltou a grande República dos Estados Unidos do Brasil, com os seus noventa anos de regímen constitucional, os seus cinco lustros de União federativa, os seus 25 milhões de almas, os seus 21 Estados e a sua soberania de nação, pomposamente assoalhada.

Toda essa nação, numa apatia incurável, numa inconsciência cada vez mais doentia do seu próprio valor, está reduzida, hoje, a simples colônia de alguns indivíduos, endurecidos, endinheirados e envilecidos na exploração do país, que treme, todo ele, diante de um homem, servido por um grupo de aventureiros, como os sertanejos de Goiás e Mato Grosso, de S. Francisco e do Amazonas, ante a imagem do minhocão, ou bicho d'água.

O misterioso companheiro dos sucuris e jacarés gigantescos, cujos mugidos enchem aquelas solidões e despovoam as margens daqueles rios, sobre cuja identidade zoológica não se entendem os naturalistas e viajantes, em torno de cujas proezas a credence rústica daquelas gentes primitivas tece as fabulas mais descompassadas, e que perpetua a sua existência invisível na profundidade das águas daquelas grandes caudais, não passa de um monstro imaginário. Um toro de madeira, que deriva à superfície da corrente, basta, às vezes, para debuxar aos olhos do viajador iludido o vulto do animal pavoroso, que a superstição dos sertões não ousa arrostar.

Tal esse poder violento e desmarcado, que reina hoje sobre o Brasil inteiro, como encarnação de uma força irresistível. Toda a sua importância não é mais que uma criação da nossa poltronaria. Se o povo se lhe aproximasse e o encarasse e o tocasse, veria que o fantasma, ou se apelide general Pinheiro Machado, ou se denomine marechal Hermes, ou se chame força armada, esse ente desmedido e extraordinário das grandes profundezas políticas, não é nem o hipopótamo, nem o *Lepidosiren paradoxa*, nem o *Gymnotes Garapa* de uma fauna de gigantes invencíveis, mas, puramente, o *minhocão* dos terrores do Araguaia.

Cure-se o Brasil do receio do minhocão. É a sua doença. Não viva a fazer, diante dessa quimera, o que costumam na cama as crianças, quando no escuro ouvem contar de almas do outro mundo. Reaja contra o susto do bichoço. Olhe o Catete por dentro. Não se lhe tema das fanfarrarias, que não são senão outros tantos meios de amedrontar os pusilânimes. Conte essas forças, com que se fingem armados, para o esmagar. Meça-se a si mesmo, meça os que o afrontam, e verá com que presteza todo esse farelório se esfarela na sua farelagem, como os trapos do buxo de um boneco estripado.⁶⁶

Machado de Assis

Designou-me a Academia Brasileira de Letras para vir trazer ao amigo que de nós aqui se despede, para lhe vir trazer, nas suas próprias palavras, num gemido da sua lira, para lhe vir trazer o nosso “coração de companheiros”.

Eu quase não sei dizer mais, nem sei que mais se possa dizer, quando as mãos que se apertavam no derradeiro encontro, se separam desta para a outra parte da eternidade. Nunca ergui a voz sobre um túmulo, parecendo-me sempre que o silêncio era a linguagem de nos entendermos com o mistério dos mortos. Só o irresistível de uma vocação como a dos que me chamaram para órgão desses adeuses, me abriria a boca ao pé deste jazigo, em torno do qual, ao movimento das emoções reprimidas se sobrepõe o murmúrio do indizível, a sensação de uma existência cuja corrente se ouvisse cair de uma em outra bacia no insondável do tempo, onde se formam do veio das águas sem mancha as rochas de cristal exploradas pela posteridade.

Do que a ela se reserva em surpresas, em maravilhas de transparência e sonoridade e beleza na obra de Machado de Assis, di-lo-ão outros, hão de o dizer os seus confrades, já o está dizendo a imprensa, e de esperar é que o diga, dias sem conta, derredor do seu nome, da lápide que vai tombar sobre o seu corpo, mas abrir a porta ao ingresso da sua imagem na sagração dos incontestados, a admiração, a reminiscência, a mágoa sem cura dos que lhe sobrevivem. Eu, de mim, porém, não quisera falar senão do seu coração e da sua alma.

Daqui, deste abismar-se de ilusões e esperanças que soçobram ao cerrar de cada sepulcro, deixemos passar a glória na sua resplandecência, na sua fascinação, na impetuosidade do seu voo. Muito ressumbra sempre da nossa debilidade na altivez do seu surto e na confiança das suas asas. As arrancadas mais altas do gênio mal se libram nos longes da nossa atmosfera, de todas as partes envolvida e distanciada pelo infinito. Para se não perder no incomensurável deste, para vizinhar a terra do firmamento, para desassombrar a impenetrabilidade da morte, não há como a bondade. Quando ela, como aqui, se debruça fora de uma campa ainda aberta, já se não cuida que lhe esteja à beira, de guarda, o mais malquisto dos numes, no sentimento grego, e os braços de si mesmos se levantam, se estendem, se abrem para tomar entre si a visão querida, que se aparta.

Não é o clássico da língua; não é o mestre da frase; não é o árbitro das letras; não é o filósofo do romance; não é o mágico do conto; não é o joalheiro do verso, o exemplar do rival entre os contemporâneos, da elegância e da graça, do aticismo e da singeleza no conceber e no dizer; é o que soube viver intensamente da arte, sem deixar de ser bom. Nascido com uma dessas predestinações sem remédio ao sofrimento, a amargura do seu quinhão nas expiações da nossa herança o não mergulhou no pessimismo dos sombrios, dos mordazes, dos invejosos, dos revoltados. A dor lhe aflorava ligeiramente aos lábios, lhe roçava ao de leve a pena, lhe ressumava sem azedume das obras, num ceticismo entremeio de timidez e desconfiança, de indulgência e receio, com os seus toques de malícia a sorrirem, de quando em quando, sem maldade, por entre as dúvidas e as tristezas do artista. A ironia mesma se desponta, se embebe de suavidade no íntimo desse temperamento, cuja compleição, sem desigualdades, sem espinhos, sem asperezas, refratária aos antagonismos e aos conflitos, dir-se-ia emersa das mãos da própria Harmonia, tal qual essas criações da Hélade, que se lavraram para a imortalidade num mármore cujas linhas parecem relevos do ambiente e projeções do céu no meio do cenário que as circunda.

Deste lado moral da sua entidade, quem me dera saber exprimir, neste momento, o que eu desejaria. Das riquezas da sua inspiração na lírica, da sua mestria no estilo, da sua sagacidade na psicologia, do seu mimo na invenção, da sua bonomia no humorismo, do seu nacionalismo na originalidade, da sua lhanza, tato e gosto literário, darão testemunho perpetuamente os seus escritos, galeria de obras-primas, que não atesta menos da nossa cultura, da independência, da vitalidade e das energias civilizadoras da nossa raça do que uma exposição inteira de tesoiros do solo e produtos mecânicos do trabalho. Mas, nesta hora de entrada ao ignoto, a este contacto quase direto, quase sensível com a incógnita do problema supremo, renovado com interrogações da nossa ansiedade cada vez que um de nós desaparece na torrente das gerações, não é a ocasião dos cânticos de entusiasmo, dos hinos pela vitória nas porfias do talento. A este não faltarão comemorações, cujo círculo se alargará com os anos, à medida que o rastro de luz penetrar, pelo futuro além, cada vez mais longe do seu foco.

O que se apagaria talvez se o não colhêssemos logo na memória dos presentes, dos que lhe cultivaram o afeto, dos que lhe seguiram os dias, dos que lhe escutaram o peito, dos que lhe fecharam os olhos, é o sopro da sua vida moral. Quando ele se lhe exalou pela última vez, os amigos que lho receberam com o derradeiro anélito, contraíram a obrigação de o reter, como se reteria na máxima intensidade de aspirações dos nossos pulmões o aroma de uma flor cuja espécie se extinguisse, para o dar a sentir aos sobreviventes, e dele impregnar a tradição, que não perece.

Eu não fui dos que o respiraram de perto. Mas, homem do meu tempo, não sou estranho às influências do mal e do bem, que lhe perpassam no ar. Numa época de lassidão e violência, de hostilidade e fraqueza, de agressão e anarquia nas coisas e nas ideias, a sociedade necessita justamente, por se recobrar, de mansidão e energia, de resistência e conciliação. São as virtudes da vontade e as do coração as que salvam nesses transes. Ora, dessas tendências que atraem para a estabilidade, a pacificação e a disciplina, sobram exemplos no tipo desta vida, mal-extinta e ainda quente.

Modelo foi de pureza e correção, temperança e doçura; na família, que a unidade e devoção do seu amor converteu em santuário; na carreira publica, onde se extremou pela fidelidade e pela honra; no sentimento da língua pátria, em que prosava como Luís de Sousa, e cantava como Luís de Camões; na convivência dos seus colegas, dos seus amigos, em que nunca deslizou da modéstia, do recato, da tolerância, da gentileza. Mas a missão da sua existência, repartida entre o ideal e a rotina, não se lhe cumpriu sem rudeza e sem fel. Contudo, o mesmo cálice da morte, carregado de amargura, lhe não alterou a brandura da têmpera e a serenidade da atitude.

Poderíamos gravar-lhe aqui, na laje da sepultura, aquilo de um grande livro cristão: “Escreve, lê, canta, suspira, ora, sofre os contratempos virilmente”, se eu não temesse claudicar, aventurando que as suas tribulações conheceram o lenitivo da prece. O instinto, não obstante, no-lo adivinha nas trevas do seu naufrágio, quando, na orfandade do lar despedaçado, cessou de encontrar a providência das suas alegrias e das suas penas, entre as carícias da que tinha sido a meeira da sua lida e do seu pensamento.

Mestre e companheiro, disse eu que nos íamos despedir. Mas disse mal. A morte não extingue: transforma; não aniquila: renova; não divorcia: aproxima. Um dia supuseste “morta e separada” a consorte dos teus sonhos e das tuas agonias, que te soubera “pôr um mundo inteiro no recanto” do teu ninho; e, todavia, nunca ela te esteve mais presente, no íntimo de ti mesmo e na expressão do teu canto, no fundo do teu ser e na face das tuas ações. Esses 14 versos inimitáveis, em que o enlevo dos teus discípulos resume o valor de toda uma literatura, eram a aliança de ouro do teu segundo noivado, um anel de outras núpcias, para a vida nova do teu renascimento e da tua glorificação, com a sócia sem nódoa dos teus anos de mocidade e madureza, da florescência e frutificação de tua alma. Para os eleitos do mundo das ideias a miséria está na decadência, e não na morte. A nobreza de uma nos preserva das ruínas da outra. Quando eles atravessam essa passagem do invisível, que os conduz à região da verdade sem mescla, então é que entramos a sentir o começo do seu reino, o reino dos mortos sobre os vivos.

Ainda quando a vida mais não fosse que a uma da saudade, o sacrário da memória dos bons, isso

bastava para a reputarmos um benefício celeste, e cobrirmos de reconhecimento a generosidade que no-la doou. Quando ela nos prodigaliza dádivas como a do teu espírito e a da tua poesia, não é que lhe deveremos duvidar da grandeza, a que te acercaste primeiro do que nós, mestre e companheiro. Ao chegar da nossa hora, em vindo a de te seguirmos um a um no caminho de todos, levando-te a segurança da justiça da posteridade, teremos o consolo de haver cultivado, nas verdadeiras belezas da tua obra, na obra dos teus livros e da tua vida, sua idealidade, sua sensibilidade, sua castidade, sua humanidade, um argumento mais da existência e da infinidade dessa origem de todas as graças à onipotência de quem devemos a criação do universo e a tua, companheiro e mestre, sobre cuja transfiguração na eternidade e na glória caiam as suas bênçãos, com as da pátria, que te reclina ao seu seio.⁶⁷

Que é a política?

As palavras com que acabais de receber o meu discurso, parece envolverem uma censura, que não posso, que não devo consentir fique sem resposta imediata; visto como censura tal, se é que a houve, não na mereci. Tenho envelhecido na vida parlamentar, onde me acho há não menos de 25 anos. Cabe-me a honra de presidir ao Senado em meu país, no qual as instituições parlamentares numeram mais de sessenta anos de existência. Devo, pois, conhecer meu tanto ou quanto os deveres da tribuna em assembleias deliberativas, e seria incapaz de os postergar.

Realmente, que fiz eu? Quis alçar a matéria posta em questão um pouco acima das suas miudezas, encarando-a no seu aspecto geral, a saber, no seu espírito de pacificação e no de civilização da guerra, que cumpre inspirarem e guiarem os nossos trabalhos. Visto isso, invoquei a opinião, segundo a qual, há ou identidade, ou, quando menos, convizinhaça entre o uso de navios mercantes como vasos de guerra, quer se opere mediante simples transformação [quer empreguemos frotas voluntárias], entre esse uso, que diligenciamos regular, e o corso, abolido há muito.

Por justificar a minha tese, apelei para nomes irrecusáveis, como Phillimore, Bluntschli, Hall, Funck-Brentano, e fiz menção de acontecimentos históricos, discutidos nas obras de direito internacional, tais como o ato do governo de Berlim durante a guerra franco-prussiana, chamando-vos a atenção para o sentir desses autores a tal respeito. em tudo isso era meu intento, e eu próprio vo-lo disse, espertar em vós bem viva a impressão da delicadeza do assunto, e advertir-vos dos seus perigos, se nos não premuníssemos de todas as cautelas, a fim de que não vamos parar, debaixo de outro nome, na restauração do corso.

Fazendo-vos essas considerações, pisava eu, acaso, em terreno defeso? Evidentemente não. Ao contrário, elas deviam constituir, necessariamente, a fase inicial deste debate, visto que, para sabermos como nos haver quanto às particularidades da questão, força era conhecer primeiro a natureza, a índole e os efeitos da instituição, que se tenta implantar.

Verdade é que aludi à política, incidentemente, mui incidentemente, e isso precisamente por acentuar que ela nos era vedada. Haveis de o verificar, com a autenticidade mais absoluta, no texto do meu discurso, que será dado a público pelos senhores secretários, sem revisão minha. Seria, pois, justo acolher o meu discurso, como o acolheram, com a solene advertência de que a política nos é matéria proibida, como se eu acabasse de transgredir essa regra?

Desde que a enunciais, porém, sr. presidente, nos termos categóricos, em que vo-la acabamos de ouvir, necessário é que a examinemos. Será ela exata? Será ela real, na extensão que se lhe quer atribuir? Não, sr. presidente. Certo que a política não é da nossa alçada. Não podemos fazer política. A política não é o objeto do nosso programa. Mas lograríamos nós executá-lo, se nos julgássemos adstritos a levantar muralha entre nós e a política, entendida esta, como havemos de entender aqui, no sentido geral, no sentido superior, no sentido neutro do vocábulo? Não, senhores.

Não nos esquecemos de que Sua Majestade o imperador da Rússia, no seu ato convocatório da Conferência da Paz, expungiu formalmente do nosso programa as questões políticas. Mas essa interdição, obviamente, só visara à política militante, a política de ação e combate, a que revolve, agita e desune os povos nas suas relações internas ou nas suas relações internacionais: nunca a política encarada como ciência, a política estudada como história, a política explorada como regra moral. Porquanto, desde o

momento em que se cogita de elaborar leis, domésticas, ou internacionais, para as nações, o que antes de mais nada releva inquirir, no que respeita a cada projeto, é a possibilidade, a necessidade, a utilidade do alvitre, diante da tradição, do estado atual dos sentimentos, das ideias e dos interesses, que animam os povos, que senhoreiam os governos. Ora bem: que é senão política isso tudo?

A política no significado mais vulgar da palavra, essa, ninguém o contesta, nos é defesa em absoluto. Não temos nada que entender, nos problemas intestinos dos Estados, ou nos seus problemas internacionais, com as diferenças que indispõem entre si as nações, com os litígios de amor-próprio, de ambição, ou de honra, com as pretensões de influência, equilíbrio ou predomínio, com as questões, em suma, que levam ao conflito e à guerra. Eis a política proibida.

Mas na outra, na grande acepção do termo, a mais elevada, e nem por isso a menos prática, nessa acepção que olha aos supremos interesses das nações umas a respeito das outras, considerada nessa acepção a política, acaso no-la poderiam tolher? Não, senhores. A prova, querei-la?

Porventura quando a Rússia contemplava a redução dos armamentos no programa da primeira Conferência, porventura quando o governo do czar fazia desta só ideia o objeto do programa primitivo da Conferência de 1899, porventura quando outras potências agora anunciavam propor-lhe a inclusão no programa da Conferência atual, não nos convidavam a entrar fundo na política?

Não há nada mais eminentemente político, debaixo do céu, que a soberania. Não há nada mais resolutamente político, senhores, que pretender-lhe traçar limites. Não será, portanto, política da mais declarada e franca, o que estais fazendo, quando procurais alçar, com o arbitramento obrigatório, uma barreira ao arbítrio das soberanias? Essas entidades absolutamente políticas, as soberanias, cujos representantes sois nesta Conferência, iriam abdicar parte da sua independência nativa nas mãos de um tribunal, obrigando-se a lhe submeter certas categorias de pleitos entre Estados soberanos. Haverá nada mais caracteristicamente político, senhores?

Atentai agora em outros assuntos penderes de exame nesta comissão. Quando se pesa a extinção ou a manutenção do curso, a permanência ou a supressão do direito de captura, para se optar entre as duas alternativas; quando se confrontam as pretensões dos beligerantes e dos neutros, a fim de as harmonizar, ou excluir; quando se decide, como teremos que decidir em certos casos, entre a faculdade de recorrer à guerra e o dever de evitar, serão pontos de mero direito esses que nos ocupamos em dirimir? Não é, pelo contrário, política internacional, o que estamos a fazer?

Demais disso, em quanto aqui vamos deliberando, senhores, no que adotamos, no que recusamos, no que transigimos, não temos constantemente atrás de nós a política de nossos países, a política de nossos governos, como causa, inspiração, motor dos nossos atos?

Quer-se deveras fugir aqui da política? Mas, meu Deus! é pagarmo-nos de nomes; é não discernirmos a realidade. A política é a atmosfera dos Estados. A política é a região do direito internacional. De onde emana todo ele, senão da política? São as revoluções, são as guerras, são os tratados de paz que elaboram lentamente esse grande corpo dos direitos das nações. De onde procede ele, o direito internacional moderno? Primeiro, dessa revolução americana, que precedeu à francesa, e donde se viu assomar, depois dos Estados Unidos, a América inteira, livre dos vínculos coloniais. Depois, dessa revolução francesa, que fundiu todo o mundo contemporâneo em novos moldes. Ainda após, dessa potência, liberal e criadora, da Grã-Bretanha, com o seu ascendente sobre o regímen dos mares, os atos dos congressos, o desenvolvimento da colonização remota. Afinal, dos movimentos democráticos, revolucionários, sociais, militares do século XIX, as guerras do império, a unificação das grandes nacionalidades, a entrada em cena do Extremo Oriente. E bem: aí tendes a política, aí tendes o direito internacional. Como, portanto, separá-los?

A política é que transformou o direito privado, revolucionou o direito penal, instituiu o direito constitucional, criou o direito internacional. E o próprio viver dos povos, é a força ou o direito, é a civilização ou a barbaria, é a guerra ou a paz. Como, pois, subtraí-la a uma assembleia de homens livres,

congregados ao começar do século XX, para imprimirem a forma convencional ao direito das nações? Como, se esse direito e a política, um com o outro se confundem? Talvez só por constituirmos aqui apenas uma assembleia diplomática? Mas a diplomacia outra coisa não é que a política, sob a mais delicada, a mais fina, a mais elegante das suas formas.

Aí está porque, senhores, me vejo obrigado a concluir, por fim de contas, que, cortar-nos de todo em todo o contacto com a política, seria ditar-nos o impossível, e o que então se nos impediria, era o próprio uso da palavra. Não nos metam medo os vocábulos: interpretemo-los com os fatos, e confessemos a boa realidade, que se impõe com a sua evidência irresistível.⁶⁸

O busto de Washington

Nos últimos dias do império uma veneranda instituição fluminense concebeu um busto áureo do visconde de Ouro Preto, que o eminente estadista não teve o desvanecimento de ver nascer. Por um fenômeno provavelmente peculiar aos corpos morais, que a obstetrícia social deve conhecer, a comoção revolucionária desfez ou modificou a gestação; e a cada mudança de governo a mãe anunciava a prole esperada sob um nome diverso, variando com a atualidade na escolha do padrinho. Dois ministros da Fazenda, pelo menos, durante a República, a começar pelo primeiro do Governo Provisório, escaparam deste modo às honras da estatuária em metal precioso. Afinal temos a satisfação de saber que o almejado veio à luz, bem que de outra massa, de outra cor e de outro nome; porque se chama Prudente de Moraes e é bronze, na substância e no aspecto. *

Antes de tudo nos regozijamos com a fecunda matrona, e lhe trazemos o nosso parabém sem traço de malícia, por vê-la desembaraçar-se, tão a propósito e com tamanha vantagem, do seu antigo compromisso para com os admiradores da sua gloriosa maternidade. De pequena diversificação na matéria e no pigmento da criatura não há que fazer cabedal. São surpresas, em que sempre foram férteis esses desenlaces, no convolar de umas e outras núpcias. E, depois, nos embriões a textura e a pele são, em grande parte, questão de meio: nasce-se loiro em Copenhague, moreno em Sevilha, negro na Luanda. E quem não sabe que as impressões recebidas pela visão materna comprometem muitas vezes os créditos da fidelidade conjugal com as semelhanças mais inesperadas? Tudo está, pois, explicado. A imagem da glória oficial gerada sob o câmbio ao par tinha de ser ouro, e, no ministério 7 de junho, chamar-se Afonso Celso. Com o câmbio a oito e no governo que acabou, havia de ser bronze, e ter a cara do dr. Prudente de Moraes.

Se decaiu, porém, no metal, não se sublimou pouco na situação. Dizem as folhas que o novo busto foi erigido, nos salões do Catete, ao lado do de Washington. Muito bem. Bronze contra bronze, monumento contra monumento, glória contra glória, Washington contra Washington. Como se assemelham os dois!

Há muito que somos uma República em procura de um Washington. Em procura, por sermos ruins de contentar; visto que Washingtons não nos têm faltado. Tiveram um só os Estados Unidos. Nós não contamos ainda mais de três, porque apenas numeramos três presidentes. O primeiro, que com esses loiros coroaram entre nós, foi o marechal, cuja espada depôs a monarquia. Washington I. Essa espada era, porém, irrequieta, e, ferindo num movimento de rebeldia as leis fundamentais, descoroou dessa glorificação o herói, que lhe não soube guardar a compostura. Passamos de um gládio a outro; e o segundo não poderia deixar de levantar do chão a coroa à espera de ocupantes. Esse, com golpes de estado e tudo, ficou merecendo para sempre a dignidade histórica de Washington, que ainda sobre o seu túmulo continua a exprimir a síntese das admirações. Washington II. Piracicaba deu-nos o seu Cincinato. Também foi ele presidente. Porque não havia de ser Washington? E aí temos legitimamente Washington III.

Do mesmo modo como se alude ao Egito pela dinastia dos faraós, a Roma pela dos Césares, à França pela dos Capetos, se ficará designando o Brasil pela dos Washingtons. Nessa transmissão magnífica vai o nome mudando insensivelmente de pessoa, como as ruas, entre nós, mudam de nome. Chamam os filhos da grande república ao seu Washington “o primeiro americano”, e põem-no como “o fundador” da América, ao lado de Colombo, o seu descobridor. O nosso rol já compreende três “primeiros” numa

divina trindade mística. E Deus a multiplique, em honra dos futuros presidentes. O primeiro dos primeiros é sempre o que há de vir. Guarde Nosso Senhor por muitos anos a Washington IV.

Quem ler, ou reler, como nós relíamos ontem, esse admirável poema das “Memórias de além-túmulo”, experimentará uma das maiores impressões possíveis da grandeza transfundida na espécie humana, assistindo ali ao encontro do autor do *Gênio do cristianismo*, o sublime exilado, com “o ditador Washington”. “Uma casinha, igual às da vizinhança, era o palácio do presidente dos Estados Unidos; nem guardas, nem lacaios. Bati: veio abrir-me uma rapariga, a criada. Perguntei-lhe se o general estava em casa. Respondeu-me que sim. Repliquei-lhe que tinha uma carta, para lhe entregar. A servilheta perguntou-me pelo meu nome, difícil de pronunciar em inglês. Não conseguindo retê-lo, disse-me então com doçura: “*Walk in, sir; entre, senhor*”. Entrou o francês. O velho patriarca, a quem Chateaubriand foi expor o seu aventuroso projeto de navegação pelos mares boreais, respondia-lhe por monossílabos, com uma espécie de espanto; ao que, percebendo-o, o seu interlocutor acudiu com vivacidade: “Mas é menos difícil descobrir a passagem do noroeste que criar um povo, como acabais de fazer”. — “*Well, well, young man! Bem, bem, mancebo*”. Anos depois, recordando-se daquele teto humilde e severo, o gênio cujo antigo brasão dizia: “Semeio oiro”, e que oiro viveu a semear de um espírito altivo como o de um semideus, dizia entre si: “Meu nome não lhe ficou talvez na memória. Feliz que eu sou, contudo, por ter caído sobre mim o seu olhar. Ele me aqueceu pelo resto de minha vida”. Tão alto pairava, entretanto, aquela natureza, que não se comoveu. “Nem a grandeza d’alma, nem a da fortuna me dominam; admiro a primeira, sem me atordoar, a segunda mais me infunde piedade que respeito. *Visage d’homme ne me troublera jamais*”.

Mas *nous pouvons être sûrs qu’il se troublerait devant celui-ci*. O homem, que encarou, sem se perturbar, Washington, e arrostou, sem pestanejar, Bonaparte, não sairia de cabeça tão alta, se se encontrasse com os pais da República na América do Sul, e fosse recebido, em 1898, no largo do Valdetaro * pela nossa terceira imitação do maior benfeitor da liberdade.

Admirava-se Catão de que os augures se pudessem encarar, sem rir. *Cato mirari se aiebat, quod non rideret aruspex aruspice cum videret*. Não sabemos se as estátuas riem. Mas devem entender-se, ao menos depois que o tempo lhes revele umas às outras o seu mistério, habituando-as a se mirarem mudamente na solidão. Os restos da história, os vestígios do nosso curso pela terra, como que vão deixando nas coisas, ao perpassar, resíduos d’alma. Um dia aqueles bustos perderão o verniz do estatuário. As vozes da lisonja contemporânea terão calado. A pátina da antiguidade e do esquecimento começará lento lento a enverdecê-los. No silêncio das alcatifas desertas, onde o nosso homem, do alto do seu pedestal, ombreia com Washington, o herói acabará por advertir no seu vizinho. Estamos imaginando então, nas órbitas imóveis do bronze, o olhar frio do americano para o seu companheiro desconhecido. No metal austero do rosto quase que apostaríamos ver pairar-lhe um lampejo de ironia. Sorririam os dois; mas na expressão que trocassem, confusa e desconsolada seria a do brasileiro.

Mas não devaneemos quimeras. O metal fundido é impassível. Nas formas imutáveis da arte cabe tudo, e tudo se cristaliza: a glória e a mediocridade, o mérito e a fortuna, a verdade e a cortesanice.⁶⁹

A lição das esquadras

Há uns poucos dias que o poço, o ancoradouro do Rio de Janeiro, nos oferece extraordinário panorama. Ao correr dos bondes pelas ruas de onde se descortina o mar, todos os olhos estendem-se para ele. À superfície do elemento azul, cinco pavilhões estrangeiros afirmam diversamente o tamanho das nacionalidades, que representam. Ali se ostenta, de extremo a extremo, a escala inteira do poder naval, desde a grandeza crescente da Grã-Bretanha, a mãe dos mares, a semeadora de povos, até à majestade simplesmente histórica da Lusitânia, a soberana descoroadada, mas venerável, de cujo manto as vagas parece roçarem ainda com respeito a fímbria em torno do *Adamastor*. Passa e repassa a vista curiosa por essa assembleia extraordinária de testemunhas do oceano, e não lhes pergunta que nos dizem, que nos trazem desses longes do espaço e do tempo, da imensidade vaga, aonde o passado se recolhe, e donde assoma o futuro, como as velas repontam do horizonte. Povo descuidado, abrimos as pálpebras entre dois intervalos de sesta, à brisa da costa doirada pelo sol, banhando-nos na tepidez do ar, na volúpia do colorido, na embriaguez ambiente da luz, e banindo d'alma os pensamentos do imprevisto, cerrando-a ao sussurro da consciência, que fala pelo rugir das águas eternas.

Ingenuamente dilatamos as pupilas, com alguma coisa da impressão primitiva dos antigos hóspedes das nossas selvas, quando essas grandes aves que arribam da civilização açoitaram pela primeira vez com as largas asas brancas a quietude deste estuário, como se, tantos séculos depois, ainda inquiríssemos de onde vêm essas gaivotas gigantescas, onde foram buscar umas a elegância das suas linhas e a alvura do seu dorso, outras a negrura do seu vulto e a arrogância do seu colo.

No olhar dos mais inteligentes, quando muito, se descobriria alguma coisa daquela sensação dos passageiros de um transatlântico, debruçados para o cristal retinto, nas paragens onde palpita o coração do globo, pelas águas quentes do equador cismando nas maravilhas em que se anunciam à tona essas florestas submarinas, à vista das quais são desertas as da terra, contando um a um esses encantos do inesperado, seguindo essas pradarias do mundo líquido, as górgonas, as ísis, as pálidas anêmonas cor-de-rosa, os alcíones, a flora cambiante e efêmera, com que as artérias da natureza oceânica ajardinam a zona das calmas, o domínio oscilante das algas, essas regiões onde se espelham complacentemente os resplendores solares, e se ocultam os imensos reservatórios da vida submersa.

Mas não basta admirar: é preciso aprender. O mar é o grande avisador. Pô-lo Deus a bramir junto ao nosso sono, para nos pregar que não durmamos. Por ora a sua proteção nos sorri, antes de se trocar em severidade. As raças nascidas à beira-mar não têm licença de ser míopes; e enxergar, no espaço, corresponde a antever no tempo. A retina exercida nas distâncias marinhas habitua-se a sondar o infinito, como a do marinheiro e a do albatroz. Não se admitem surpresas para o nauta: há de adivinhar a atmosfera como o barômetro, e pressentir a tormenta, quando ela pinta apenas como uma mosca pequenina e longínqua na transparência da imensidade. O mar é um curso de força e uma escola de previdência. Todos os seus espetáculos são lições: não os contemplemos frivolamente.

Na festa de ontem bem poucos se deteriam em penetrar a expressão íntima desses convidados do outro hemisfério, ou do outro continente, cujos canhões honraram a solenidade nacional, cujos galhardetes flameavam em arco à luz do sol, e cujas miríades de focos rutilantes constelaram de noite a baía. Cada um deles era, entretanto, uma interrogação misteriosa ao novo porvir. Esses mensageiros da civilização europeia e americana, deslumbrados na magnificência das nossas costas, nas estupendas

belezas da nossa terra natal, estudam o homem, que a habita, e procuram nas suas obras o selo das grandezas que o circundam. Quando voltarem desta cerimônia, a que concorreram com a distinção do seu obséquio, com a imponência da sua presença, irão dizer aos que os mandaram se a criatura aqui responde à liberalidade do Criador, se este ramo da família humana trabalha pelo bem comum. E queira Deus que desse juízo nos possamos desvanecer, como com esta fineza nos lisonjeamos.

Bastava que de nossa parte os estudássemos, para sentir quanto nos esquecemos de nós mesmos. Por eles veríamos como presentemente o valor dos povos quase que se mede pelo seu valor no oceano. Considerai nessa obra-prima do *Adamastor*, pequeno escrínio de ferro onde parece refugiar-se o maior dos poemas navais, como a mais formosa das línguas no canto dos *Lusíadas*. Vede o *Carlo Alberto*, a *Calábria*, o *Piemonte*, o orgulho de Roma e de Veneza, esbordando o Mediterrâneo, para ostentar na outra metade do planeta o arrojo das suas aspirações, o garbo das suas obras e o vigor da sua gente. Olhai para as duas fragatas, a *Sophia* e a *Nixe*, vedetas soberbas daquela formidável nacionalidade, cuja ambição arde pela glória naval, prelibada não há muito, no heroico lirismo daquelas palavras imperiais: “Nosso futuro está no mar”. No *Iowa* e no *Oregon*, quentes da guerra, estuantes do fogo, como que ainda frementes do canhoneio, medi o poder dos colossos que a liberdade levanta e a miséria dos países marítimos desapercibidos no oceano. Notai, enfim, com que fidalguia de primeiros entre iguais se embalam nas ondas, entre os outros, o *Beagle* e o *Flora*, pequenas malhas esparsas da coiraça que abriga pelos mares a potência universal da maior das nações, a antiga regedora das vagas.

Nós tínhamos alguma glória, para não entrar humilhados nesse comício brilhante. Não faz mais de trinta anos que as águas do Prata davam testemunho de proezas inolvidáveis, consumadas por uma esquadra de heróis brasileiros. Acabava a guerra separatista nos Estados Unidos, que tamanha revolução produzira nas artes da luta naval. E, contudo, guardadas as proporções, afirmam os mestres que a campanha fluvial do Paraguai não foi nem menos gloriosa, nem, a certos respeitos, menos instrutiva. Nos maiores movimentos estratégicos do nosso conflito com o déspota de Assunção coube sempre à nossa armada uma parte capital, decisiva, admirável, e a bravura dos nossos marinheiros, sua inteligência, sua capacidade, mostraram em nós ao mundo o nervo, de que se faz o caráter das nações. Era um tesouro, que se não devia malbaratar; e malbaratou-se. Não haveria sacrifícios, que outros não fizessem, por conquistar esse prestígio. Nós o tivemos, obtido à custa do melhor do nosso sangue, e deixamo-lo perder.

É mister reavê-lo, se é que temos empenho em conservar a nossa nacionalidade. O oceano tem sido quase invariavelmente o campo de batalha pela independência das nações que confinam com o mar. Essa Holanda, um de cujos navios visitou há pouco as nossas águas, não a deveu, no século XVII, senão às vitórias dos seus almirantes. A Inglaterra não teria preservado a sua existência, se as suas frotas não houvessem desbaratado as da França em 1692, em 1759 e em 1805. A França não teria ido sepultar a sua fortuna com a de Napoleão nos gelos da Rússia, se batesse as forças navais inglesas em Abuquir e Trafalgar. A União não teria suplantado, na América do Norte, a revolta dos estados meridionais, se as esquadras da legalidade não levassem imensa vantagem às da confederação. O Brasil sem os seus navios não teria aniquilado o Paraguai. Foi no mar que se abismou a China. Foi no mar que pereceu a Espanha. No mar é que se liquidaria a questão da Argentina com o Chile. E na grande conflagração europeia, se um dia se desencadeasse, a última palavra tocaria ao mar.

Ora, presentemente, quando o mar intervém nas questões entre os povos, é como o raio. Em poucos dias a agressão, o combate e a vitória, ou a ruína. Uma batalha suprime uma esquadra, e a supressão de uma esquadra pode envolver o desaparecimento de uma nação. Feliz do que pode ser o primeiro no golpe, e amarrar por bandeira ao grande mastro a vassoira de Tromp. Se ela encontrasse abandonado à sua violência impetuosa um litoral de 6.500 quilômetros, pode ser que então a surdez crônica da política brasileira começasse a perceber a voz que detona, por essas praias além, no fragor contínuo das rochas e das ondas: “Marinheiros! Marinheiros! Marinheiros!”⁷⁰

Hino a Pernambuco

Ainda um exemplo memorável, que nos chega daquele formoso viveiro de glórias e heróis, Pernambuco, a terra tradicional de tantas resistências viris à monarquia, o berço de tantos precursores da democracia republicana! Torrão abundante em homens num país fértil de escravos, tu possuis um lugar inalienável no coração daqueles, como nós, que tiveram a fortuna de embalar algumas horas de sua mocidade à beira de teus rios. Em vão o cativo embebeu três séculos de seu suor no solo de teus canaviais; em vão o império afogou sucessivamente no sangue o ideal de tuas revoluções; em vão a esterilidade das lutas políticas supõe crestar a flor da tua adolescência perene: o brio cívico renasce imarcescível no coração de teus filhos, atalaia ridente das ondas do norte, colocada no vértice oriental do triângulo brasileiro, para acenar ao outro continente com as esperanças de um povo capaz de conquistar a liberdade. O navegante que deixou à popa as grandezas da Europa, dorme a primeira noite de seu repouso sob as estrelas do teu céu, amimado pelo sussurro de tuas palmeiras, como o pescador, aos eflúvios de Itália, no regaço da enseada napolitana. Mas o arfar vigoroso de teus pulmões lhe dirá que, atrás de Nápoles cantante e peregrina, murmura o trabalho interior do Vesúvio, na índole de uma raça forte e generosa, tenaz e inumildável.

Nestes dias arrastados e maus, em que tudo capitula, e rasteja; em que os mais livres entrouxam as suas crenças no guarda-roupa da velhice; em que é preciso alugar um fato de convenção na mascarada geral, para não cair varado pelos baldões dos apupadores da verdade; em que não se pode ter a franqueza da coragem honesta, sem assanhar enxames ferreadores; em que as enxurradas poderosas vão arrebatando às consciências o desinteresse, a lealdade, o entusiasmo, a justiça; em que a defesa do direito é a luta do naufrago agarrado às escarpas de um penhasco solitário e lavrado pelos raios, entre as lufadas e o oceano, — tu reages, entre os que obedecem; tu te afirmas, entre os que se renegam; tu cresces, entre os que se apoucam. Se uma bênção da menor das criaturas pode ser, às vezes, vulnerário suave para as feridas mais dolorosas do atleta, aceita sob esta forma comovida a simpatia e a admiração de almas, que necessitam do espetáculo do teu vigor, como a vegetação dos rochedos da frescura luminosa das manhãs.

A historia há de chegar para essa invenção monstruosa, a que se chamou a conspiração de 10 de abril, com a qual a ditadura conseguiu lascar, de um golpe violento, um pedreiro de iniquidades para o edifício do seu poder, levantado sobre a abdicação nacional. Um dos fuzis da tempestade oficial caiu sobre a escola do Recife. Um de seus lentes, envolvido pelas misérias da delação no rol dos conjurados, era espoliado criminosamente pelo governo da sua cadeira profissional, conquistada nas lides de um certame científico, cimentada por 12 anos de serviços ao ensino, sagrada pela constituição imperial e pela constituição republicana, que a declaravam perpétua, inviolável.

Os golpes de estado não podem ter cerimônias com a lei, nem perdem tempo em deferências com a autoridade desarmada. A demissão do catedrático não foi comunicada, sequer, ao corpo docente, de que ele era membro inseparável. O perseguido, caminho do desterro, sentiu de longe, na passagem, vibrar a mocidade, estuosa de indignação, diante da tribuna vazia das suas lições, ouviu o murmúrio abafado de seus colegas, o clamor inútil de seus alunos. Mas o decreto inevitável havia de cumprir-se até ao fim, em afronta de tudo, como as vontades do destino antigo. Que importam os protestos da justiça na imprensa? As reivindicações da solidariedade no magistério? O pudor da virgindade moral nos moços? A

fatalidade do irremediável recebeu, há muito, sua expressão lapidar na desesperança do Dante:

*Vuolsi cosi, colà dove si puote
Ciò che si vuol; e più non domandar.*

Meses depois, quando o congresso pretendeu fechar a perseguição, pronunciando sobre as vítimas a fórmula do esquecimento legislativo, é que o Ministério da Instrução, por aviso de 26 de julho, notificou aos professores daquele estabelecimento o esbulho de 12 de abril. Só então! E isso porque era o momento de coroar o primeiro atentado com outro, de neutralizar o perdão com a impenitência do despeito. Quando, por efeito específico da anistia, o lente ferido pela pena arbitrária da destituição devia reassumir a cátedra, em vez de abraçar o perseguido, afinal restituído ao seu grêmio por tardia reparação, — a faculdade recebia a ordem ministerial anunciando-lhe a vacância do lugar, e mandando submeter a concurso a cadeira, em que a investidura do seu proprietário, nunca interrompida legalmente, acabava de ser consolidada pela mais veneranda entre as prerrogativas da legislatura, a de levantar, pelo indulto, entre o ódio e o martírio o abrigo da clemência popular. Não há nada, que não se desnature ao contacto do despotismo. A seu lado até a misericórdia assume a catadura da vingança insaciada. Nos seus domínios a anistia, trôpega, hipócrita, mutilada, oferece numa das mãos a piedade, enquanto na outra agita a violência, traindo os que abraça, condenando os que absolve, fraudando os que emancipa.

A força não entrou, porém, vitoriosa na casa do direito. Depositária da honra da faculdade, a congregação, num documento firme e austero, discutiu, perante as leis do país, a deliberação do governo, caracterizou como inconciliável com as nossas instituições o ato de 12 de abril, estranhou a violação da anistia após a violação das garantias fundamentais, e acabou manifestando nobremente ao presidente da República a sua resolução respeitosa de manter os privilégios liberais, a cuja guarda está cometida a independência da instrução superior. Bela atitude, que futurava a dignidade ulterior de seu procedimento, e indicava aos desvarios da ditadura o caminho divino de Damasco.

Mas a soberba da ambição não aprende. O delírio dos erros incuráveis acerba-se com os embaraços opostos pela razão. O governo tornou à carga, insistindo pela conivência da faculdade com o golpe de látego vibrado à sua própria integridade, à sua frente varonil. Se ela cedesse, que diferença haveria de ora em diante entre uma escola e uma senzala, entre um mestre e um servente? Que ficaria sendo, aos olhos de seus discípulos, a ciência, doutrinada ali, senão o curso prático da escravidão, lecionado pelos missionários professos do direito? Que juristas sairiam daquela forja de sofismas servis? A congregação do Recife mediu intrepidamente a responsabilidade dos seus deveres, e elevou-os como um templo na eminência de um promontório sagrado. Os lentes da faculdade recusaram terminantemente infamar-se na encenação risível desse simulacro de concurso.

Outro governo recuaria. Este irritou-se e recresceu contra o obstáculo. A insistência do bem é um cáustico para os obstinados. Mandou-se recorrer a estranhos, para comporem o júri do vilipêndio, que se devia impor, como uma gargalheira, à rebeldia legal daquele cenáculo de justos. Chamaram-se os doutores em direito, para diplomar o invasor, que devia ocupar a cadeira violada. Os doutores em direito! Nova decepção para o capricho ditatório. Os doutores em direito repeliram o convite como um suborno prostituidor. Mais uma tentativa ainda: foi-se bater ao telônio dos bacharéis. Desses houve quem aceitasse a vergonhosa incumbência. Mas entre os próprios interessados na consumação do escândalo começava a lavar o pejo do opróbrio aparelhado para o vencedor. Duas vezes se ensaiou o concurso, com a cumplicidade dessa fraqueza. Mas, na primeira, evadiu-se um dos concorrentes; na segunda, o outro, o último revoltou-se contra o seu próprio egoísmo, compreendeu que por aquela porta nunca entraria um mestre capaz de fitar a mocidade revoltada pelo nojo, e fraternizou com a multidão juvenil, renunciando, entre as aclamações dela, a palma de uma competência desonrada.

Assim, de desengano em desengano, de revés em revés, a obcecação administrativa foi obrigada pela

resistência legal a consumir o último recurso dos pertinazes. Que mais pode agora o amor-próprio oficial? Teimar dentro nas formas da lei já não lhe é possível. Esgotaram-se. Designar um lente por decreto? Só algum fâmulos de secretaria poderia aceitar a miséria dessa condição; e a faculdade do Recife saberia abrir o vazio glacial do desprezo em torno do lacaio ministerial. Só resta, portanto, ao decore da administração uma saída legítima: reconciliar-se com o direito repudiado. E destarte, cedendo à legalidade, cobrir-se-á de honra. Tudo se deve perdoar aos governos, que têm a probidade de emendar-se.

Poucas páginas tão substanciais encerra, entre nós, a história da luta pelo direito. Para lhe estimar o valor, basta, em relação à mesma individualidade, ao próprio dr. Seabra, ao deputado e ao lente, considerar no contraste entre a inflexibilidade da congregação, de que ele é professor, e a fraqueza da assembleia, de que é membro. A câmara, órgão da soberania nacional, aperta com alvoroço a destra ao governo, que enxotara os mandatários do povo para o exílio. A faculdade, ramo precário de uma organização sacudida pelo poder, grupo de funcionários sujeitos ao guante administrativo, bate-se contra ele palmo a palmo, no terreno da lei, e palmo a palmo o vence. Como os pequeninos se agigantam, pugnando pela justiça! Como os grandes se aniquilam, desertando o dever!

Bolonha, a filha ilustre de Teodósio, adotada por Carlos Magno, pátria imortal de sábios, artistas e papas, revendo-se na sua universidade, como na mais rutilante das joias, cunhava as suas medalhas com o orgulho de mestra da Europa *Bononia docet*. Mãe intelectual de tantas gerações, cujo escol tem povoado as letras, o foro, a administração, o parlamento, o Recife, depois desta lição indelével, poderia imitar a divisa da cidade augusta, que se coroou entre todas, como a rainha das capitais universitárias.

Não alvejam sobre as tuas instituições 15 séculos de antiguidade; não te revestes do quádruplo manto da medicina, da jurisprudência, da teologia e das artes, como a cidade de Benedito XIV, Dominiquino e Galvani. Mas o verdor dos teus anos exuberava de seiva moral, como as grandes criações seculares da história; e o que o teu exemplo nos ensina, é a nata da sabedoria, é o aroma da beleza suprema, é a poesia da vida entre as inteligências; é o que mais falta, e o que mais se necessita neste país: a destimidez da consciência, a independência do direito, o estoicismo do dever, a confiança na lei, a insubmissão ao arbítrio.

Não foi sem causa que a poesia sonhou em ti a medula do leão. Refaz o teu músculo, sentinela das areias brancas da liberdade. Enquanto “os bisões curam as chagas, espojando-se no lodo”, levanta ao sol a tua cabeça, anima-nos ao rebato de tua voz, que há de ecoar no peito de teus irmãos. A pátria necessita dos fortes, cuja sombra é a paz, o descanso, o abrigo dos esmorecidos. E, assim como tu te miras no espelho das águas serenas, nós mergulhamos a nossa tristeza no cristal das tuas tradições, pedimos ao mar que nos conte as lendas de tua bravura, e abrimos a vela à esperança no dorso azul de tuas ondas.⁷¹

A cruz e o mar

Do alto das signas desfraldadas nos campos de batalha, do topo soberbo das naus em demanda da conquista, a cruz, a imagem da vocação do Cristo, o emblema deste livro indicava outrora aos bravos de terra e aos lobos do mar a rota da vitória. Hoje ela ensina ao soldado e ao marinheiro o rumo da justiça, e ainda no meio dos combates prega a caridade e o perdão, entre os que se matam. Toda a imensidade transposta entre esses dois polos da civilização cristã, senhores, está resumida na eloquência da vossa oblação: o livro da paz e da liberdade ofertado pela glória militar, em sinal de culto pelo direito, ao último dos seus servidores. Trocando os símbolos da força pelo da verdade, na destra onde vos costuma a lampear a espada entrastes hoje por esta casa com o Evangelho. Militantes em fileiras diversas, encontramos-nos assim reunidos sob o mesmo estandarte na adoração à palavra divina. Fostes pedir à arte mais fina do século XIX um monumento da sua miraculosa delicadeza, e por sobre ele, como por sobre uma espécie de ara sagrada, estendeis a mão, comovidos, ao companheiro dos dias de amargura.

Bem hajais, senhores, por haverdes interpretado com esse tato admirável, com esta sublime intuição, os nossos sentimentos comuns, a fé, a humanidade, o amor da lei, a reunião das almas separadas, a consolidação da pátria dispersa, condensando esta síntese pacificadora numa oferenda, que é, ao mesmo tempo, o maior dos prêmios e a mais santa das desforras. Desforra; porque é o testemunho da minha religião, dado ao meu país por uma plêiade de heróis, educados na lealdade, que repele o contacto da mentira. Prêmio; porque é a coroação dos meus trabalhos pelo direito com a solenidade augusta de uma confissão da grande crença pelo elemento poderoso, de cujo equilíbrio depende sobretudo a tranquilidade nacional.

Muito aprendestes, senhores, e muito, com o vosso exemplo, tendes que ensinar. O mar não é hoje, para os que o conhecem, “o mar estéril” de Homero. Nos seus seios, que a ciência tem revelado, há uma fecundidade infinitamente mais prodigiosa que a da superfície da terra. O maior laboratório da vida, no planeta habitado pelo homem, é o oceano. Não há, na criação, página tão fértil de ideias, maravilhas e surpresas. Mas o que ele ensina ao espírito ainda se não compara com o que inspira à consciência e o que embebe no caráter. Quando, porém, à escola do oceano se reúne a escola da guerra, e a guerra cujas lições formidáveis se cursaram, é a guerra civil, aqueles que, como vós, atravessaram esse tirocínio privilegiado, podem estar certos de que a Providência lhes dispensou, entre os seus semelhantes, um quinhão incomparável de saber. E mais vale para ele a derrota acerba, mas veraz, do que a vitória, onde os felizes se embriagam, e se perdem. Desse tesouro sois possuidores. Sabei aproveitá-lo na missão, que o futuro vos reserva, entrando a ele com a alma depurada, confiante, benfazeja, sem os enganos da ambição, sem os interesses da política, sem as iniquidades da força, quando a voz da pátria vos chamar, e a afirmação da sua honra apelar para o sacrifício dos mais valentes de seus filhos.

.....

Senhores. Que a vossa vinda a esta casa, neste dia e com este livro nas mãos, caia como bênção, como agoiro afortunado sobre a existência daquele, cujo nascimento se recorda hoje, debaixo deste teto, no seio da amizade, aquele cujos olhos se abriram sobre a minha vida nos primeiros dias da república como a estrela das minhas provações, cuja companhia foi o favo de mel do nosso exílio, antes que Deus o visitasse nas asas de outro anjo, e cujo nome evoca no declínio dos meus anos a presença de meu pai, redivivo na ternura do neto.

Também ele ama o mar, como vós, como eu. Os brincos de sua infância simpatizam com as vagas, com o mar alto, que nós atravessamos duas vezes caminho do desterro... do desterro, cuja melancolia nunca mais se apaga da memória do desterrado... com as nuvens perdidas no céu, com as velas perdidas no pélogo, com as aves perdidas entre os dois azuis da imensidade, com essas cenas marinhas e essas coisas do mar, que são o tema predileto do seu lápis de criança, e o objeto mais caro dos seus jogos de menino.

Ele nasceu à beira das ondas, que eu procurara pela força de um instinto antigo, e onde habitei dez anos com encanto, com amor, como quem tivesse encontrado o refúgio do seu ideal, o derradeiro ninho da sua esperança. Dali, num dia de procela, vendavais imprevistos o arrebataram, esse pobre ninho sacudido de tantas tormentas, com o pai ferido no coração e os inocentes associados às suas tristezas. Mas foi o mar que o salvou, foi o mar que se meteu de permeio entre ele e a perseguição, e, quando o proscrito, sequioso de liberdade, achou onde saciar nela a sede ardentíssima, foi numa criação do mar, na mais preciosa gema das opulências do abismo, nessa mãe das vagas livres, a livre Inglaterra, de cuja substância se compõem mundos humanos, como dos recifes de coral se fazem continentes.

E — bendito seja o Senhor por esta mercê! — quando me foi dado regressar à terra natal, naquela data radiosa sobre todas as da minha vida, foi o mar, o mar constelado de amigos, o mar verde-anil destas plagas, onde o canto dos pescadores da Jônia seria mais belo, foi o mar que me acolheu com o seu sorriso doirado de sol, e misturou com a orvalhada de sua espuma as lágrimas de gratidão do repatriado. Desde então me parece que uma âncora invisível do meu destino mergulha misteriosamente nesse oceano, onde está o destino de nossa terra; e, de cada vez que uma grande dúvida, uma grande agonia, ou um grande problema nos assoma ao longe, os meus ouvidos escutam o sussurro das praias infindas, os meus olhos, inquietos do futuro, interrogam o segredo das águas eternas, como se num desses sulcos, que as cruzam, se aproximasse de nós o infortúnio, ou a salvação.⁷²

Surrexit

Ressurgir! Toda a doçura e todo o vigor da fé se resumem nesta palavra. É a flor do calvário, a flor da cruz. O tremendo horror daquele martírio tenebroso desabotoa neste sorriso, e a humanidade renasce todos os anos a esse raio de bondade, como a formosura da terra à alegria indizível da manhã, o prelúdio do sol, o grande benfeitor das coisas. O homem, cercado pela morte de todos os lados, não podia conceber este ideal de eternidade, se não fosse por uma réstia do seu mistério radiante, divinamente revelado às criaturas. Nossos sonhos não inventam: variam apenas os elementos da experiência, as formas da natureza. Tem a fantasia dos viventes apenas uma palheta: a das tintas, que o espetáculo do universo lhes imprime na retina. E, no universo, tudo caí, tudo passa, tudo se esvai, tudo finda. Nesse desbotar, nesse perecer de tudo, não havia o matiz, de que se debuxou um dia, na consciência humana, o horizonte da ressurreição.

Ressurgir! Digam aqueles que têm amado, e sentiram a sombra da agonia projetar-se no semblante de um ente estremecido qual a impressão que lhe traspassava o seio nesses momentos de infinita amargura. Digam os que fecharam os olhos a seus pais, a seus filhos, a suas esposas. Digam os que já viram apagar numa cabeça inclinada para a terra a beleza, o gênio, o heroísmo, ou o amor. Digam os que assistiram, regelados, ao assentar da última pedra sobre o ataúde de um coração, pelo qual dariam o seu. Digam que outra é, nesses transes, a vibração do peito despedaçado, senão esta: o sentimento da perda irrevogável. Quem, senão Deus mesmo, nesse soçobro final de todas as esperanças, poderia evocar do abismo taciturno, onde só se ouve o cair da terra sobre os mortos, esta alegria, este alvoroço, este azul, esta irradiação resplandecente, este dia infinito, a ressurreição?

Ressurgir! Deus nosso, tu só poderias ser o poeta desse cântico, mais maravilhoso que a criação inteira: só tu poderias extrair da angústia de Getsêmani e das torturas do Gólgota a placidez, a transparência, a segurança deste consolo, dos teus espinhos esta suavidade, dos teus cravos esta carícia, da mirra amarga este favo, do teu abandono este amparo supremo, do teu sangue vertido a reconciliação com o sofrimento, a intuição das virtudes benfazejas da dor, o prazer inefável da clemência, divino sabor da caridade, a prelibação da tua presença nesta alvorada, o paraíso da ressurreição.

Ressurgir! Tu ressurges todos os dias, com a mesma periodicidade, com que se renovam os teus benefícios e as magnificências da tua obra. Nega-te a nossa maldade. Nega-te a nossa presunção. Nega-te a nossa ignorância. Nega-te o nosso saber, Mas de cada negação te reergues, deixando vazios os argumentos, que te negavam, como o túmulo, onde dormiste outrora um momento, para reviver dentre os finados. Entre o termo de um século assombroso e o começo de um século impenetrável, essa ciência, que te pretende remover para o domínio das lendas, surpreende-se agora deslumbrada na região do maravilhoso, onde se parecem tocar as coisas da terra com as do céu, em pleno amanhecer de uma criação nova, sobre a qual pairas, como pairavas no princípio dos tempos, e de cujo caos, decifrando os problemas humanos, emergirá outra vez a tua palavra, dardejando em plena ressurreição.

Ressurgir! Senhor, porque nos deste uma língua tão pobre na gratidão? Todos os que já descemos a segunda vertente da vida, e deixamos de nós ao gênero humano os frutos vivos, que nos deste, somos levados hoje a pensar no que seria a passagem da terra para aqueles, a quem ainda não tinhas dado na tua a imagem da nossa ressurreição. Iam-se os homens então como as folhas secas das árvores, precedendo-se, seguindo-se uns aos outros na continuidade estéril da queda, no irremediável do seu termo silencioso.

Os pais geravam para a morte. As mães amamentavam para o túmulo. Bem haja o sacrifício e a crença daquele, que nos resgatou deste sombrio destino a paternidade, e nos permite hoje a bem-aventurança de beijarmos nossos filhos, na certeza de os havermos criado para a vida nova, a tua ressurreição.

Assim, Senhor, quisessem ressurgir em ti os povos, que te não creem. A esses em vão procuramos dar com o aparato dos códigos humanos a lei, a ordem, a liberdade. Sua sorte é extinguirem-se, porque não tiveram fé, e não sentem a religião do Ressurgido, que não é só o evangelho das almas regeneradas, mas a boa-nova das nações fortes. Essas absorverão a terra a bem do gênero humano, enquanto as outras acabarão como raças de passagem. E por sobre o futuro, que há de ser a tua glorificação, na voz das criaturas e dos céus se ouvirão para sempre os hosanas do teu triunfo: Ressurgiu!⁷³

A difamação

Quando o legislador brasileiro entra em medos das más línguas da imprensa, e cuida em proteger dela o nosso arminho administrativo, é o caso de saber o que vale realmente essa trombeta da injustiça, a difamação, na boca dos jornais.

Tempos houve, em que a difamação era, com efeito, uma potência. Foi antes que a criação de Gutenberg chegasse a ser o que hoje é: a presença do disco solar no horizonte da consciência humana. Com essa ubiquidade da luz cessaram as influências impalpáveis e terríveis da mentira. Multiplicada a infinito pelo periodismo, a imprensa arrancou aos malfeitores da palavra a sua antiga tirania sobre a inocência e a virtude.

Para se avaliar o que foi esse domínio tenebroso, bastaria tomar na história um quadro, mas o quadro por excelência da malignidade, a vida do Aretino, aquele que, entre todos, por antonomásia se poderia chamar, no sentido grego, *Diábolos*, o caluniador. O nome desse salteador do espírito comensura, na Renascença, a queda moral da Itália, e dá-nos as proporções gigantescas da soberania do mal, nas épocas em que um bandido literário podia exercer sobre a sociedade apavorada o monopólio da pena.

O inverossímil nas surpresas da fortuna seria incapaz de gerar outro assombro como a carreira desse personagem, filho de cortesã, que, criminoso e foragido aos 13 anos, se aluga fâmulos de um mercador, serve a um cardeal, explora a domesticidade do futuro Clemente VII, toma a cogula de capuchinho em Ravena, depois, sob Leão X, tentado pela atração da corte de literatos, histriões e aventureiros, que o rodeia, despe o hábito, corre a Roma, e veste a libré do Vaticano. A catástrofe da Igreja e da Itália revela-o a si mesmo, O saque de Roma, o cativo do papa, a agonia da cristandade ocidental, a profanação da cidade eterna rejubilam a alma do laçao, a que as calamidades da pátria apenas despertam o apetite de insultar e pedir. Tendo percorrido todos os graus da mendicidade e da libertinagem, elege afinal em Veneza, onde se fala e escreve livremente, o homizio das baixezas da sua vocação e das vitórias do seu cinismo.

Dali o sicário do libelo requesta os favores do mundo, estende a mão à Itália inteira, a cristãos e infiéis, ao Grão-Turco, a Clemente VII, a Paulo III, a Júlio III, à púrpura dos cardeais, à coroa dos príncipes, ao balcão dos banqueiros, a Carlos V, a Francisco I, ao condestável de Montmorency, ao rei de Inglaterra, aos artistas, a Solimão, a Barbarroxa. O erotismo dos seus sonetos embriaga os devassos, o veneno dos seus epigramas intimida os hesitantes, a lama dos seus aleives afoga os rebeldes. Já ninguém lhe resiste. Da impunidade do seu trono mendicante no fundo do Adriático ele senhoreia a Itália toda. “Com uma pena e uma folha de papel”, diz ele, “zombo do universo.” Nada em contribuições e honrarias. Carlos V fá-lo cavalgar à sua direita. Júlio III, o pontífice, oscula-o na frente. Gaba-se de ser “o oráculo da verdade e o secretário do mundo”. E o distribuidor universal da glória e da desonra. O seguro contra esta, a assinatura contra a maledicência compra-se a peso de ouro nas antecâmaras do antigo serviçal de Chigi, agora padroeiro das letras e Mecenas da Renascença.

Tirano da opinião prostituída, imprime no frontispício dos seus livros: “Pedro Aretino, homem livre pela graça de Deus”. Torpe libelista, a si mesmo se aclama o *flagelo dos príncipes*. Vê-se cavalheiro de s. Pedro e por pouco não chega a príncipe da Igreja. Mas tem dela as mais monstruosas apologias. Os púlpitos sublimam-no acima dos santos padres, comparam-no aos maiores discípulos do Cristo, chamam-lhe a coluna do templo, a lâmpada do santuário, o filho de Deus. Especulando indiferentemente com os

apetites mais vis e os sentimentos mais altos, vê aos seus pés os escritores, os poetas, os gênios. Ticiano o corteja, Ariosto dá-lhe o título de *divino*. Só a castidade austera de Miguel Ângelo, o evocador dos profetas e das sibilas, lhe recusa obstinadamente, para as suas galerias, um fragmento de mármore, um escorço, um trapo de papel, sagrado pelo contacto do mestre. Então o crápula, habituado a comerciar indistintamente com a lascívia, a obscenidade e a devoção, o requintado cantor dos *Sonnetti lussuriosi*, o especialista em romances de lupanar, o estribeiro do imperador luterano nas suas excursões triunfais pela devastada metrópole do catolicismo, acusa de ateísmo e impureza o severo escopro do estatuário e a palheta divina do pintor, exorta o bispo de Roma a cobrir a augusta indecência do *Juízo Final* ostentada à face dos altares, e ameaça com a inquisição, arguindo-o de luteranismo, o grande inspirado.

Esse tipo, nos dias de hoje, seria havido por um *camorrista*, por um *maître chanteur*, o mais doirado ideal do gênero. Tamanha é a consciência da perversidade, com que se entrega ao ofício de atassalhar, que, quando Francisco I lhe faz mimo de uma cadeia de línguas de ouro e pontas rubras, como tintas em veneno, com este exergo: *lingua ejus loquetur mendacium*, o obsequiado cativa-se da lembrança, e agradece desvanecido a joia. É o mestre do gênero da camorra, da *chantage*, do *black-mail*. “Negocia sobretudo com o medo. A linguagem do século é officiosa, adulatória; a sua, desprezadora e impudente. As calúnias impressas eram piores que punhaladas. Coisa estampada queria dizer coisa verídica. E ele põe a preço a calúnia, o silêncio e o elogio.”

Aretino pode reproduzir-se; mas o que se não reproduz, é o meio propício aos seus triunfos. Quando a palavra escrita era uma clareira entre florestas obscuras, os quadrilheiros da pena podiam empunhar dali o cetro sobre a sociedade indefesa contra os botes da sombra. Então as ciladas à reputação do indivíduo eram mortais. Mas, fazendo-se jornal, a imprensa cortou as vazas ao bandidismo intelectual. Pode haver ainda fregueses para o escândalo, como sempre os haverá para as mais abjetas depravações da sensualidade. Mas essa mercadoria já não suja senão as mãos dos que a fabricam e os espíritos dos que a consomem. Os espadachins literários não se extinguiram; mas já não reinam. Toda a gente limpa os mostra a dedo, mais receosa dos seus gabos que dos seus doestos. Sua simpatia ofende, seus ultrajes glorificam.

Da altura, a que eles podem pretender, teremos a medida, recordando os que de agressores públicos recebeu o patriarca da liberdade na América do Norte. Tais foram, que Washington declarava se sentiria mais feliz morrendo que continuando no governo. Acusado monstruosamente de fraudar o Tesouro, nivelado aos traficantes mais vulgares pela imputação de ter assentado onde se assentou a capital, para valorizar as terras de sua propriedade particular nas margens do Potomac, o primeiro dos americanos queixava-se de ter passado por vilipêndios só cabíveis “a um Nero, a um criminoso notório, ou a um *larápio* vulgar”. Quando ele terminou a segunda presidência, os órgãos oposicionistas conclamaram que aquela data “devia ser de jubileu para os Estados Unidos”. “*Nunca houve nação mais prostituída por um homem*”, disse um deles, “*do que a nação americana foi prostituída por Washington*”.

Desde então as oposições desvairadas e as informações gratuitas têm sido sempre as mesmas no atrevimento e na impotência. Todos os homens úteis à sua pátria hão de provar a esponja de fel e vinagre. Mas só os curtos de inteligência e os pequeninos de alma se têm aventurado à repressão. A experiência vai mostrando incessantemente a ineficácia da deíração contra os honestos. O *caluniai*, *caluniai* continua a ter adeptos; mas o seu comércio é cada vez mais desprestigiado, mais ignóbil e mais inofensivo. A lição incessante do século confirma invariavelmente a sabedoria daquele estadista da revolução francesa, que, num discurso a respeito da difamação dos funcionários, dizia aos caluniados: “Deixai escrever contra vós o que quiserem. Cedo, ou tarde, irromperá o vosso triunfo sobre a calúnia. Em relação às pessoas, a liberdade de imprensa é favorável aos homens de bem e só perigosa aos maus”.

Tu não vales a pena, Aretino, de que se toque na liberdade, ou se chame a justiça, para te ir às mãos. Cuidas roubar o nome das tuas vítimas, e não roubas senão o dinheiro dos que te pagam. A polícia dos teus crimes não se chama legião, chama-se exército, chama-se multidão, chama-se publicidade. A ela não

te escapa nem o fundo da consciência, lavrada dos estragos do vício secreto, como à visão radiográfica não escapam hoje os corpos opacos. Quando imaginas estar a sós, manobrar a furto, pilhar e assassinar no asilo da honra alheia, quando te laureias de talento, e te revestes de eloquência, para marcar os produtos da tua infâmia, colhido estás, despido, apontado, reconhecido, através das tuas roupas de empréstimo, dos teus hábitos de melodrama, nos gilvazes da tua pele, nos estigmas da tua enfermidade, na gafeira da tua nudez. Anda, já não és “o flagelo dos príncipes”. Serás, quando muito, a delícia dos escravos. O medo às tuas façanhas, presentemente, seria o mais fútil dos anacronismos. Ninguém já hoje tisa o nome senão nas próprias obras. A imprensa não há de ser manietada, porque tu a enxovalhes. Porque tu existes, não se hão de mutilar as instituições livres. Porque tu a ameaças, não se há de supor em risco a probidade.⁷⁴

A tragédia de Monza

O préstito universal, em que a humanidade acompanha os restos mortais do último rei assassinado, ainda se não sumiu, com o corpo da vítima, na cripta onde se sepultam e esquecem as maiores desgraças humanas. Não é tarde, pois, para nos juntarmos ao imenso saimento com o luto desta casa, cujas portas, reabertas depois da nova sinistra, ainda não acabaram de exalar o eco dos sentimentos, com que o nosso coração se associa ao pranto da Itália e ao horror da civilização cristã, consternada e perplexa.

À infernal grandeza destes atentados, renascentes na sua audácia gigantesca, o pensamento recua da vítima para o algoz, do algoz para a satânica organização, que lhe arma o braço. A considerar nessa fatalidade, que cresce para o século vizinho como as ondas de uma erupção submarina para as praias indefesas, poderíamos distrair-nos da cabeça ferida pelo último raio, absortos na contemplação do horizonte escuro e do pélagos empolado. Mas infelizmente o receio ainda pode menos que a indignação, a espécie humana ainda não se julga exausta de recursos contra a invasão da barbaria, e os que creem, como nós, na ordem divina das coisas, não têm motivo para faltar aos mortos pela causa da sociedade ameaçada com derradeira oblação da simpatia, da justiça e do reconhecimento.

Não é aos maus chefes de Estado que se reserva hoje a sorte do punhal, a que nos tempos de Codro, Aristógiton e Bruto eram fadados os déspotas. Numa república, onde os presidentes, que naturalmente não podiam reinar, também não administram, nem governam, a alucinação do anarquismo justiça os crimes de Tibério, na bondade inofensiva de um Carnot. Humberto assinara o código, que aboliu, na Itália, o cadafalso; e os que a sua mão benfazeja redimiou da guilhotina, o fulminaram com a morte. Assim se paga atualmente, nas mais altas magistraturas da terra, a honra de representar a sociedade e o múnus de servi-la. É ela, a ordem social, a que se executa em efígie nesses holocaustos. Todo aquele, que recebe dos seus concidadãos o mandato supremo do governo, está no banco dos réus, diante do tribunal invisível, onde o homicídio simultaneamente exerce os papéis de acusador, juiz e algoz. Não se ataca na sucessão da coroa, transformada em sentença capital, o privilégio da hereditariedade. Não. Nem a eleição popular salva os seus designados temporários do fúnebre destino.

Este século ressuma sangue. A própria atitude do papa em oração pelo infortúnio da casa de Saboia não ensina doçura aos religionários de Jesus. Sobre o ataúde malresfriado *o Universo* indigita, de Paris, a nação acabrunhada pela terrível surpresa como o escândalo da cristandade. Parece que não era, da parte de cristãos, o melhor meio de combater as proezas de uma seita, que confunde no mesmo ódio implacável as instituições terrestres e as celestes. Na linguagem dos órgãos socialistas, “o maior inimigo do socialismo é o cristianismo”. “Em varrendo a Deus do cérebro humano, teremos, ao mesmo tempo, banido o que se chama a graça divina; e, quando se reconhecer que o céu lá de cima não passa de uma falsidade imensa, os homens tratarão de criar para si um céu neste mundo”.

Felizmente a mão do Sumo Pontífice estendida sobre aquele féretro salvou a autoridade moral de uma Igreja, cuja cumplicidade, ainda indireta, com as paixões da desordem seria o golpe de misericórdia na civilização do Cristo. As reivindicações do Vaticano contra o Quirinal, não turbarão, pois, a grandeza desta solenidade, em que se reúnem, de perto, ou de longe todos os povos cultos; e o esquife do filho de Vitor Emanuel ocupará o seu derradeiro jazigo entre preces universais.

Tinha direito a acabar de outro modo o filho do herói, a quem a pátria dera merecidamente o nome de pai. Bem moço, ele associara o seu nome aos fastos gloriosos do progenitor, quando, há 34 anos, expôs a

vida, em Vilafranca, esforçando, numa conjuntura de extremo perigo, a divisão, que comandava, contra o fogo dos imperiais. Formidável quinhão, na história, o de suceder a um soberano, que fundara a independência, a unidade e a constituição do país. Quando o herdeiro de Vitor Emanuel subiu ao trono, findava no túmulo do autor de seus dias o período épico da formação italiana. A vitória e o gênio tinham embalado e coroados os tempos, que se encerravam. Todas as fortunas haviam sorrido ao ditoso monarca, e, entre elas, mais difícil talvez que todas, a de ser no governo a imagem do soberano constitucional; com esse critério de neutralidade e intervenção entre os partidos, que é, nas monarquias parlamentares, o mais precioso talento dos reis.

Grandes eram em demasia as dificuldades para o novo reinado. As questões pululavam do chão na península, onde a inteligência de uma grande raça em plena ressurreição se debatia com as contingências de um meio social profundamente imbuído nos resíduos de séculos de superstição, desunião, revolução e opressão. Tremendos problemas, de toda a ordem, nacionais e internacionais, submeteram à mais séria prova a dinastia, desarmada, para os encarar, das vantagens que cercam o trono em países educados no regime constitucional, como a Bélgica e a Inglaterra.

Mas não se poderia dizer que falecesse a compreensão deles ao príncipe, que, há dois anos, endereçava aos membros do parlamento e da municipalidade romana, reunidos em Campidoglio, estas palavras inspiradas: “Entre os majestosos portentos da grandeza antiga, não nos pareça modesta a moderna grandeza. A antiga foi, pelo espírito dos tempos, universal; é nacional a nova. Da primeira se teve uma Itália romana. Uma Roma italiana dá-nos a outra. Aquela foi produto da força. Esta é expressão do direito. E, como todo direito, Roma italiana é inviolável. Para concluir a nossa regeneração civil, devemos ter em mira os dois mais altos fins, que o pensamento hodierno indica aos povos livres: a atividade da vida e a educação do espírito. Num país onde a alegria exuberava assim no riso do céu e na fertilidade do solo, num país opulento, como este, de inteligência e virtudes, *o trabalho e a escola são os fatores de uma grandeza real e segura, o abrigo e a defesa contra todos os riscos possíveis*”.

Destas linhas, testamento político de um estadista e de um patriota, baixa a suave irradiação de uma auréola sobre a melancolia da tragédia de Monza.⁷⁵

O dever do povo

Concidadãos:

A eloquência destas vozes, tantas e tão elevadas, que baixam das alturas do espírito; este rumor, que sobe das entranhas da terra; essa multidão, cuja massa evoca e condensa o concurso de milhões de almas ausentes; este espetáculo que já se parece representar no cenário do futuro; todas estas impressões de um passado que se despede, todos estes sinais de um mundo novo, que assoma no horizonte banhado em indecisa claridade; tudo nos está mostrando que a consciência brasileira desperta, que a consciência brasileira está viva, que a consciência brasileira se reergue, que a consciência brasileira não se acha mais disposta a sofrer os coices das brutalidades, imbecilidades e ferocidades que convertem as repúblicas bastardas em espojadoiros de instintos abjetos, costumes descarados e paixões vergonhosas.

Povo brasileiro! Reclamai, e vos escutarão; exigi, e tereis; ordenai, e sereis obedecido; sabeis querer, e tudo vos cedera.

Uma nação não se deve recluir senão da sua própria inconsciência, da sua própria relaxação, da sua própria cobardia. Não corrais, como as crianças, de carochas, de cucas, de almas do outro mundo. Sois o povo. Sois a Nação. Sois o Brasil. Ante a vossa vontade, ante a vossa autoridade, ante a vossa majestade, mandões, facções, minhocões não valem nada. Soprai, e vereis como rebentam as bolhas de sabão.

Adotastes, nas vossas instituições escritas, um governo de legalidade, um governo de justiça, um governo de liberdade, um governo de soberania popular. E tudo vos tiraram. Despiram-vos da soberania, roubaram-vos a liberdade, subtraíram-vos a justiça, puseram-vos fora da lei. É todo o vosso patrimônio moral que se foi. Fazei questão da sua posse. Empreendei a sua reconquista. Ponde a vida e a morte na sua consolidação definitiva. Se em quatro anos o perdestes, não há razão para que em quatro anos o não tenhais reavido, ao menos nos elementos capitais da sua recomposição.

Mocidade brasileira! Esperai, mas não arrefeçais, não vos entregueis, não percais de vista a meta rutilante da vossa estrela.

Povo brasileiro! Sede paciente, sede cordato, sede refletido. Mas não sejais descuidado, não sejais indiferente, não deixeis de ser firme, resoluto, intrépido na obra da vossa regeneração, na reivindicação dos vossos foros, na guerra aos corrompidos, aos parasitas, ao tráfico dos brancos, ao regime da senzala, do feitor e do vergalho. Sabeis alcançar para vós o que soubestes conseguir para os africanos: a redenção, a reaquisição de vós mesmos, o vosso lugar limpo na comunhão da humanidade livre.

Transigi, meus concidadãos, meus amigos, meus irmãos: transigi com as contingências da realidade. Transigi, onde não se tratar dos direitos supremos. Transigi, e cedei, onde a transação for lícita e honesta. Porque tudo é transação no governo dos homens. Transigi, quanto puderdes, nos limites do bom senso, da boa-fé, da boa razão. Mas nunca abandoneis a boa causa da vossa honra, pela qual deveríeis morrer, se com ela não pudésseis triunfar.

O túmulo dos que caem com a fé e a justiça é a porta da ressurreição. A Grécia de Péricles, de Pelópides, de Epaminondas ressurgiu na Grécia de Venizelos. A Polônia esquartejada levanta-se rediviva da luta entre os seus algozes. A Bélgica arrasada, extinta, espera, nas suas cinzas, aos quatro ventos, salva, com o seu heroísmo, o seu coração, o seu lar, a sua estirpe, a semente da sua raça prodigiosa, para, amanhã, renascer mais brilhante do que nunca, maior entre as maiores, dando ao orbe o exemplo dos

exemplos, o exemplo da supremacia das forças morais, e ensoberbecendo o gênero humano, que os colossos de ferro barbarizam.

Só os resignados ao cativo e à infâmia perecem. O esmorecimento é a sepultura dos povos poltrões. Não caveis a vossa própria cova. Saí daqui refeitos, para nunca mais voltardes às misérias de ontem. Levai deste braseiro para casa a chama sagrada; e nunca mais a deixeis apagar. O Brasil de 1817, o Brasil de 1823, o Brasil de 1831, o Brasil de 1842, o Brasil de 1848, o Brasil de 1871, o Brasil de 1888, 1889 e 1891, o Brasil da Inconfidência Mineira, o Brasil da Independência Nacional, o Brasil da Abdicação, o Brasil das revoluções liberais, o Brasil da Emancipação dos escravos, o Brasil de 15 de novembro, o Brasil da República Federativa, não cabe entre as quatro tábuas da tumba, onde, há duas semanas, entrou para a vala dos pesteados o régimen do caudilhismo, da improbidade e da bancarrota.

Povo brasileiro! Reatai a vossa história, honrai os vossos maiores, e não vos esqueçais dos vossos filhos, se lhes não quereis testar uma herança de opróbrio, haveis de colocar acima de todas as coisas, acima da paz, acima do território, acima até da vossa existência, acima da pátria mesma, que não pode existir aviltada, o pudor, o respeito de vós mesmos, o culto da liberdade.

Prudente sede, sede moderado, sede humano, sede justo. Guardai a ordem. Acatai a autoridade legítima. Respeitai-lhe os atos legais. Mas não tolereis cadeias. Não sufoqueis a voz dos vossos impulsos mais nobres. Não deixeis de trazer cingidos os rins e ter à mão as boas armas da vossa dignidade, as santas armas da justiça, para o combate do bom direito.

É a lei que nos prega a resistência. É a lei que capitula as ordens ilegais entre os crimes qualificados. É a lei que legitima a desobediência às ordens ilegais. Dentro da lei, pois, meus concidadãos, obedecendo ou resistindo. Dentro da lei sempre, da lei que não reconhece, entre as criaturas, senão os que a observam, indivíduos ou governos.

Dentro da lei, com a lei e pela lei, vós, o povo, vós, a nação, vós, o Brasil, sois o direito, sois o poder, sois a força.

Saia a opinião pública de dentro de si mesma: declare-se, levante-se, e vença. Onde quer que apareça, reinará, como divindade esperada que se revela.

A democracia, o governo do povo pelo povo, não é outra coisa: o império da opinião, cercada e servida pelos órgãos da sua soberania. E, onde a opinião pública entrar, espancaram-se as trevas, raiou a luz meridiana, sumiram-se vampiros e reptis, entrou a grande higiene, a competência, a virtude, a moralidade assumem o poder.

Marchemos para aí, pois, senhores. Para aí, em direitura. Para aí, a passo ousado. Para aí, firmes, resolutos, certos. Para aí, erguendo o nosso grito de paz ou de luta.

Com Deus, na Constituição e pela Pátria.

Toda a minha alma está nestas palavras. Obrigado, meus concidadãos, e avante!

Viva a nação brasileira!⁷⁶

A candidatura militar

Nenhum brasileiro quer mais estremecidamente do que eu aos nossos soldados e aos nossos marinheiros. já me bati pelos seus direitos sob o antigo regímen. Feita a República, servi sob o marechal Deodoro, e tive um lugar, não pequeno, no seu coração. A sua afeição não me queria deixar. Ainda às vésperas de nos separarmos, fazia ele questão de que eu o não abandonasse, quando se viesse a dissolver o seu primeiro gabinete. Desde aí tive ocasião de dar à classe armada, especialmente ao exército, sinais, duradoiros até hoje, da minha devoção aos seus interesses. Nunca dificultei meios ao desenvolvimento do nosso poder militar, em terra, como no oceano. Adversário, em 1874, do alistamento militar, acabei por me render à sua necessidade. A Conferência de Haia me deu a ver o espetáculo vivo da importância das armas entre as potências reunidas para celebrar a paz. Achei, ao volver dali, o trabalho da nossa organização militar em plena atividade nas mãos do marechal Hermes, e lhe dei todo o concurso da minha adesão, do meu aplauso, do meu entusiasmo. *Já tinha um filho na marinha. O outro foi dos primeiros voluntários distados no ensaio inicial do novo sistema.*

Mas por isso mesmo que quero o exército grande, forte, exemplar, não o quereria pesando sobre o governo do país. A nação governa. O exército, como os demais órgãos do país, obedece. Nesses limites é necessário, é inestimável o seu papel; e na observância deles reside o seu segredo, a condição da sua popularidade. O exército certamente o sabe. Não quererá outra função.

A aclamação da candidatura do ministro da Guerra seria, porém, a meu ver, um passo em sentido oposto. Deodoro saiu de uma revolução, obra sua. Cobia-lhe necessariamente presidir à fundação do regímen, de cujo advento a sua espada foi a garantia. Floriano Peixoto encontrou ainda a República numa crise de organização. Mas ele mesmo já não pode alongar os seus poderes, nem indicar o seu sucessor. Daí para cá o governo civil parecia definitivamente estabelecido. Já lá vão 14 anos de sua existência. Por que regressarmos? A França conta hoje 38 anos de República. É um país de glórias militares. Dispõe de uma constelação de capacidades militares. Suas necessidades militares avultam dia a dia com a iminência constante do perigo internacional. E, não obstante, salvo o setenato de Mac-Mahon, justificado pela urgência da reconstituição militar do país, então esmagado pelas vitórias prussianas, nunca se interrompeu ali, até hoje, a ordem civil.

Não descubro, pois, motivo, para nos resignarmos à solução, que os nossos amigos reputam inevitável. Primeiramente, ninguém lhe poderia dissimular o caráter. No Brasil e no exterior todo o mundo o olharia como a inauguração do regímen militar. Nunca as nossas finanças precisaram tanto do crédito no estrangeiro, e este, convencido estou de que não resistiria ao abalo de tão grave recuo. bem depressa, com a facilidade com que nos julgam no ultramar, estaríamos inscritos pela opinião europeia e norte-americana entre as repúblicas espanholas de má nota. No interior não seria menor a desconfiança, a retração das simpatias nacionais. O país sofreria, ao mesmo tempo, interna e externamente. O carinho, com que a nação hoje estremece os órgãos da sua defesa, rapidamente degeneraria em prevenção e hostilidade. São consequências certas, com as quais não é o exército que poderia lucrar.

Depois, nem há tal a necessidade, que os nossos amigos figuram, de passarmos da medicação normal à medicação heroica. Ainda quando a candidatura oficial continuasse a nos sair em desafio, não nos faltariam meios de a rebater com altivez. Quanto mais estando hoje livre o campo desse formidável poder. Vivemos habituados os políticos, nesta terra, a supor que o Brasil se resume no círculo estreito,

onde nós nos movemos. São efeitos do costume vicioso. *Seria mister que começássemos a contar com a opinião pública, o povo, a vontade nacional. Dêsemos nós rebate de uma campanha séria, no intuito de manter ao país o direito de eleger o chefe do Estado, e, ainda que os governadores dos Estados se achassem todos contra nós, uma candidatura verdadeiramente popular, uma candidatura realmente nacional, a candidatura de um nome sério, digno, benquisto, reunindo, nos Estados, todos os elementos dissidentes, e, no país, todos os da opinião, havia de se impor e prevalecer.* Teríamos, talvez, então, pela primeira vez, o espetáculo do povo brasileiro concorrendo efetivamente às urnas, para nomear o seu primeiro magistrado.

Mas, quando o não tivéssemos, ao menos, vencidos, teríamos a consolação de o ser com honra, o que muito mais é do que vencer sem ela, e de *salvar os princípios*, que se devem salvar sempre, ainda quando se perca tudo o mais.

A eles se acha ligada, aqui, a minha consciência e a minha tradição. Tudo o mais com prazer eu sacrificaria aos meus amigos. Isso não; visto como é o que deles me torna digno: deles e de mim mesmo. Porque este é o juiz, que eu mais respeito, abaixo daquele que lá do alto nos há de julgar a todos nós. São compromissos, que representam a minha vida inteira.⁷⁷

Sobre o autor

Rui Barbosa de Oliveira nasceu em Salvador (Bahia) em 1849. Em 1870, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Eleito deputado geral, fixou-se em 1879 no Rio de Janeiro, onde, a partir da proclamação da República, se tornou uma das figuras preeminentes da vida política do país. Foi o autor do projeto da constituição republicana apresentado à Assembleia Constituinte em 1890. Exilou-se na Inglaterra quando se instalou o governo ditatorial de Floriano Peixoto, e de lá enviou para o Brasil os artigos reunidos nas *Cartas de Inglaterra* (1896). De volta ao país, em 1895, foi eleito senador pelo estado da Bahia, cargo que ocupou até ao fim da vida.

Por sua brilhante atuação na Segunda Conferência Internacional da Paz, em 1907, ficou conhecido como “Águia de Haia”. Fundador da cadeira nº 10 da Academia Brasileira de Letras, distinguiu-se como grande orador e escritor prolífico. Escreveu um dos seus mais famosos discursos — *Oração aos moços* (1920) — como paraninfo dos formandos da Faculdade de Direito de São Paulo. Suas *Obras completas*, organizadas pela Casa de Rui Barbosa, chegam a 137 tomos.

Rui Barbosa morreu em Petrópolis (Rio de Janeiro), em 1923.

Conheça outros títulos da Coleção Saraiva de Bolso

1. Dom Casmurro, Machado de Assis
2. O príncipe, Nicolau Maquiavel
3. A arte da guerra, Sun Tzu
4. A República, Platão
5. Assassinato no Expresso do Oriente, Agatha Christie
6. Memórias de um sargento de milícias, Manuel Antônio de Almeida
7. Memórias póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis
8. Discurso do método, René Descartes
9. Do contrato social, Jean-Jacques Rousseau
10. Orgulho e preconceito, Jane Austen
11. Cai o pano, Agatha Christie
12. Seus trinta melhores contos, Machado de Assis
13. A náusea, Jean-Paul Sartre
14. Hamlet, William Shakespeare
15. Morte em Veneza, Thomas Mann
16. O cortiço, Aluísio Azevedo
17. Orlando, Virginia Woolf
18. Ilíada, Homero
19. Odisseia, Homero
20. Os sertões, Euclides da Cunha
21. Antologia poética, Fernando Pessoa
22. A política, Aristóteles
23. Poliana, Eleanor H. Porter
24. Romeu e Julieta, William Shakespeare
25. Iracema, José de Alencar
26. Apologia de Sócrates, Platão
27. Como vejo o mundo, Albert Einstein
28. A consciência de Zeno, Italo Svevo
29. A vida como ela é..., Nelson Rodrigues
30. Madame Bovary, Gustave Flaubert
31. O anticristo, Friedrich Nietzsche
32. Razão e sentimento, Jane Austen
33. Senhora, José de Alencar
34. O primeiro homem, Albert Camus
35. Kama Sutra, Vatsyayana
36. Esaú e Jacó, Machado de Assis
37. O profeta, Khalil Gibran
38. Dos delitos e das penas, Cesare Beccaria

39. Elogio da loucura, Erasmo de Roterdã
40. Sobre a liberdade, John Stuart Mill
41. Ecce homo, Friedrich Nietzsche
42. Emma, Jane Austen
43. Histórias extraordinárias, Edgar Allan Poe
44. Macbeth, William Shakespeare
45. O senhor das moscas, William Golding
46. Poemas completos de Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa
47. Triste fim de Policarpo Quaresma, Lima Barreto
48. Papéis avulsos, Machado de Assis
49. Rei Lear, William Shakespeare
50. Drácula, Bram Stoker
51. A metamorfose, Franz Kafka
52. O processo, Franz Kafka
53. A Utopia, Thomas Morus
54. O médico e o monstro, Robert Louis Stevenson
55. Antologia pornográfica: de Gregório de Mattos a Glauco Mattoso, Alexei Bueno
56. A tempestade, William Shakespeare
57. O primo Basílio, Eça de Queirós
58. O mercador de Veneza, William Shakespeare
59. Otelo, o Mouro de Veneza, William Shakespeare
60. Quincas Borba, Machado de Assis
61. Mrs. Dalloway, Virginia Woolf
62. A hora e vez de Augusto Matraga, João Guimarães Rosa
63. O deserto dos tártaros, Dino Buzzati
64. Histórias da meia-noite, Machado de Assis
65. Doutor Fausto, Thomas Mann
66. Os elefantes não esquecem, Agatha Christie
67. O Ateneu, Raul Pompeia
68. O Morro dos Ventos Uivantes, Emily Brontë
69. Frankenstein ou o Prometeu moderno, Mary Shelley
70. Lucíola, José de Alencar
71. A montanha mágica, Thomas Mann
72. Poliana moça, Eleanor H. Porter
73. Várias histórias, Machado de Assis
74. O banquete, Platão
75. A comédia dos erros, William Shakespeare
76. Feliz Ano Novo, Rubem Fonseca
77. O universo numa casca de noz, Stephen Hawking
78. Auto da Compadecida, Ariano Suassuna
79. A megera domada, William Shakespeare
80. A alma encantadora das ruas, João do Rio
81. Hitler – vol. 1, Joachim Fest
82. Hitler – vol. 2, Joachim Fest
83. Memórias, sonhos, reflexões, Carl Gustav Jung
84. Introdução à história da filosofia, Georg Wilhelm Friedrich Hegel
85. Eu e outras poesias, Augusto dos Anjos

86. As flores do mal, Charles Baudelaire
87. Memórias da Segunda Guerra Mundial – vol. 1, Winston S. Churchill
88. Memórias da Segunda Guerra Mundial – vol. 2, Winston S. Churchill
89. A idade da razão, Jean-Paul Sartre
90. O rinoceronte, Eugène Ionesco
91. Assim falava Zaratustra, Friedrich Nietzsche
92. Um corpo na biblioteca, Agatha Christie
93. A mão e a luva, Machado de Assis
94. Vastas emoções e pensamentos imperfeitos, Rubem Fonseca
95. Sagarana, João Guimarães Rosa
96. Os Cantos – vol. 1, Ezra Pound
97. Os Cantos – vol. 2, Ezra Pound
98. História da morte no Ocidente, Philippe Ariès
99. O amante da China do Norte, Marguerite Duras
100. Noite na taverna e Macário, Álvares de Azevedo
101. Sonho de uma noite de verão, William Shakespeare
102. Contos novos, Mário de Andrade
103. Com a morte na alma, Jean-Paul Sartre
104. A câmara clara, Roland Barthes
105. Antologia poética, Gregório de Matos
106. Til, José de Alencar
107. Poemas de Álvaro de Campos, heterônimo de Fernando Pessoa
108. Diário de um ladrão, Jean Genet
109. Espumas flutuantes, Castro Alves
110. Agosto, Rubem Fonseca
111. A conquista da felicidade, Bertrand Russell
112. Do mundo como vontade e representação, Arthur Schopenhauer
113. Recordações do escrivão Isaías Caminha, Lima Barreto
114. A cidade e as serras, Eça de Queirós
115. Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, Mário de Andrade
116. A Moreninha, Joaquim Manuel de Macedo
117. O muro, Jean-Paul Sartre
118. A cerimônia do adeus, Simone de Beauvoir
119. Onde andarás Dulce Veiga?, Caio Fernando Abreu
120. Viagens na minha terra, Almeida Garrett
121. Temor e tremor, Soren Kierkegaard
122. Do espírito das leis – vol. 1, Montesquieu
123. Do espírito das leis – vol. 2, Montesquieu
124. Confissões, Santo Agostinho
125. O guarani, José de Alencar
126. Escritos da maturidade, Albert Einstein
127. O Cobrador, Rubem Fonseca
128. O livre-arbítrio, Arthur Schopenhauer
129. Os melhores sonetos, William Shakespeare
130. Poesia, T.S. Eliot
131. Amar, verbo intransitivo, Mário de Andrade
132. História do pensamento ocidental, Bertrand Russell

133. Morangos mofados, Caio Fernando Abreu

134. Tratado político, Spinoza

135. Antologia, Rui Barbosa

) * Advogado, professor, historiador e político brasileiro, governou o estado da Bahia de 1967 a 1971. ↵

) Discurso pronunciado na colação de grau dos Bacharéis em Ciências e Letras do Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, em 1903. Nessa oração, como assinalaria o próprio Rui, no prefácio à Queda do Império, já se esboça a evolução dos seus sentimentos religiosos para o catolicismo. ↵



) Discurso escrito para ser lido na solenidade da colação de grau dos bacharéis de 1920, pela Faculdade de Direito de São Paulo, e de cuja turma foi Rui Barbosa o paraninfo. Celebrou-se nesse ano o jubileu da formatura de Rui, que, em 29 de outubro de 1870, recebera, na mesma Faculdade, o seu grau de bacharel. É a famosa *Oração aos moços*. Impedido, por motivo de saúde, de comparecer à solenidade realizada em 29 de março de 1921, o discurso foi lido pelo prof. Reinaldo Porchat. (1.ª ed., S. Paulo, 1921, p. 22 e 23). ↵

) Palavras finais da conferência proferida, em 24 de maio de 1897, no Politeama Baiano, por ocasião da visita de Rui à Bahia, para agradecer a reeleição para o Senado contra os desejos do presidente Prudente de Moraes. César Zama fora o contendor de Rui. Essa conferência, e a que pronunciou, no mesmo local, em 26 de maio daquele ano, fazem parte do opúsculo então publicado sob o título *O Partido Republicano Conservador*. (Rio, 1897, p. 60-61). ↵

) Discurso proferido na cidade de Alagoinhas, no Bahia, em 3 de dezembro de 1919. Faz parte da série dos que pronunciou nesse ano, durante a excursão feita ao interior em propaganda da candidatura do juiz Paulo Martins Fontes ao governo baiano. É a última, e, pelo desinteresse total e sacrifício que representou, talvez a mais bela das suas campanhas eleitorais, encerrada com a intervenção federal decretada pelo presidente Pessoa para não permitir a vitória do candidato apoiado pelo cons.º Rui, que replicou com o volume sobre o artigo 6.º da Constituição. (*Uma campanha política*, organizado e revisto pelo dr. Homero Pires, S. Paulo, 1932, p. 45 e 46). ↵

) O trecho acima faz parte da conferência intitulada *A justiça*, que Rui devia pronunciar em São Paulo, na campanha eleitoral para a sucessão do marechal Hermes da Fonseca. Indicado, na convenção de 26 de julho de 1913 do Partido Liberal, candidato à presidência da República, e tendo por companheiro de chapa o senador Alfredo Ellis, Rui, em manifesto à nação, datado de 28 de dezembro de 1913, também assinado pelo senador Alfredo Ellis, retirou a candidatura, em face das circunstâncias em que se encontrava o país. Ao fazê-lo, porém, já havia escrito as conferências que seriam proferidas no curso da campanha, reunidas afinal pelo sr. Fernando Nery no volume *Ruínas de um governo*. (Rio, 1913, p. 249-250). ↵

) Discurso pronunciado no Centro de Ciências e Letras de Campinas, em 24 de maio de 1914. É um dos trechos mais divulgados de Rui, que, nele, fixa o espetáculo do recolher das andorinhas, ao qual assistira por ocasião das suas viagens à Fazenda Rio das Pedras, de propriedade da família do conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira. (*Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, ano XIII, fasc. II e III, 1914, p. 8). ↵

0) Conferência proferida na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 8 de março de 1919, por ocasião da campanha presidencial em que teve como antagonista o senador Epitácio Pessoa. Rui venceu em todas as grandes capitais e cidades do Brasil. (*Campanha presidencial*, Bahia, 1921, p. 77-78). ↵

1) *Carta à nação — Esfola da calúnia* — datada de Ipanema, 20 de fevereiro de 1914. É a resposta de Rui aos ataques contra ele publicados, no *Jornal do Comércio*, pelo cel. Gabriel Salgado, então senador pelo Estado do Amazonas, cujos direitos, no caso da reivindicação do Acre, Rui defendia contra a União. (*Correio da Manhã*, 26 de fevereiro de 1914). ↵

-
- 2) Conferência pronunciada em 22 de fevereiro de 1893, na Bahia, em favor das órfãs do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, da Feira de Santana. Nessa oração Rui se defende da pecha de ateísmo, tão explorada pelos seus adversários políticos, e que ele próprio chamou um “dos flagelos da minha vida”. (Rui Barbosa, *Visita à terra natal*, Bahia, 1893, p. 71). ↵

3) Artigo de apresentação do jornal *O Eco*, em 30 de outubro de 1914. (*Revista de Língua Portuguesa*, n. 8). ↵

4) Discurso pronunciado no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1917. (*A colônia baiana ao batalhão de atiradores — Rio, 1917*). ↵

5) Resposta a César Zama, no Senado Federal, em 13 de outubro de 1896. (Rui Barbosa, Disc. no Sen. Fed., Ouro Preto, 1897, p. 5). ↵

6) *O acórdão de 27 de abril*. Série de artigos (18) publicados no *O País*, entre 10 de maio e 12 de junho de 1892. Fazem parte do volume no qual Rui reuniu os trabalhos que produziu em defesa das vítimas dos decretos de 10 e 12 de abril de 1892. O trecho acima é do artigo XVI. (Rui Barbosa, *O estado de sítio, sua natureza, seus efeitos, seus limites*, Rio, 1892, p. 207). ↵

7) Conferência proferida em Juiz de Fora, em 2 de março de 1919, por ocasião da campanha presidencial para preenchimento da vaga aberta com a morte do presidente Rodrigues Alves. Nessa conferência Rui protesta contra a exploração feita pelos adversários políticos, que assoalhavam já estar ele velho para suportar os encargos do governo do país. (Rui Barbosa, *Campanha presidencial*, 1919, Bahia, 1921, p. 193). ↵

8) Discurso proferido no Centro de Ciências, Letras e Artes, de Campinas, em 24 de junho de 1914. (*Rev. do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, ano XIII, fasc. II e III, 1914, p. 7). ↵

9) Peroração do discurso proferido, a 26 de março de 1898, no Supremo Tribunal Federal, sustentando o *habeas corpus* dos que permaneciam presos, apesar de terminado o prazo do estado de sítio. É a continuação do “curso de resistência constitucional”, que Rui iniciara em 1892. (*Revista de Jurisprudência*, Rio, 1898, vol. III, p. 68-69). ↵

0) Discurso proferido em 18 de maio de 1911, ao ser recebido como sócio do Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro. (Rui Barbosa, *Discursos*, Manaus, 1911, p. 6). ↵

-
- 1) Conferência proferida no Teatro Politeama Baiano, em 26 de maio de 1897, por ocasião da visita de Rui à Bahia, para agradecer a reeleição para o Senado Federal. Pronunciou Rui então duas conferências políticas. A mencionada, e outra anterior, em 24 de maio do mesmo ano. (Rui Barbosa, *O Partido Republicano Conservador. Documentos de uma tentativa baldada*. Rio, 1897, 101). ↵

2) Discurso de 11 de agosto de 1918, agradecendo as festas do jubileu, após a missa campal na praça de S. Cristóvão. (*Estante Clássica da Rev. de Língua Port.*, Rio, 1920, p. 198, vol. I). ↵

3) Discurso pronunciado a 18 de setembro de 1917, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, saudando os atiradores baianos. (*A colônia baiana ao bat. de atiradores*, Rio, 1917). ↵

-
- 4) Discurso do jubileu, em 12 de agosto de 1918, na Biblioteca Nacional. É a resposta a Constancio Alves, que saudara Rui em nome dos promotores da homenagem. No trecho citado Rui evoca os dias da mocidade, quando redator do *Diário da Bahia*, o grande órgão liberal então dirigido pelo Cons. Dantas. (*Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa*, vol. I). ↵

5) Discurso do jubileu, em 12 de agosto de 1918, na Biblioteca Nacional. No trecho citado, Rui repele a ideia de ser homenageado com a construção duma estátua. (*Ib.*) ↵

6) Discurso no Senado Federal, em 13 de outubro de 1896. É a famosa resposta a César Zama. O trecho acima, no qual Rui trata do jogo, numa direta alusão ao deputado César Zama, homem de grande inteligência, orador e humanista, mas tido como amigo do pano verde, é clássico na língua portuguesa. (Ed. Ouro Preto, 1896, p. 109). ↵

7) Discurso no Senado Federal, em 13 de outubro de 1896. Resposta a César Zama. (*Ib.*, p. 105). ↵

8) Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo, em 17 de dezembro de 1909, por ocasião da inauguração das lápides comemorativas da passagem, pela velha Academia Brasileira, de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Rio Branco. É uma das evocações do pai, João Barbosa de Oliveira, feitas pelo filho, que, como se sabe, sempre teve por ele a mais irrestrita admiração. (Rui Barbosa, *Excursão Eleitoral ao Estado de São Paulo*, S. Paulo, 1909, p. 119). ↵

9) Discurso no Teatro S. João (Bahia), em 7 de fevereiro de 1893, respondendo a Manuel Vitorino, que o saudara em nome do Partido Federalista. É o conhecido discurso da *Visita à terra natal*. No volume de *Discursos e conferências*, (Porto, 1907) aparece, por equívoco, com a data de 1892, o que também ocorre no livro do sr. Fernando Nery, Rui Barbosa. (*Visita à terra natal*, p. 30). ↵

0) É o exórdio ao famoso discurso *Visita à terra natal*, já referido na nota anterior. ↵

-
- 1) Discurso no Teatro S. João (Bahia), em 29 de abril de 1888, agradecendo a manifestação da Sociedade Libertadora Baiana, e outras associações abolicionistas (Rui Barbosa, *Discursos e conferências*, Porto, 1907, p. 269). ↵

-
- 2) Discurso no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1909, por ocasião da Convenção Nacional, que indicou Rui Barbosa candidato à sucessão do presidente Nilo Pessanha. É o início do campanha civilista. (Rui Barbosa, *Contra o militarismo*, 1.ª série, Rio, 1910, p. 47). ↵

3) Discurso no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1909. (*Ib.*, p. 95 e *Gazeta de Notícias* de 4-X-1909). ↵

4) Discurso no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro, em 3 de outubro de 1909. (*Ib.*, p. 90). ↵



5) Discurso de paraninfo, por ocasião da colação de grau dos bacharéis em letras do Colégio Anchieta, em dezembro de 1903. ↵

6) Discurso no Cassino de São Paulo, em 16 de dezembro de 1909, por ocasião da campanha civilista. (*Excursão Eleitoral ao Est. de S. Paulo*, 1909, p 93). ↵

-
- 7) Discurso pronunciado, a 26 de março de 1898, no Supremo Tribunal Federal, em sustentação do *habeas corpus* a favor dos que continuavam presos, muitos deles desafetos de Rui, apesar de cessado o estado de sítio. Rui não tinha sequer procuração dos pacientes. (*Rev. de Jurisprudência*, Rio, vol. III). ↵

8) Conferência na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 8 de março de 1919, e que se intitula *Às classes conservadoras* (Rui Barbosa, *Campanha presidencial*, 1919, p. 60-61). ↵

9) Palavras iniciais do discurso ante o Supremo Tribunal Federal, em 23 de abril de 1892, em defesa do *habeas corpus* requerido a favor das vítimas dos decretos de 10 e 12 de abril de 1892. O discurso, proferido num ambiente de verdadeiro terror, pois se anunciara que Rui seria assassinado pelos partidários de Floriano Peixoto, é uma das mais eloquentes e corajosas orações de Rui. (*Novos discursos e conferências*, colígidos por Homero Pires, S. Paulo, 1933, p. 91). ↵

0) *O acórdão de 27 de abril*. Série de artigos publicados no *O País*, entre 10 de maio e 12 de junho de 1892, comentando o acórdão que denegara o *habeas corpus* requerido, em 18 de abril desse ano, em favor das vítimas dos decretos de 10 e 12 de abril do mesmo ano. O trecho acima é do artigo XVIII, que, como os demais, está publicado no volume *O estado de sítio*. (*Op. cit.*, p. 221-222). ↵

-
- 1) Discurso proferido, em 2 de setembro de 1893, perante o Supremo Tribunal Federal, sustentando o *habeas corpus* requerido a favor do almirante Wandenkolk e outros. (*Novos discursos e conferências*, p. 133-135). ↵

2) Conferência intitulada *A justiça*, e que Rui escrevera para pronunciar em São Paulo, como candidato à sucessão do marechal Hermes da Fonseca. Havendo desistido da candidatura, não a proferiu. Foi publicada então no *O Imparcial* e no *Correio da Manhã*, de 28 e 29 de fevereiro de 1914. (*Ruínas de um governo*, 1931, p. 191-192). ↵

3) Conferência no Politeama Baiano, em 26 de maio de 1897. (*O Partido Republicano Conservador*, Rio, p. 67). ↵

4) *As ruínas da constituição*. Faz parte das conferências que Rui devera proferir no curso da campanha para a sucessão do marechal Hermes da Fonseca. Esta devia ser pronunciada em Belo Horizonte. (*Ruínas de um governo*, p. 115-116). ↵

5) *A justiça*. Conferência a que nos referimos em nota anterior (*Ib.*, p. 194). ↵

6) *A justiça*. Conferência a que nos referimos em nota anterior. (*Ib.*, 210). ↵

7) Conferência em benefício da Cruz Vermelha dos Aliados, em 17 de março de 1917, no Teatro Petrópolis. (*Conferência do senhor Rui Barbosa no Teatro Petrópolis*, Londres, 1917, p. 5). ↵

8) Conferência em benefício da Cruz Vermelha dos Aliados, em 17 de março de 1917, no Teatro Petrópolis. (*Ib.*, p. 65). ↵

9) Conferência em benefício da Cruz Vermelha dos Aliados, em 17 de março de 1917, no Teatro Petrópolis. (*Ib.*, p. 60). ↵

0) Discurso no Senado Federal, em 9 de outubro de 1914. (*Anais do Senado*, vol. VI, p. 117). ↵

1) Discurso no Senado Federal, em 13 de outubro de 1914. (*Anais do Senado*, vol. VI, p. 150). ↵

2) Discurso proferido, em 23 de abril de 1892, perante o Supremo Tribunal Federal, sustentando o *habeas corpus* requerido a favor das vítimas dos decretos de 10 e 12 de abril daquele ano. (*O estado de sítio*, p. 59). ↵

3) Discurso proferido no Supremo Tribunal Federal, na sustentação do *habeas corpus* em favor do almirante Wandenkolk e outros, em 2 de setembro de 1893. É uma das peças fundamentais da campanha do *habeas corpus*, cujos efeitos, modificando a orientação da jurisprudência brasileira sobre a matéria, seriam profundos e benéficos em relação ao sistema das garantias da liberdade individual. O trecho acima é um modelo de coragem e de eloquência, pois nele alude Rui Barbosa à morte, no curso do pleito, de um dos ministros do Supremo Tribunal, o barão de Sobral, cujo voto lhe fora contrário. Nessas circunstâncias a evocação da morte, como se conduzida pela justiça divina, não poderia deixar de causar funda emoção entre os pares do ministro inesperadamente desaparecido. (*Novos discursos e conferências*, p. 151). ↵

-
- 4) Discurso pronunciado em 18 de maio de 1911, ao ser recebido como sócio do Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro. Muitas vezes acusado de retórico pelos adversários, Rui faz o elogio da eloquência, e mostra as diferenças que a separam da retórica. (*Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa*, vol. I, p. 164-168). ↵

5) *As ruínas da constituição*. Conferência que deveria ser lida em Belo Horizonte, mas que não chegou a ser proferida, conforme se disse em nota anterior. (*Ruínas de um governo*, p. 100-101). ↵

6) Réplica. No trecho acima, defendendo-se, mostra Rui o uso reiterado de vocábulos terminados em *ãõ*, sem que se verifique assonância. (*Réplica*, Rio, 1904, p. 102). ↵

7) Discurso no Teatro S. João (Bahia), em 10 de fevereiro de 1893, agradecendo a manifestação dos Empregados de Fazenda, por haver, quando ministro do Governo Provisório, criado o montepio obrigatório, até então existente apenas para as classes militares. (*Visita à terra natal*, p. 59). ↵

8) Artigo na *A Imprensa*, de 24 de dezembro de 1898. ↵

9) Discurso no Senado Federal em 16 de junho de 1914. (*Anais*, vol. II, p. 93). ↵

0) É um dos mais célebres apólogos de Rui. Está no discurso proferido no Senado Federal, em 13 de outubro de 1914. (*Anais*, vol. VI, p. 150).

4

1) Discurso no Senado Federal, em 30 de dezembro de 1914. Frequentemente os apólogos que integram esse discurso, e que são dos melhores e mais conhecidos de Rui, aparecem publicados separadamente. Preferimos, porém, mantê-los unidos, na sequência em que foram pronunciados. Neles são especialmente visados Antônio Azeredo e Pinheiro Machado, aos quais, como a outros, o verbo causticante de Rui assegurou a imortalidade das antologias. (*A gênese da candidatura do sr. Venceslau Brás — O sr. Rui Barbosa, no Senado, responde às insinuações do sr. Pinheiro Machado — Rio, 1915, p. 58-68*). ↵

2) Artigo no *Diário de Notícias* de 8 de setembro de 1889 a propósito da Guarda Nacional. ↵

3) *A questão social e a política no Brasil*. Conferência pronunciada em 20 de março de 1919, no Teatro Lírico, do Rio de Janeiro. (Rui Barbosa, *Campanha presidencial*, p. 163-165). ↵

4) *A questão social e a política no Brasil*. Conferência pronunciada em 20 de março de 1919, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. A referência à criação de Monteiro Lobato tornou imediatamente conhecida em todo o país a figura de Jeca Tatu. (*Ib.*, p. 107-109). ↵

5) *O governo Hermes*. Conferência que deveria ser pronunciada em Juiz de Fora, no curso da campanha para a sucessão do marechal Hermes da Fonseca, em 1914. (Rui Barbosa, *Ruínas de um governo*). ↵



6) *As ruínas da Constituição*. Conferência que deveria ser pronunciada em Belo Horizonte, e já referida em nota anterior. (*Ib.*, p. 99-100). ↵

7) Discurso pronunciado em 1º de outubro de 1908, na sede da Academia Brasileira de Letras, ao sair o féretro de Machado de Assis. No gênero é das melhores páginas da língua portuguesa. (*Novos discursos e conferências*, org. por Homero Pires, S. Paulo, 1933, p. 251-255). ↵

8) Nos anais da Segunda Conferência da Paz, em Haia, em 1907, ficou célebre esse discurso com o qual respondeu Rui, de improviso, a uma interpelação de Frederico Martens, representante da Rússia, e que presidia à sessão. Sobre o incidente, e a sua repercussão, podem ser consultados, além do discurso de Rui, no Senado, em 31 de outubro de 1907, Batista Pereira, *Figuras do império*, p. 255; Rodrigo Otávio, *Minhas memórias dos outros* (Nova Série), p. 306; e William Stead, *O Brasil em Haia*, 3.^a ed. Versão de A. Bomilcar, Rio, 1908, p. 153-159. ↵

9) Artigo n'A *Imprensa*, em 23 de novembro de 1898. Refere-se à inauguração, no Palácio do Catete, de um busto de Prudente de Moraes. ↵

0) Artigo n'A *Imprensa*, em 16 de novembro de 1898. É dos mais famosos artigos de Rui, e que repercutiu intensamente no país, em favor da reorganização da esquadra, que a revolução de 1893 enfraquecera sensivelmente. ↵

1) Artigo no *Jornal do Brasil*, em 20 de junho de 1893. O exemplo de resistência a que se refere o artigo é a atitude da Faculdade de Direito de Recife, opondo-se à demissão da cátedra que nela ocupava o dr. J. J. Seabra, adversário de Floriano Peixoto, e então demitido ilegalmente. ↵

2) Discurso proferido em 14 de janeiro de 1899, agradecendo a manifestação promovida pelos oficiais de terra e mar, cujos direitos defendera durante a ditadura de Floriano Peixoto. (*A cruz e o mar*, Rio, 1931). ↵

3) Artigo n'A *Imprensa*, em 2 de abril de 1899. ↵

4) Artigo n'A *Imprensa*, em 13 de dezembro de 1898. É a célebre resposta a José do Patrocínio, que, para defender o governo de Prudente de Moraes, inicia uma campanha contra Rui, por haver este se insurgido contra a permanência de presos políticos em Fernando de Noronha, depois de terminado o prazo do estado de sítio. Perante a justiça logrou Rui ver reconhecida a tese que defendia. ↵

5) Artigo n' *A Imprensa*, em 3 de agosto de 1900. Refere-se ao assassinato do rei Humberto I, da Itália. ↵

6) Discurso proferido em 11 de novembro de 1914, na atual avenida Rio Branco, por ocasião da manifestação popular realizada às vésperas de terminar o governo do marechal Hermes da Fonseca e se iniciar o do sr. Venceslau Brás. (Mário de Lima Barbosa, *Rui Barbosa, na política e na história*, Rio, 1916, p. 366-371). ↵

7) Trecho da famosa carta de Rui aos senadores Antônio Azeredo e Francisco Glicério, em 19 de maio de 1909, e que pode ser tida como o ponto de partida da campanha civilista. (*Ib.*, p. 265-270). ↵